



relatório e contas 2010



índice

A. RELATÓRIO DE GESTÃO	
1. Destaques da actividade desenvolvida no ano de 2010	2
2. Perfil Estratégico	4
3. Actividade Portuária	8
4. Gestão de Concessões e Licenciamentos	13
5. Recursos Humanos	15
6. Comunicação	19
7. Tecnologias e Sistemas de Informação	21
8. Investimento	23
9. Análise Económica e Financeira	25
10. Proposta de distribuição de resultados	29
11. Nota final	31
B. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESPECTIVOS ANEXOS	33
C. GOVERNO DA SOCIEDADE	59
D. OUTROS DEVERES DE INFORMAÇÃO	70
E. RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL	75
F. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	79
G. APLICAÇÃO DE RESULTADOS	81



1. DESTAQUES DA ACTIVIDADE
DESENVOLVIDA NO ANO DE 2010



1. DESTAQUES DA ACTIVIDADE DESENVOLVIDA NO ANO DE 2010

Apesar do desfavorável contexto económico que caracterizou o ano de 2010 a actividade do Porto de Sines apresentou um crescimento significativo. O principal destaque deve ser dado ao Terminal XXI que consolidou a sua posição nas principais rotas intercontinentais como o provam as numerosas escalas de navios porta-contentores de última geração, com capacidade para o transporte de 14.000 TEU, que se verificaram ao longo do ano.

Como resultado do crescimento da actividade, também os resultados económicos da exploração foram extremamente positivos. O resultado líquido apurado foi positivo no expressivo montante de 6,03 milhões de euros, resultado que veio consolidar ainda mais a sólida situação económico-financeira da empresa. De referir que o endividamento bancário no final de 2010 era de apenas 2,4 milhões de euros correspondentes à última anuidade do empréstimo do BEI contraído no início da década de 90.

Sendo 2010 um ano de encerramento de década, importa ainda recordar que nestes primeiros dez anos do século XXI o Porto de Sines consolidou a posição de liderança do mercado nacional de mercadorias movimentadas pelo modo marítimo, comportando um crescimento de 27,8% entre 2000 e 2010. Para tal muito contribuiu o início de operação do Terminal de Gás Natural Liquefeito em 2003 e do Terminal XXI no ano seguinte, os quais foram essenciais para que em 2010 o Porto de Sines apresentasse mais 5,5 milhões de toneladas movimentadas do que no ano 2000. Por outro lado, também ao nível dos navios se ultrapassou a duplicação do número de escalas no porto, com um crescimento de 102,5%, passando dos 808 navios recebidos em 2000 para 1.636 navios em 2010.

Este aumento da actividade portuária foi acompanhado pela evolução dos meios operacionais e de gestão do porto, essencial para suportar tão significativo crescimento, salientando-se a implementação da JUP - Janela Única Portuária em 2008, a qual permitiu aumentar consideravelmente a rapidez do despacho de navios e mercadorias, contribuindo para tornar Sines num verdadeiro porto "Hub" e permitindo obter todas as autorizações necessárias para as operações portuárias em antecipação à chegada dos navios.

Voltando a 2010, registou-se igualmente a continuidade de vários projectos de desenvolvimento do Porto de Sines, como sejam as obras de ampliação do cais e do terraplino do Terminal XXI, da responsabilidade da concessionária PSA Sines e o projecto de expansão do Terminal de Gás Natural Liquefeito da REN Atlântico, bem como o reinício do projecto MEGA PTA da ARTENIUS, que já no início de 2011 alterou a sua designação social para ARTLANT PTA. Outro grande destaque do ano foi a consolidação do incremento de actividade da ZALSINES que registou o seu segundo ano completo de comercialização e actividade, com relevo para a inauguração da nave logística da SITANK.

Já no que respeita ao investimento da autoridade portuária, o mesmo ascendeu a 2,2 milhões de euros, nele se destacando os projectos relativos às tecnologias e sistemas de informação e comunicação no seguimento da aposta que a empresa vem efectuando nos últimos anos neste domínio.

A responsabilidade social e o relacionamento com os "stakeholders" do porto, vem sendo uma preocupação acrescida da empresa. Neste domínio o ano de 2010 assistiu, depois da introdução do Código de Ética e de Conduta em 2009, ao desenvolvimento do anterior Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção, que respondia à Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 1 de Julho de 2009, num mais abrangente Plano de Prevenção de Riscos de "Compliance" aplicado aos diversos processos funcionais da empresa.

No final do ano foi nomeado o Provedor do Cliente do Porto de Sines, o qual tem por função, em termos gerais, a defesa e promoção dos direitos, garantias e interesses legítimos dos Clientes do Porto de Sines, assegurando a regularidade das relações entre os referidos clientes e os diversos intervenientes no transporte marítimo e actividades complementares a ele directamente interligadas.



2. PERFIL ESTRATÉGICO



2. PERFIL ESTRATÉGICO

A visão e a missão do Porto de Sines encontram-se formuladas da seguinte forma:

Missão

“Assegurar o exercício das competências e atribuições de planeamento, modernização, promoção e regulação do Porto de Sines, visando a racionalização e optimização do aproveitamento dos seus recursos e a eficiência económica e operacional, no respeito pelos requisitos de segurança e ambientais, proporcionando satisfação aos clientes e valor acrescentado no mercado ibérico e europeu.”

Visão

Ser um porto mais eficiente e competitivo que, tirando partido das suas infra-estruturas portuárias e das suas características físicas e geográficas, se consolida como um activo estratégico nacional com relevo no contexto portuário europeu e mundial.

Na prossecução da sua Missão, a APS assume os seguintes valores:

Valores

Respeito - A APS respeita o trabalho desenvolvido pelos seus interlocutores e todas as partes interessadas com que se relaciona no âmbito das suas funções.

Integridade - A APS cumpre a legislação e a regulamentação em vigor, com especial atenção para o cumprimento de responsabilidades de natureza fiscal, de concorrência, de protecção do consumidor, de protecção do trabalhador e do local de trabalho, de natureza ambiental, de segurança e de índole laboral.

Responsabilidade - A APS atinge os seus objectivos através da optimização dos recursos, honrando o compromisso com as partes interessadas no propósito de promover o seu desenvolvimento sustentável, tendo como orientação a procura das melhores soluções para o interesse público.

Confiança - A APS fomenta e inspira o comportamento, honesto e íntegro, que motiva a confiança dos colaboradores, clientes, accionistas, fornecedores e sociedade envolvente, promovendo, em tempo útil, o debate necessário à tomada de decisões.

Excelência - A APS visa a superação das necessidades e expectativas dos clientes, colaboradores, accionistas, fornecedores e sociedade envolvente, impulsionando a excelência de desempenho.

Transparência - A APS modela a sua actuação por padrões de integridade e honestidade, cumprindo as suas obrigações de forma responsável e transparente.

Inovação - A APS salvaguarda a sua competitividade na inovação e integração de novas tecnologias no processo produtivo.

O Plano Estratégico do Porto de Sines, inicialmente desenvolvido num horizonte temporal até 2010 e posteriormente enquadrado pelas Orientações para o Sector Marítimo-Portuário definidas pelo MOPTC em Dezembro de 2006, alargando o horizonte temporal até 2015, apresenta os seguintes objectivos estratégicos:

- Objectivo 1 - Consolidação do Modelo de Gestão como *LandLord Port*;
- Objectivo 2 - Duplicar a movimentação de mercadorias entre 2005 e 2015;
- Objectivo 3 - Afirmação do Porto de Sines como motor da actividade económica regional e nacional;
- Objectivo 4 - Desenvolver a Info-estrutura portuária;
- Objectivo 5 - Aumentar a segurança marítima e portuária.

Por sua vez, os objectivos são incorporados por linhas de acção, nas quais se enquadram os projectos, constituindo o designado Programa Neptuno (reformulado), conforme quadros das duas páginas seguintes.

OBJ 1 - CONSOLIDAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO COMO LANDLORD PORT**LA1.01 Concessão de operações**

P1.01.01	Concessão do TGL e da GIR do Porto de Sines	DCA	●
P1.01.02	Reavaliação do desempenho do contrato com a Docapesca	DCA	●

LA1.02 Certificação do Porto

P1.02.01	Certificação Qualidade ISO9001:2000	GQL	●
P1.02.02	Certificação Ambiente ISO14001:2004	DSA	●
P1.02.03	Certificação Segurança OHSAS18001:1999	DSA	●
P1.02.04	Certificação Segurança TI/SI ISO27001:2005	DSC	●

LA1.03 Controlo de Gestão

P1.03.01	Implementação da Contabilidade Analítica com imputação de custos indirectos	DFE	●
P1.03.02	Implementação de DW e aproximação ao BSC	DSC	●
P1.03.03	Elaboração do Relatório Anual de informação sobre as Concessões	DCA	●
P1.03.04	Elaboração do Relatório de Sustentabilidade do porto	DFE	●
P1.03.05	Sistema de identificação e gestão de Imobilizado	DSC	●

LA1.04 Valorização do Capital Humano

P1.04.01	Criação do Modelo de Avaliação	DRH	●
P1.04.02	Elaboração e Implementação do programa de formação na área de segurança e protecção marítima	DRH	●
P1.04.03	Implementação do Módulo de HCM e Portal no ERP SAP	DRH	●

LA1.05 Cooperação Institucional

P1.05.01	Convénios com Instituições de Ensino	DRH	●
----------	--------------------------------------	-----	---

OBJ 2 - INCREMENTO DA MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS EM 102% ATÉ 2015**LA2.01 Aumentar e diversificar a movimentação do TGLS**

P2.01.01	Estudo e projecto de execução da obra de reabilitação do Molhe Oeste	DIO	●
P2.01.02	Estudo das medidas a adoptar para o aumento de frequência de navios	DMP	●
P2.01.03	Reengenharia de piping e reordenamento de tancagem	DIO	●

LA2.02 Aumentar e diversificar a movimentação de carga geral no TMS

P2.02.01	Concessão de lotes de armazenagem	DCA	●
----------	-----------------------------------	-----	---

LA2.03 Afirmação do TXXI no mercado internacional de contentores

P2.03.01	Expansão do terrapleno, cais e equipamentos de movimentação (acompanhamento)	DCA	●
P2.03.02	Estudo do layout da interface terminal/ferrovia (acompanhamento)	DIO	●
P2.03.03	Estudo e execução da obra de ampliação do Molhe Leste	DIO	●
P2.03.04	Melhoramento da ligação ferroviária porto/ZILS (acompanhamento)	DIO	●

LA2.04 Aumentar a movimentação e a capacidade de armazenamento de GNL

P2.04.01	Expansão do Terminal de Gás Natural Liquefeito de Sines (acompanhamento)	DCA	●
----------	--	-----	---

OBJ 3 - AFIRMAÇÃO DO PORTO DE SINES COMO MOTOR DA ACTIVIDADE ECONÓMICA REGIONAL E NACIONAL**LA3.01 Desenvolver a Zona de Actividades Logísticas**

P3.01.01	Construção das Infraestruturas Básicas do Polo A	DIO	●
P3.01.02	Construção do Edifício de Apoio Logístico do Polo A	DIO	●
P3.01.03	Implementar modelo de promoção da ZAL	DAC	●
P3.01.04	Participação no desenvolvimento da Zona extra-Portuária da ZAL Sines	DCA	●
P3.01.05	Operacionalização do arranque da ZAL de Sines	DCA	●

LA3.02		Reordenamento e sinergias porto/cidade/ZILS e hinterland		
P3.02.01	Elaboração do plano de ordenamento Porto/Zils	DIO		●
P3.02.02	Negociação e aprovação da nova área de jurisdição da APS	DIO		●
P3.02.03	Implementação do Sistema de Identificação e de Informação Geográfica do porto	DIO		●
LA3.03		Desenvolver Acessibilidades ao Hinterland		
P3.03.01	Incremento das condições de segurança no IP8 na Zils (acompanhamento)	DIO		●
P3.03.02	Construção do IP 8 - Ligação Santiago/A2 (acompanhamento)	DIO		●
P3.03.03	Construção do IC33 - A2/Évora (acompanhamento)	DIO		●
P3.03.04	Construção IP8 - A2/Beja (acompanhamento)	DIO		●
P3.03.05	Construção Ferrovia Bombel/Casa Branca/Évora (acompanhamento)	DIO		●
P3.03.06	Construção Ferrovia Évora/Elvas (acompanhamento)	DIO		●
P3.03.07	Construção Ferrovia Sines/Casa Branca (acompanhamento)	DIO		●
P3.03.08	Construção da Variante de Alcácer (acompanhamento)	DIO		●
LA3.04		Afirmação do Porto de Sines como Porta Atlântica da Europa		
P3.04.01	Desenvolver modelo de promoção, com organismos da Zona Económica de Sines/Santiago do Cacém	DAC		●
OBJ 4 - DESENVOLVER INFO-ESTRUTURA PORTUÁRIA				
LA4.01		Implementação de "Janela Única Portuária"		
P4.01.01	PCom - Plataforma Comum Portuária	DSC		●
LA4.02		Harmonização e Simplificação de Procedimentos		
P4.02.01	PIPe - Procedimentos e Informação Portuária electrónica	DSC		●
LA4.03		Auto-Estradas do Mar		
P4.03.01	PORTMOS - Integração do Sistema Marítimo-Portuário nas Auto-Estradas do Mar	Adm		●
LA4.04		Suporte e Helpdesk		
P4.04.01	Implementação do Centro de Sistemas e Helpdesk	DSC		●
OBJ 5 - AUMENTAR A SEGURANÇA MARÍTIMA E PORTUÁRIA				
LA5.01		Segurança marítima		
P5.01.01	VTS Costeiro (acompanhamento)	DMP		●
P5.01.02	Implementar Sistema de Integração de Comunicações	DMP		●
P5.01.03	Modernização do Centro de Controlo de Tráfego Marítimo (VTS)	DMP		●
P5.01.04	Porto de abrigo	DMP		●
P5.01.05	Unidade rápida de Comando Marítimo	DMP		●
LA5.02		Segurança portuária		
P5.02.01	SSP - Sistema de Supervisão Portuária	DSA		●
P5.02.02	Cartão Único do porto	DSA		●
P5.02.03	Implementação da Directiva ISPS	DSA		●
P5.02.04	CCLS - Centro de Controlo Logístico e Segurança	DIO		●
P5.02.05	Renovação e re-equipamento dos meios de intervenção	DSA		●

Legenda: ● Concluído ● Em curso

Verifica-se que, no final de 2010, dos 55 projectos inscritos (39 sob responsabilidade directa e 16 de acompanhamento), se encontram concluídos 36 e se pretende ver concluído 76% do plano até final de 2011. Dos restantes, ficarão por implementar, para além de 2012, um total de 13 projectos, 9 dos quais de responsabilidade externa à empresa incluindo 5 projectos de acompanhamento de melhoria das acessibilidades rodó e ferroviárias ao Porto de Sines.

3. ACTIVIDADE PORTUÁRIA



3. ACTIVIDADE PORTUÁRIA

Movimento De Navios

O movimento de Navios no Porto de Sines registou em 2010 um aumento de 10,6% face ao ano anterior, a que corresponderam 1.636 navios, registando assim um novo *recorde* no número de navios entrados.

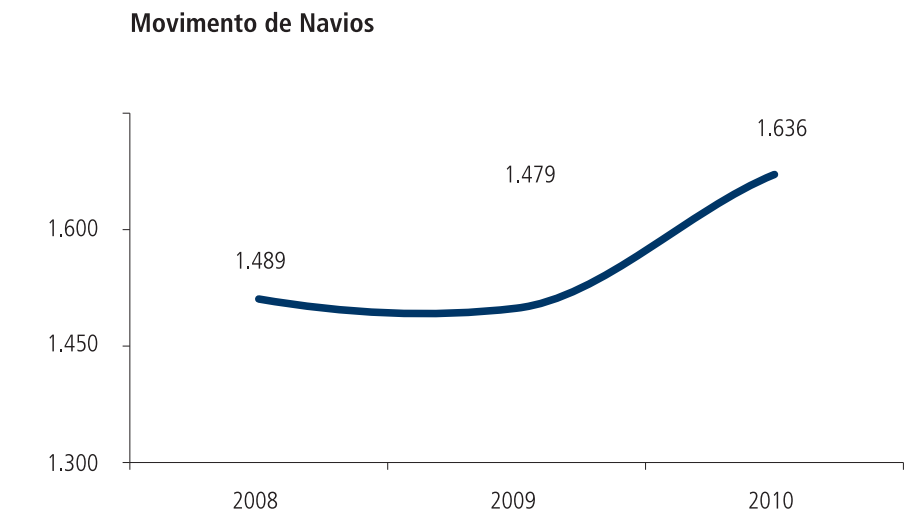
De salientar a média da arqueação bruta dos navios entrados que em 2010 registou o seu valor mais alto (média de 23.664 GT) desde o ano subsequente ao início da actividade do porto e do arranque da Refinaria de Sines (1978), reflectindo uma procura mais acentuada de navios de grandes dimensões potenciada pelas características da infra-estrutura portuária.

Destaque-se o crescimento em 83,3% do número de navios das Classes de GT de 100.000 a 199.999, acompanhado pelo crescimento do correspondente GT em 96%, face a 2009, assegurado na sua quase totalidade pelo incremento do número de escalas de navios porta-contentores da última geração em serviços regulares. A estes correspondeu em serviços regulares de *feeder*, nas classes de 5.000 a 50.000 de GT, um incremento de 20,3 %, resultado da estratégia de afirmação do Porto de Sines no mercado internacional de movimentação de contentores.

O aumento do número de escalas de navios de grande porte, é em tudo o corolário do início do novo serviço directo para o Canadá e a duplicação do serviço do Extremo Oriente (*Lion Service*), com duas escalas semanais em Sines (*inbound e outbound*). Simultaneamente este serviço passou a integrar navios de 12.000 e 14.000 TEU, passando Sines a ser um dos poucos portos europeus a receber estes navios de última geração e o único da fachada Atlântica da Península Ibérica com ligações directas aos mercados asiático e norte-americano.

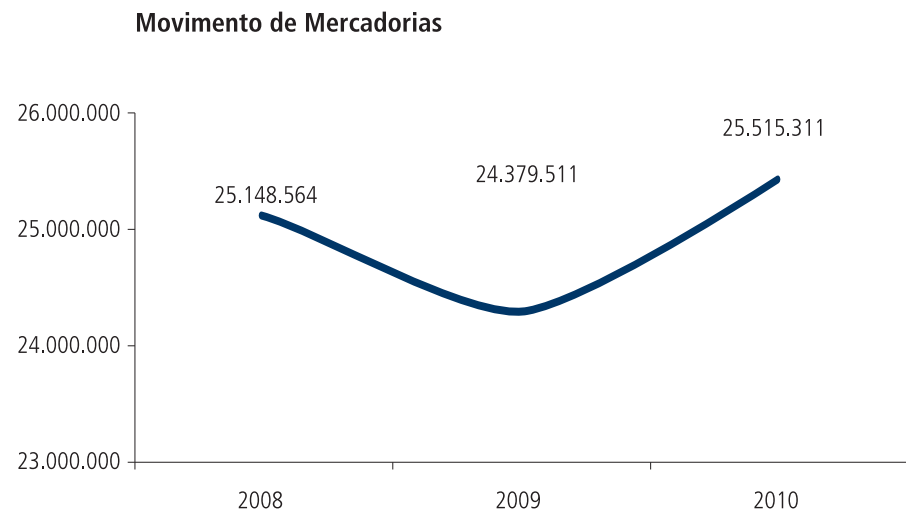
CLASSE GT	2010		2009		Var %	
	Nº	GT	Nº	GT	Nº	GT
CLASSES DE ARQUEAÇÃO (GT)						
Total	1.636	38.714.103	1.479	34.531.163	10,6%	12,1%
<2.500	103	152.803	187	264.728	-44,9%	-42,3%
2.500 a 4.999	366	1.359.228	267	929.246	37,1%	46,3%
5.000 a 9.999	371	2.818.064	280	2.181.084	32,5%	29,2%
10.000 a 14.999	201	2.620.821	184	2.351.815	9,2%	11,4%
15.000 a 29.999	191	3.993.608	167	3.493.559	14,4%	14,3%
30.000 a 49.999	124	4.668.561	124	4.708.806	0,0%	-0,9%
50.000 a 99.999	203	13.751.356	228	15.831.889	-11,0%	-13,1%
100.000 a 199.999	77	9.349.662	42	4.770.036	83,3%	96,0%

A evolução do movimento de navios nos últimos anos é apresentada no gráfico seguinte:



Movimento de Mercadorias

O movimento global de mercadorias ultrapassou a 25, 5 milhões de toneladas, representando um acréscimo de 4,7 % relativamente ao ano anterior. A evolução da movimentação de mercadorias nos últimos anos é apresentada no gráfico seguinte:



Movimento Por Terminais

A movimentação de navios em operação comercial e de mercadorias em cada um dos terminais dedicados em 2010, registou acréscimos muito representativos, excepção feita no que se refere ao Terminal Multipurpose.

Apesar do decréscimo de aproximadamente 2,3 milhões de toneladas de granéis sólidos movimentados no Terminal Multipurpose, muito por força da redução do consumo de carvão nas centrais termoeléctricas de Sines e do Pego face à forte pluviosidade registada no ano de 2010, o ano finalizou com um incremento na movimentação de mercadorias em aproximadamente 4,9%.

Este aumento foi conseguido pelas boas prestações registadas nos terminais de Granéis Líquidos e de Contentores, com aumentos acumulados da movimentação de mercadorias acima dos 3,1 milhões de toneladas, com variações, face ao ano de 2009, de 13,3% e 44,6% respectivamente. Estas prestações foram asseguradas também pelo aumento do número de navios operados, registando-se uma variação acumulada, nestes dois terminais, de 187 navios.

De sublinhar a excelente prestação do Terminal Petroquímico, com uma variação de 58,9% no total de mercadorias movimentadas, apesar deste incremento em termos absolutos significar um valor apenas ligeiramente superior a 180 mil toneladas, acompanhada igualmente por um registo histórico de 122 navios operados a que corresponde um incremento de 58,4%.

DESIGNAÇÃO	Contributo	2010	2009	Var %
Terminal Granéis Líquidos				
Nº navios em operação comercial		752	653	15,16%
Quantidade Total (Ton)	60,4%	15.422.682	13.611.185	13,31%
Terminal Petroquímico				
Nº navios em operação comercial		122	77	58,44
Quantidade Total (Ton)	1,9%	486.890	306.487	58,86%
Terminal Multipurpose				
Nº navios em operação comercial		153	158	-3,16%
Quantidade Total (Ton)	12,1%	3.092.235	5.378.326	-42,51%
Terminal Contentores				
Nº navios em operação comercial		557	469	18,76%
TEUS		382.089	253.495	50,73%
Quantidade Total (Ton)	17,3%	4.411.124	3.051.615	44,55%
Terminal Gás Natural				
Nº navios em operação comercial		37	37	0,00%
Quantidade Total (Ton)	8,2%	2.102.379	2.031.898	3,47%
Porto Serviços				
Nº navios em operação comercial		0	0	-
Quantidade Total (Ton)	0,0%	0	0	-
TOTAL DE MERCADORIAS		25.515.311	24.379.511	4,66%

Movimento De Contentores

No final de 2010 o Porto de Sines havia movimentado mais 50,7% de contentores do que no ano anterior, tendo registado um total de 382.089 TEU (*twenty-foot equivalent unit*) movimentados no Terminal XXI.

Este crescimento nos contentores foi sustentado por uma evolução muito positiva dos tráfegos de transbordo e de importação/exportação com origem e destino no mercado Ibérico. Concretamente no que diz respeito a este tráfego, verificou-se um notável crescimento de 42%, registo que reforça a posição do Porto de Sines como privilegiada porta Atlântica do mercado Ibérico.

	2010	2009	VAR. %
TEU	382.089	253.495	50,7%
N.º	250.439	166.391	50,5%

No âmbito dos serviços directos, destaque para o serviço do Extremo Oriente que, em 2010, passou a representar 26,8% do total de contentores movimentados no porto, tendo atingido 102.408 TEU em operações de carga e descarga. O crescimento da movimentação de contentores ao abrigo deste serviço foi, face ao ano anterior, de 89,9%, o que representa uma mais-valia para o porto e demonstra as capacidades operacionais desta infra-estrutura.

Mercados Atendidos

Para a excelente performance do Porto de Sines em 2010 contribuiu decisivamente o crescimento das exportações em 48%, representando cerca de 5 milhões de toneladas, que posicionaram Sines como o maior porto exportador em Portugal. As mercadorias saídas por contentor cresceram 53% e a restante carga 44%, representando 2,23 e 2,74 milhões de toneladas, respectivamente.

Unid: ton		
	2010	2009
Mercado Externo (Exportações)		
Outros	4.971.053	3.361.763
UE	3.017.011	1.826.564
	1.954.042	1.535.200

Neste enquadramento deverá destacar-se a evolução da movimentação de mercadorias com destino a países extra-comunitários, registando um crescimento de 65,2% face a 2009, tendo superado os 3 milhões de toneladas movimentadas. A exportação de produtos refinados e a movimentação de carga contentorizada para os países não incluídos na UE 27 destacaram-se com crescimentos de, respectivamente, 39,9% e 113,0% relativamente ao ano anterior. No que diz respeito ao movimento de contentores, e ainda com destino a países terceiros (extra-comunitários), destaque para a duplicação relativamente ao ano anterior.

Unid: TEU

	2010	2009
Mercado Externo (Exportações)	174.894	112.627
Outros	108.216	53.931
UE	66.678	58.696

As principais mercadorias exportadas foram as gasolinas (sem chumbo e componentes), o JET (gasolina de avião), os mármore, papel, gesso, fuel óleo, olefinas (propileno, etileno e butadieno), carvão lavado e aromáticos. Os principais destinos destas mercadorias foram os Estados Unidos da América, o México, Espanha, França, Holanda, Alemanha, Itália e o Extremo Oriente.

Fornecimentos

O Porto de Sines disponibiliza um conjunto de serviços de apoio às actividades portuárias realizadas na sua área de jurisdição, entre os quais o Fornecimento de Água e o Abastecimento de Bancas a navios, serviços estes que são prestados no âmbito de uma Concessão do Serviço Público de Abastecimento de Bancas a Navios e Embarcações por Meios Terrestres Fixos nos Terminais Petroléiro e Petroquímico do Porto de Sines e de uma Licença de Actividade para o Abastecimento de Bancas a Navios por Meios Móveis Flutuantes.

O serviço de fornecimento de bancas por instalação fixa registou uma variação positiva, em 2010, de 14,3% face a 2009, tendo terminado o ano com uma movimentação de 74.342 toneladas de bancas. Ainda assim, esta variação positiva não foi suficiente para sustentar a queda registada no total de abastecimentos de bancas a navios, a qual representou uma movimentação total em 2010 de 112.226 toneladas, a que correspondeu uma diminuição de 9,5%.

O fornecimento de água a navios (aguada) atingiu um total de 20.209 m³, o que representa um aumento em 3,5% face ao ano anterior.

TIPO DE FORNECIMENTO	2010	2009	Var. %
Bancas	112.226	123.789	-9,3%
Bancas por circuito directo	74.342	65.022	14,3%
Bancas por meio móvel	37.884	58.767	-35,5%
Água	20.209	19.529	3,5%
Aguada	20.209	19.529	3,5%

Movimento de Embarcações de Recreio

O Porto de Recreio recebeu, em 2010, 1.206 embarcações de passagem, a que corresponderam 5.383 dias de estadia. De sublinhar a expressão positiva do crescimento do número de dias da estadia média que registou um valor de 4,46 dias relativamente aos 3,85 dias registado no período homólogo de 2009.

	Nº EMBARCAÇÕES	DIAS ESTADIA	ESTADIA MÉDIA (dias)
2010	1.206	5.383	4,46
2009	1.230	4.738	3,85

No que diz respeito a contratos de permanência de embarcações de recreio, salienta-se que foi registada em 2010 uma média mensal de 144 embarcações atracadas, o que representou uma variação residual relativamente a 2009, cujo número médio mensal de embarcações foi de 145.



Movimento de Pescado

O Porto de Pesca de Sines, apresentou um volume de pescado, em 2010, de 9.317.168 Kg, valor este ligeiramente superior ao atingido em 2009. O mesmo aconteceu com o valor apresentado para o pescado, que em 2010 representou um valor de 8.291.606€, para uma variação positiva de 3% face ao ano anterior.

Unid: Kg

	2010 Volume Pescado	2009 Volume Pescado	Var. Homóloga Volume Pescado
Arrasto	632.936	524.744	20,62%
Artesanal	487.857	501.842	-2,79%
Cercadoras	2.234.232	2.578.059	-13,34%
PINE (costeira)	136.754	62.082	120,28%
Traineiras	5.825.390	5.624.207	3,58%
TOTAL	9.317.168	9.290.933	0,28%



4. GESTÃO DE CONCESSÕES E LICENCIAMENTOS



4. GESTÃO DE CONCESSÕES E LICENCIAMENTOS

No que se refere à gestão dos contratos de concessão e licenciamentos, no ano de 2010 é de destacar a continuidade das obras de ampliação do cais (730 m) e terrapleno (24 ha) do Terminal XXI, associados à Fase 1 B de desenvolvimento do terminal, tendo durante o ano de 2010 sido possível colocar em exploração cerca de 101 metros de cais, perfazendo um total de 483 metros de cais utilizáveis.

Em 2010 registou-se igualmente a continuidade da concretização das obras do Projecto de Expansão do Terminal de Gás Natural Liquefeito de Sines (PETS), o qual contempla a construção de um terceiro tanque criogénico, com a capacidade de 150.000m³ (aumentando a capacidade de armazenagem total do terminal para 390.000m³), o aumento da capacidade de emissão para 1.350.000m³(n)/h e ainda a construção de novas condutas de adução e rejeição de águas. Em 31 de Dezembro de 2010 ficou concluída a 1ª das 3 fases principais do projecto, a qual compreendeu a construção dos novos sistemas de captação, adução e rejeição de água do mar, bem como da estação de medida, passando a ser possível uma emissão de 1.125.000m³ (n)/h quando antes era de 900.000 m³ (n)/h.

O ano de 2010 fica também marcado pelo reinício do projecto MEGA PTA da ARTENIUS, que já no início de 2011 alterou a sua designação social para ARTLANT PTA. A formalização de acordo na modalidade de *Project Finance* em 26 de Janeiro de 2010 entre o grupo LA SEDA e a CGD marcou a superação das dificuldades de financiamento que levaram à suspensão do projecto, tendo as obras de construção da área de tancagem na área do Terminal de Granéis Líquidos (TGLS) sido retomadas em 6 de Setembro de 2010. A ARTLANT está empenhada em iniciar a produção de PTA em Outubro de 2011, sendo este um projecto muito relevante para o porto, na medida em que pressupõe a importação anual de 520.000 ton. de matérias-primas através do TGLS e a exportação de 27.000 TEU anuais de produto final através do TXXI.

Outro acontecimento a destacar foi o final do projecto que estava a ser desenvolvido pela GREENCYBER, o qual pressupunha a construção de um parque de tancagem na área do TGLS destinado ao armazenamento de óleos vegetais, biodiesel e metanol. Problemas de financiamento acabaram por conduzir à resolução do contrato entre a AICEP e a GREENCYBER, o que, consequentemente, ditou a cessação da licença de uso privativo que havia sido emitida pela APS.

Em termos de renegociação de contratos, destaca-se a formalização, em 1 de Outubro de 2010, do primeiro adiamento ao contrato de concessão do porto de pesca de Sines, através do qual foi alterada a área global associada à concessão, foram actualizados os edifícios afectos à DOCAPEÇA e foi transferida para esta concessão a gestão da licença associada ao restaurante "A Lota". De referir, igualmente, a renegociação com a CIMPOR dos contratos de concessão associados aos lotes de terreno n.ºs 1 e 2 para movimentação e armazenagem de cimentos, clínquer, pozolanas e gesso, tendo sido celebrado um novo contrato de concessão, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010, o qual integra as duas parcelas de terreno e contempla igualmente alguns ajustamentos face aos contratos de concessão anteriormente em vigor.

No entanto, o grande destaque do ano de 2010 foi a consolidação do incremento de actividade da ZALSINES - Zona Intraportuária, que registou o seu segundo ano completo de comercialização e actividade. De entre os contratos firmados em 2009, destaca-se a inauguração, a 27 de Julho de 2010, da nave logística da SITANK. Nos lotes destinados à instalação de actividades logísticas, releva-se a instalação da empresa BSL, cujo contrato de utilização de uma parcela de terreno no lote A8, outorgado em Março de 2010, se destina à realização de operações de descarga, armazenagem, consolidação e carga de madeira. Para além de representar uma nova empresa instalada no porto, este contrato contribui para o incremento de actividade da plataforma e dos serviços por ela disponibilizados, e para o incremento do tráfego portuário de exportação, que poderá representar, em anos de cruzeiro, 150.000 toneladas / ano.

Ainda nas áreas dominiais do porto, destaca-se o protocolo de cedência de instalações no Edifício do Porto de Recreio, outorgado, a 28 de Janeiro de 2010, à Delegação de Saúde do Concelho de Sines - Sanidade Marítima.



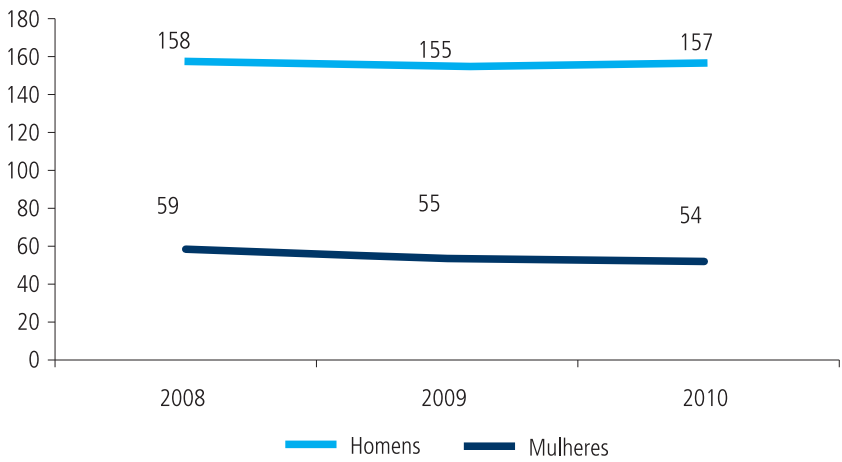
5. RECURSOS HUMANOS



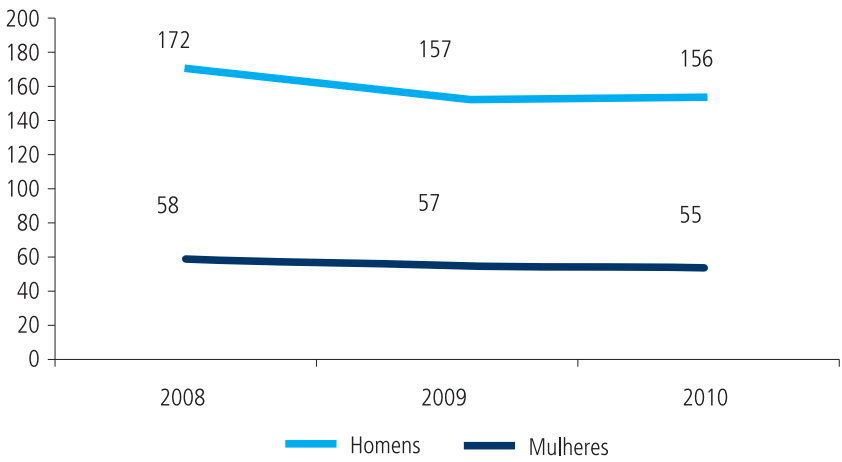
5. RECURSOS HUMANOS

O efectivo nos últimos dois anos, manteve-se estável, sendo que dos 210 trabalhadores registados em 2009, 38 estavam afectos à prestação de serviços em empresas concessionárias, e dos 211 trabalhadores registados em 2010, 33 continuaram a prestar serviço naquelas empresas.

Evolução do Efectivo em 31 de Dezembro



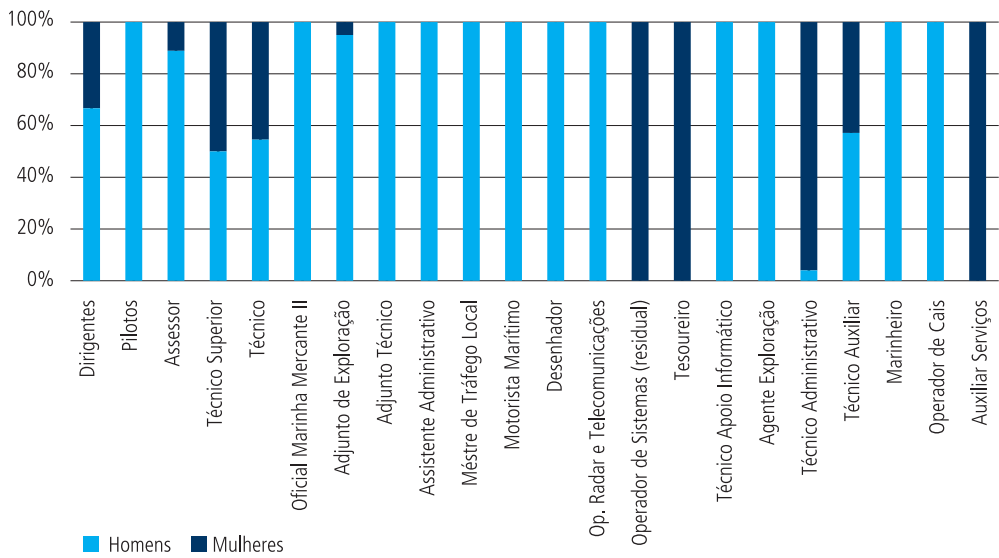
Evolução do Efectivo Médio



Os 211 trabalhadores registados em 2010, têm um vínculo por tempo indeterminado, o que demonstra uma forte estabilização do efectivo.

O efectivo tem a distribuição por carreira profissional e por género apresentado no gráfico abaixo, verificando-se no ano de 2010 uma taxa de feminização de cerca de 26%.

Distribuição por Carreira 2010

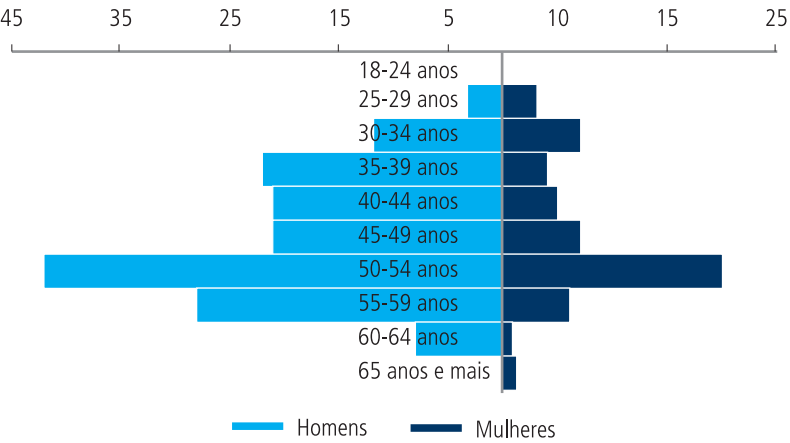


A distribuição do efectivo por níveis de qualificação profissional é apresentada na Nota 7 do ponto B.6. Notas Anexas às Demonstrações Financeiras do Exercício de 2010.



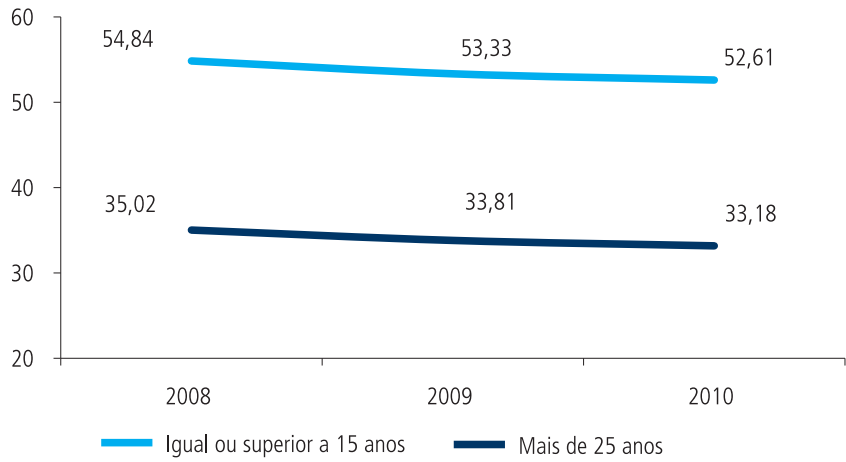
A evolução da estrutura etária demonstra que grande parte dos trabalhadores, quer do género feminino, quer do género masculino, se encontram nos escalões etários superiores a 30 anos de idade, em especial no escalão etário dos 50 aos 54 anos de idade, verificando-se ainda um aumento do nível etário médio de trabalhadores de ambos os géneros.

Pirâmide Etária

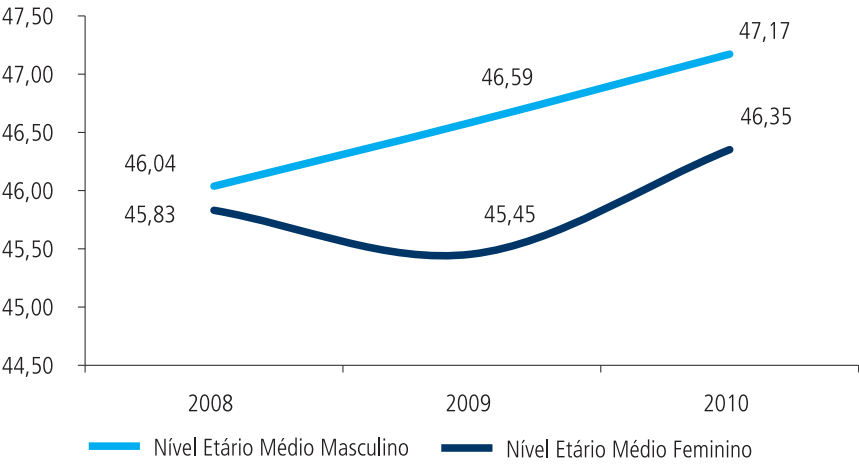


Relativamente à antiguidade na empresa, cerca de 53% dos trabalhadores apresenta uma antiguidade igual ou superior a 15 anos e de entre estes mais de 33% tem mais de 25 anos, o que representa uma estrutura de antiguidade elevada, verificando-se ainda uma tendência de decréscimo da estrutura de antiguidade de ambos os géneros, por motivo de saída de trabalhadores por aposentação ou reforma.

Evolução da Estrutura de Antiguidade

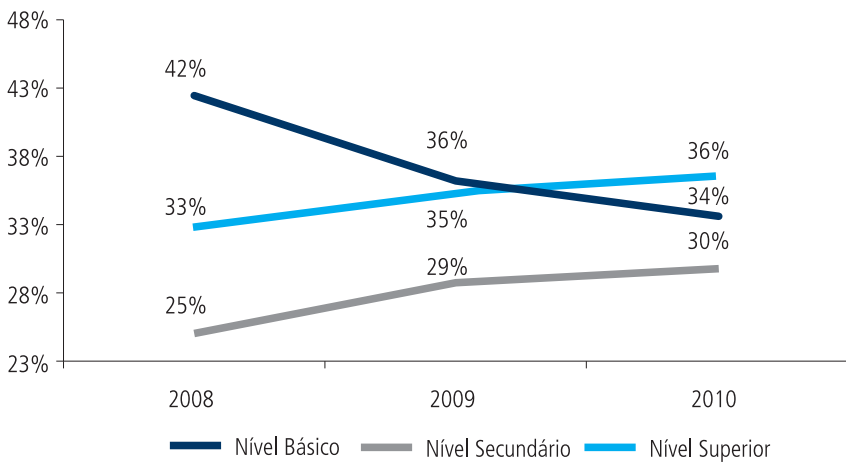


Evolução do Nível Etário Médio



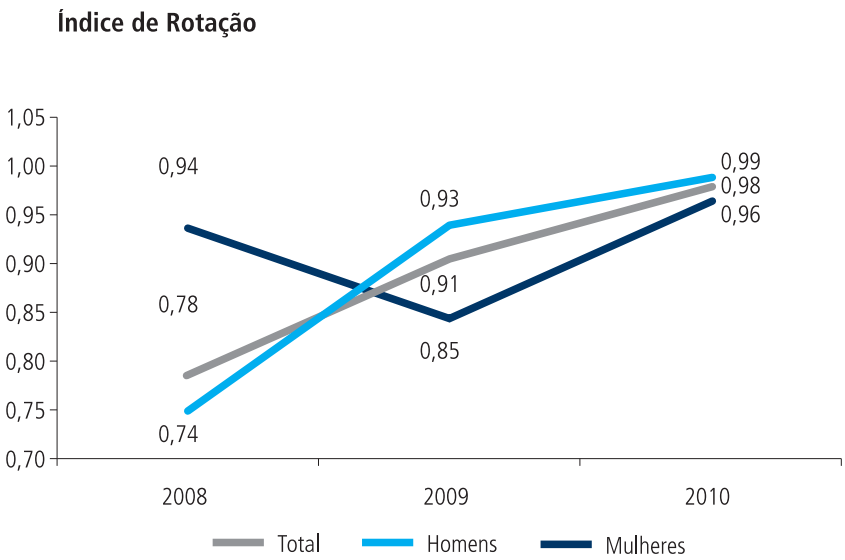
Do efectivo em 2010 verifica-se que 36% tem escolaridade de nível superior, 30% de nível secundário e 34% de nível básico, sendo a evolução da estrutura de habilitações indicativa do progressivo aumento de escolaridade dos trabalhadores nos níveis secundário e superior.

Evolução da Estrutura de Habilitação

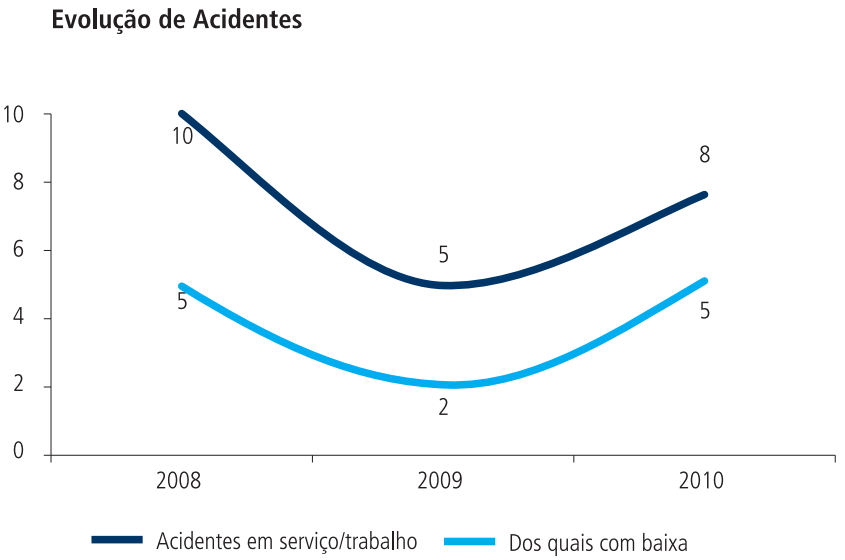


No último triénio o índice de rotação apresentou oscilações, motivadas, no ano de 2008, pela saída de 24 trabalhadores abrangidos com contrato individual de trabalho, indexados à Concessão do Terminal de Granéis Líquidos e da Gestão Integrada de Resíduos do Porto de Sines, com efeitos a partir de 2008-08-01.

A partir do ano 2009, o índice de rotação total aproximou-se da unidade, demonstrando uma estabilização do efectivo, tendo o índice de rotação feminino apresentado um maior distanciamento da unidade no ano de 2009 por efeito da saída de trabalhadoras por motivo de aposentação.



Relativamente aos indicadores de Segurança e de Saúde no Trabalho, a evolução das ocorrências de acidentes em serviço e de trabalho, foram os seguintes:



No que se refere aos elementos financeiros associados aos Recursos Humanos, será de destacar:

INDICADORES	2010	2009	VARIAÇÃO %
Custo do Factor Trabalho	10.665.692	11.003.344	-3,1
Massa Salarial	8.909.651	9.163.767	-2,8
Efectivo Médio	211	214	-1,4
Custo do Factor Trabalho/Efectivo Médio	50.548	51.418	-1,7
Massa Salarial/Efectivo Médio	42.226	42.821	-1,4
Trabalho Extraordinário	10.658	11.994	-11,1
Subsídio de Isenção de Horário de Trabalho	1.231.916	1.334.166	-7,7

A não actualização dos salários nominais, a redução dos montantes associados ao trabalho extraordinário e à isenção de horário de trabalho, bem como a diminuição do efectivo médio, determinaram diminuição da massa salarial e do custo do factor trabalho em 2010.

6. COMUNICAÇÃO



6. COMUNICAÇÃO

A estratégia de comunicação da APS, em 2010 foi suportada por várias ferramentas, destacando-se as acções de Relações Públicas, Patrocínios e Publicidade. No âmbito das Relações Públicas foi frequente a apresentação dos factores críticos de sucesso do Porto de Sines junto de diversos públicos alvo, tendo sido preparados suportes de apresentação e discursos direccionados a cada um desses públicos. Por outro lado, entre os eventos ocorridos durante o ano, destaca-se a inauguração do primeiro armazém logístico da ZALSINES e o lançamento da primeira pedra das obras de ampliação do Terminal XXI.

Das muitas acções preparadas, salienta-se a importância da presença na Exposição Internacional de Xangai, na República Popular da China, onde, no Centro de Negócios do Pavilhão de Portugal, foi apresentada a solução logística de Sines, englobando o porto e a ZILS, junto de potenciais investidores do Extremo Oriente. Para o efeito, foi também lançada uma publicação em inglês, com o patrocínio da APS, denominada Pioneers of Globalization. É também importante referir a promoção da JUP - Janela Única Portuária no certame Portugal Tecnológico, onde a APS participou em conjunto com a APL e APDL, promovendo esta ferramenta electrónica.

No que respeita a cooperação com outros parceiros, de destacar a assinatura de dois Protocolos de Colaboração com portos Brasileiros, nomeadamente os Portos do Itaquí e de Santos, no sentido de reforçar as relações institucionais já existentes com aquele país, bem como desenvolver novas oportunidades de negócio entre Sines e aqueles portos Brasileiros.

Durante o ano de 2010 o Porto de Sines continuou a estar aberto a iniciativas que envolvem a população mais jovem, ciente de que é da maior importância que os mais jovens tenham conhecimento da infra-estrutura de Sines e do papel determinante que esta desempenha na região onde se insere e no país. Desta forma, continuamos a receber um número considerável de visitas de estudo, sendo também de destacar a participação do Porto no Dia Mundial do Mar, que envolveu alunos das Escolas de Sines bem como duas acções de sensibilização ambiental que decorreram no Porto de Recreio em colaboração com a E.S. Poeta Al Berto de Sines e o CIEMAR.

A aposta em inserções publicitárias em meios de comunicação regionais, nacionais e da especialidade continua a ser uma forma de dar a conhecer as potencialidades desta infra-estrutura portuária. Por outro lado, através da atribuição de patrocínios foi possível associar o Porto de Sines a eventos importantes e que reúnem os principais decisores chave do sector, como o Congresso da APLOG (em Lisboa) ou o Congresso de Áreas Logísticas (em Mérida). Ainda neste âmbito, através do apoio a organizações sem fins lucrativos como as Associações de Bombeiros de toda a região e a eventos culturais e desportivos, o Porto de Sines associou-se ao desenvolvimento regional, contribuindo para melhores condições de vida das populações. Em 2010 foram também produzidos materiais promocionais de apoio à estratégia de comunicação, onde assume o maior relevo a produção do novo filme promocional do Porto de Sines, que mostra as principais valências deste porto de uma forma actual, utilizado nas demais acções em que a APS participa.



7. TECNOLOGIAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO



7. TECNOLOGIAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Em 2010 a APS deu continuidade à sua aposta estratégica no domínio dos Sistemas de Informação e Comunicação, através de quatro grandes vectores de desenvolvimento: tecnologias, sistemas, informação e comunicação, com o objectivo de manter o porto moderno, atractivo e simplificado para os seus clientes e eficiente na gestão dos seus recursos.

Considerando o ambiente informacional competitivo que se vive nos dias de hoje, a recolha de dados integrada nos Sistemas de Informação implementados e o seu tratamento estatístico e de gestão permitem aferir a estratégia estabelecida para a empresa e bem assim estabelecer o plano de comunicação empresarial. Tendo presente a quantidade e qualidade da informação recolhida, as tecnologias de informação são utilizadas e exploradas com o objectivo de melhorar a gestão.

A implementação ou *upgrade* de sistemas operacionais como a Janela Única Portuária (JUPII), Sistema de Gestão Integrada Financeira, Compras, Manutenção e Recursos Humanos (SAP R3), Cartão Único Portuário (CUP) e Informação Geográfica (SIIG), devidamente integrados e monitorizados, conducentes à produção de um conjunto de informação estratégica de apoio à decisão, através de sistemas de armazenamento massivo e de tratamento de informação, ao nível de plataformas de DataWarehousing e Business Intelligence, são exemplo dos investimentos realizados nestes domínios.

De fora não poderia ficar o vector da Comunicação Empresarial. Esta tem como alicerces a estratégia definida para a empresa, assente numa atitude de compromisso com o cliente do porto, bem como a Informação veiculada nos Sistemas de Informação, permitem dar a conhecer as potencialidades e serviços disponibilizados pelo porto.

Motivado pelo constante e forte crescimento do Porto de Sines, foi necessário apostar em diferentes vertentes de desenvolvimento para responder aos novos desafios que se colocam. Dando seguimento às orientações estratégicas de desenvolvimento de sistemas de informação, que permitam melhorar o desempenho da organização, foram tomadas as seguintes acções, de evolução dos sistemas de informação e respectivas tecnologias de suporte, no decorrer de 2010:

CERTIFICAÇÃO DE SEGURANÇA TI/SI/ISO 27001

Com este projecto, iniciado em 2010 e cujos trabalhos decorrem, enquadrado no âmbito da Linha de Acção LA1.02 - *Certificação do Porto*, pretende-se obter a Certificação do Sistema de Gestão de Segurança da Informação, nos termos da norma ISO27001:2005, visando garantir o cumprimento dos requisitos de segurança física e lógica da informação processada nos sistemas e tecnologias de suporte, e ainda, os aspectos legais de comércio electrónico, essenciais à info-estrutura de suporte ao negócio portuário.

SIIG - SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO E DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

Iniciado em 2010 e com trabalhos em curso, este projecto irá dotar a APS de um sistema informático transversal a todos os serviços, tendo por base uma plataforma de um sistema de informação geográfica, face à extensão espacial da área portuária, marítima e terrestre, que permita gerir e apoiar as decisões sobre informação georreferenciada relacionada com as diversas instalações e equipamentos portuários, bem como do seu hinterland e foreland.

Os serviços de engenharia, segurança, ambiente, planeamento e estatística, gestão portuária e áreas dominiais irão usufruir deste sistema informático gerindo e apoiando as suas decisões com base em informação georreferenciada estruturada e organizada.

SAP HCM - IMPLEMENTAÇÃO DE FERRAMENTA DE GESTÃO DE CAPITAL HUMANO

Iniciado em 2010, com o processamento de salários já implementado e com os restantes trabalhos em curso, este projecto

enquadrado na estratégia de melhoria de desempenho da organização, visa integrar no sistema ERP SAP da APS a gestão de recursos humanos, integrado com o sistema actual de controlo de acessos e presenças.

Infra-Estruturas de Rede de Comunicações e Evolução do Datacenter

Este projecto, concluído em 2010, permitiu a evolução da área das infra-estruturas de rede de comunicações e da área das infra-estruturas de suporte aos sistemas de informação, nas suas componentes *Disaster Recovery* e de *Backups*, de forma a dar resposta ao crescimento em quantidade e volume das comunicações electrónicas, assim como às exigências de segurança de informação nos aspectos de confidencialidade, integridade e disponibilidade. Contemplou componentes como o incremento da capacidade de processamento, a evolução do sistema de armazenamento empresarial, a evolução do sistema de backups e a evolução de equipamentos activos de rede centrais e periféricos.

Implementação de Equipamentos de Comunicação Rádio de Alta Qualidade e Cobertura

Projecto iniciado em 2010 e cujos trabalhos decorrem, prevendo a evolução do sistema de comunicações do Centro de Controlo de Tráfego. O Centro de Controlo de Tráfego Marítimo do Porto de Sines (CCT) dispõe actualmente de um Sistema Integrador de Comunicações (SINC), cuja finalidade é providenciar um interface único aos operadores para acesso aos diversos dispositivos de comunicação por rádio VHF e UHF, telefone fixo, GSM e SMS, estando também interligado com a restante rede de comunicações de voz da Administração do Porto de Sines (APS). A evolução prevista no presente projecto, através da implementação de equipamentos de comunicação rádio de alta qualidade e cobertura, visa incrementar grandemente as capacidades do sistema através da evolução de componentes vitais para a garantia de boa cobertura, fiabilidade e disponibilidade do sistema.

ALARGAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLO DE ACESSOS A NOVAS ÁREAS DO PORTO

O sistema de controlo de acessos, foi alargado a novas áreas do porto, nomeadamente à ZAL Sines e ao interface ferroviário do TXXI. Este alargamento, no âmbito do CUP, permitiu aumentar a área com acessos controlados electronicamente, facilitando as tarefas das autoridades envolvidas e o acesso dos utentes do porto.

ALARGAMENTO DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA VIDEO

O sistema de vigilância vídeo foi alargado à ZAL Sines, permitindo incluir esta área vital para o porto no leque de áreas vigiadas electronicamente.

ALARGAMENTO DA ÁREA DE COBERTURA DE RADAR NA ÁREA MARITIMA DO PORTO E SECTORES DE APROXIMAÇÃO

Este projecto, iniciado em 2010 e cujos trabalhos decorrem, irá permitir aumentar a área de cobertura de radar, melhorando assim a capacidade de detecção de navios e outras embarcações pelo Centro de Controlo de Tráfego, permitindo um incremento significativo na segurança marítima e portuária. Este projecto inclui a instalação de um segundo equipamento radar na zona Sul do porto, funcionando emparelhado com o sistema radar existente, assim como a instalação de um sistema de visualização nocturna para vigilância da área marítima do porto.



8. INVESTIMENTO



8. INVESTIMENTO

O valor de investimento da APS no exercício de 2010 atingiu aproximadamente 2,24 milhões de euros, representando cerca de metade do investimento planeado. Tal como claramente explicitado no capítulo anterior, os investimentos em tecnologias e sistemas de informação e comunicação tiveram uma grande expressão representando 1,23 milhões de euros, ou seja cerca de 55% do total. De destacar, pelo seu valor e pela importância que a prioridade em equipamentos de prevenção e combate à poluição reveste numa infra-estrutura como o Porto de Sines, a aquisição da Embarcação de Recolha de Hidrocarbonetos. No quadro seguinte apresenta-se o detalhe dos investimentos de 2010:

euros

DESIGNAÇÃO	PLANO	REALIZADO	% REALIZAÇÃO
Acessibilidade e Infra-estruturas	1.050.000	91.874	8,7%
Construção do Centro de Controlo Logístico e Segª (Inclui Instal. p/ Arquivo)	500.000	33.750	6,8%
Construção do Cais de Estacionamento do Trem Naval	0	47.284	-
Outras Construções	550.000	10.840	2,0%
Conservação reabilitação e reconversão de infra-estruturas e equipamento	140.000	61.269	43,8%
Substituição Motores Lancha Minerva	140.000	0	0,0%
Docagem Skimer's	0	61.269	-
Equipamento portuário, segª e ambiente	950.000	360.868	38,0%
Equipamento de Combate à Poluição (Embarcação de Recolha de Hidrocarbonetos)	40.000	290.726	726,8%
Contentor de 20"	10.000	5.620	56,2%
Embarcação "Diddy"	0	62.048	-
Outros Equipamentos	900.000	2.474	0,3%
Sistemas e Tecnologias de Informação e Comunicação	2.260.000	1.228.246	54,3%
Cartão Único do Porto - Extensão aos Terminais da Zona Leste	360.000	359.094	99,7%
Evolução do Datacenter	200.000	271.260	135,6%
Construção do Centro de Controlo Logístico e de Segª	500.000	95.898	19,2%
SIIG - Sistema de Identificação e de Informação Geográfica	150.000	59.873	39,9%
Implementação de Ferramenta de Gestão do Capital Humano	350.000	70.916	20,3%
Licenciamento de Software	150.000	242.034	161,4%
Novas Mensagens SSN no PCOM e JUP II	0	14.250	-
SSP - Extensão ZAL Edifício A9	0	99.890	-
Sistema de Gestão de Segª da Informação	0	15.030	-
Outros Sistemas e Tecnologias de Informação e Comunicação	550.000	0	0%
Outros Investimentos	160.000	492.439	307,8%
TOTAL	4.560.000	2.234.696	49,0%

O financiamento do investimento foi assegurado por fundos comunitários, verbas do Orçamento de Estado (PIDDAC - capº 50º OE) e capitais próprios. O financiamento comunitário recebido no ano ascendeu a 1,79 milhões de euros, neles se incluindo um valor substancial de saldos de projectos desenvolvidos em anos anteriores. Por este motivo, a necessidade de mobilização de capitais próprios para financiamento do investimento do ano foi muito reduzida, não ultrapassando 44 milhares de euros, conforme quadro seguinte:

euros

DESIGNAÇÃO	VALOR
FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO	
POAT - PROGRAMA OPERACIONAL DE ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES	
Infra-estruturas de Alta Disponibilidade de Comunicações e Segurança de Dados Voz e Vídeo no Porto de Sines	197.906
Ampliação do Molhe Leste do Porto de Sines	912.105
POVT - PROGRAMA OPERACIONAL DE VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	
Sistemas Operacionais de Supervisão Portuária	680.363
SUB-TOTAL FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO	1.790.374
FINANCIAMENTO DO O.E.	
PIDDAC	
Planeamento e Controlo de Operações Marítimo Portuárias	400.000
SUB-TOTAL FINANCIAMENTO O.E.	400.000
AUTOFINANCIAMENTO	44.322
TOTAL	2.234.696



9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA



9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Na sequência da entrada em vigor, no início de 2010, do novo Sistema de Normalização Contabilística tornou-se necessário, para efeitos de comparativo, elaborar novas demonstrações financeiras de 2009. Por esse motivo, alguns dos agregados agora utilizados e referentes a esse ano não apresentam os mesmos valores apresentados nos documentos de reporte do correspondente exercício elaborados segundo o anterior Plano Oficial de Contabilidade.

O Resultado Líquido apurado em 2010 atingiu o montante de 6,03 milhões de euros, reflectindo o ano positivo que o porto registou em termos de movimentação portuária. Não fosse o efeito de quase 2 milhões de euros do registo de perdas por imparidades e o resultado teria ficado muito próximo do verificado no ano anterior.

Por sua vez, o EBITDA apurado directamente da conta de resultados ascendeu a 20,8 milhões de euros. No entanto, para um melhor apuramento dos meios gerados pela actividade geral da empresa devem ser descontadas as imputações de subsídios registadas em rendimentos, permitindo apurar o que se pode designar por “EBITDA corrigido” num montante de 13,3 milhões de euros.

euros			
RESULTADOS DO EXERCÍCIO	2010	2009	Var. %
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	20.768.050	21.334.403	-2,65%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	5.974.528	8.754.978	-31,76%
Resultado Financeiro	309.499	-6.405	4.932,47%
Resultado antes de impostos	6.284.027	8.748.573	-28,17%
Resultado líquido do período	6.030.741	8.571.700	-29,64%

As prestações de serviços cresceram 1,7% relativamente ao anterior. Nestas, a Tarifa de Pilotagem apresenta um crescimento (12,7%) em linha com o aumento das escalas de navios e da respectiva tonelagem média. Já a Taxa de Utilização do Porto aplicada a navios (TUP-Navio) não apresenta um crescimento da mesma ordem (1,4%).

O desfasamento da evolução das receitas da TUP/navio face às outras variáveis relacionadas - número de navios, tonelagem (GT) associada e Tarifa de Pilotagem - é justificado pela segmentação das taxas unitárias dessa tarifa, em função do tipo de navio, e pela evolução da estrutura de tráfego do porto, onde o crescimento do peso relativo dos navios porta-contentores, cujas taxas unitárias são mais baixas, provoca as diferenças encontradas nas variações percentuais. Sendo a Tarifa de Pilotagem fixada em relação quase directa com a tonelagem (GT), a evolução das receitas desta tarifa acompanha de muito perto a evolução do GT.

Os rendimentos das concessões cresceram 1,1%, salientando-se que no ano de 2010 não foram actualizados os tarifários dos concessionários, mantendo-se assim genericamente os valores fixados para o ano anterior.

euros			
PROVEITOS OPERACIONAIS	2010	2009	Var. %
Vendas	0	0	0,00%
Prestações de serviços	30.809.262	30.292.900	1,70%
TUP - Navio	8.490.527	8.372.880	1,41%
Tarifa de Pilotagem	2.365.680	2.100.086	12,65%
Fornecimentos e Serviços	3.327.928	3.426.004	-2,86%
Concessões	15.422.704	15.248.475	1,14%
Licenciamentos	744.816	878.018	-15,17%
Náutica de Recreio	227.033	242.456	-6,36%
Outras	230.573	24.982	822,96%
Subsídios à Exploração	78.311	42.608	83,79%
Outros rendimentos e ganhos	7.565.917	7.535.036	0,41%
TOTAL	38.453.490	37.870.545	1,54%



Os custos operacionais registaram um crescimento de 11,6%, principalmente decorrente das variações verificadas nas imparidades de dívidas a receber e nos gastos relativos a depreciações e amortizações, aqui também devido ao registo de uma imparidade no valor dos terrenos da ZAL no montante de 1,95 milhões de euros.

euros			
CUSTOS OPERACIONAIS	2010	2009	Var. %
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	34.693	29.213	18,76%
Fornecimentos e serviços externos	4.846.109	4.725.082	2,56%
Gastos com o pessoal	10.717.150	11.214.195	-4,43%
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	127.558	-595.821	121,41%
Provisões (aumentos / reduções)	-35.220	-2.024.959	98,26%
Outros gastos e perdas	1.995.150	3.188.430	-37,43%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	14.793.522	12.579.425	17,60%
TOTAL	32.478.963	29.115.565	11,55%

O aumento da actividade terá contribuído para o crescimento dos Fornecimentos e Serviços Externos em 2,6%, nomeadamente ao nível dos gastos de conservação e reparação. Ainda assim, os maiores crescimentos registaram-se nas naturezas de bens cujo preço de aquisição está mais sujeito às condições de mercado, como os combustíveis, rubrica também fortemente dependente do nível de actividade e dos meios de apoio envolvidos onde se deve salientar que o trem naval da empresa registou o aumento de duas unidades face ao ano anterior, ou em que a empresa continua a efectuar uma forte aposta como sejam a manutenção de licenças de hardware e software. Também os seguros registaram um aumento significativo. Em contrapartida, foram conseguidas reduções nos gastos com água e electricidade e diminuições muito significativas em rubricas como trabalhos especializados, publicidade e limpeza.

euros			
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2010	2009	Var. %
Trabalhos Especializados e Honorários	565.812	714.035	-20,76%
Publicidade e Propaganda	244.246	344.433	-29,09%
Vigilância e Segurança	242.263	249.233	-2,80%
Conservação e Reparação	1.045.363	797.015	31,16%
Manutenção Licenças Hardware e Software	233.885	192.989	21,19%
Electricidade	1.096.397	1.102.291	-0,53%
Combustíveis	184.855	125.103	47,76%
Água	203.236	208.370	-2,46%
Transportes de Pessoal	147.517	146.818	0,48%
Limpezas Industriais + Limpeza Higiene e Conforto	361.543	392.994	-8,00%
Seguros	120.541	100.594	19,83%
Outros FSE	400.453	351.209	14,02%
TOTAL	4.846.109	4.725.082	2,56%

A diminuição dos gastos com pessoal reflecte a não actualização dos salários nominais dos trabalhadores, a redução do efectivo médio relativamente ao ano anterior e a redução extraordinária de 5% nas remunerações dos órgãos sociais.



O endividamento bancário da empresa continuou a reduzir-se, sendo no final de 2010 de apenas 2,4 milhões de euros, respeitantes à última anuidade do empréstimo contraído junto do BEI no início da década de 90 para financiamento das obras de reabilitação do molhe oeste, logo totalmente incluído no passivo corrente.

O passivo corrente representava no final de 2010 apenas 2,5% do activo da empresa, valor idêntico ao do ano anterior, enquanto que os capitais próprios ascendiam a 79 % desse activo.

Estrutura de Balanço

BALANÇOS	2010		2009	
	VALOR	%	VALOR	%
ACTIVO				
Activo não corrente	368.038.869	93,96%	380.724.855	95,55%
Activo corrente	23.668.560	6,04%	17.727.576	4,45%
Total do activo	391.707.430	100,00%	398.452.430	100,00%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Total do capital próprio	309.362.070	78,98%	315.899.691	79,28%
Passivo				
Passivo não corrente	72.424.233	18,49%	72.653.692	18,23%
Passivo corrente	9.921.126	2,53%	9.899.048	2,49%
Total do passivo	82.345.359	21,02%	82.552.739	20,72%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	391.707.430	100,00%	398.452.430	100,00%

O bom desempenho da empresa ao longo do ano de 2010, quer ao nível da actividade quer ao nível económico-financeiro, reflectiu-se na melhoria dos valores apresentados pelos principais indicadores:

INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS	2010	2009
Volume de Negócios (euros)	30.809.262	30.292.899
EBITDA (descontado da imputação de subsídios) (euros)	13.296.056	14.322.386
Margem do EBITDA %	43,2%	47,3%
Margem do EBIT	19,39%	28,90%
ROACE	4,25%	—
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	38	39
Indicador de Eficiência:		
- Custos Operacionais / EBITDA	2,45	2,32
Valor Acrescentado Bruto (euros)	25.928.460	25.538.605
Rentabilidade das Vendas %	19,60%	28,3%
Rentabilidade Capitais Próprios %	1,9%	2,7%
Rentabilidade do Activo %	1,5%	2,2 %
Autonomia Financeira %	79,0%	79,3%
Divida Remunerada / Capital Próprio %	0,8%	1,5%
Solvabilidade	3,76	3,83
Liquidez	2,39	1,44



10. PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS



10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Tendo presente o disposto no n.º 1 do art.º 294, no n.º 1 do art.º 33, no n.º1 do art.º 295 todos do CSC, e também o constante do n.º 1 do art.º 17 dos estatutos da APS, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que do Resultado Líquido do Exercício de 2010, correspondente a um lucro de €6.030.740,89 (seis milhões, trinta milhares, setecentos e quarenta euros e oitenta e nove cêntimos), 10% seja transferido para Reserva Legal no montante de €603.074,09 (seiscentos e três mil, setenta e quatro euros e nove cêntimos), e se proceda à distribuição ao accionista de 50% do valor restante, ou lucro distribuível, isto é €2.713.833,40 (dois milhões, setecentos e treze milhares, oitocentos e trinta e três euros e quarenta cêntimos), afectando-se o remanescente a reservas livres.





11. NOTA FINAL

Como nota final, regista-se a colaboração proporcionada ao longo do ano de 2010 pelos parceiros institucionais integrantes da comunidade local, regional e sectorial, onde o Porto de Sines se insere, bem como por todos os clientes, fornecedores, concessionários, licenciados e entidades bancárias.

Igualmente se regista o papel imprescindível dos trabalhadores da APS no crescimento da actividade do porto e nos resultados obtidos e o apoio e colaboração prestados pelo Conselho Fiscal e pelo Revisor Oficial de Contas.

Sines, de 2011

O Conselho de Administração

Maria Lídia Ferreira Sequeira
Presidente

Duarte Manuel Lynce de Faria
Vogal

João Paulo Farinha Franco
Vogal



B. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
E RESPECTIVOS ANEXOS



Balanço Individual

Período findo em 31 de Dezembro de 2010

euros

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2010	31-12-2009
ACTIVO			
Activos não corrente			
Activos Fixos Tangíveis	11	366.179.912	378.628.686
Propriedades de Investimento	11	79.699	81.539
Activos intangíveis	12	811.842	927.164
Outros investimentos financeiros	13	434.265	434.265
Activos por impostos diferidos	14	533.151	653.202
		368.038.869	380.724.855
Activo corrente			
Inventários	6	435.230	433.472
Clientes	15	6.455.644	6.121.237
Estado e outros entes públicos	20	695	0
Outras contas a receber	21	424.185	731.948
Diferimentos	21/27	712.868	1.047.052
Caixa e outros depósitos bancários	4	15.639.939	9.393.867
		23.668.560	17.727.576
Total do activo		391.707.430	398.452.430
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	2/29	80.000.000	80.000.000
Outros instrumentos de capital próprio	2/29	4.500.000	4.500.000
Reservas legais	2/29	2.589.094	2.001.687
Outras reservas	2/29	41.577.132	39.227.502
Resultados Transitados	2/29	-124.078	-939.868
Outras variações no capital próprio	2/29	174.789.181	182.538.670
Resultado líquido do período	2/29	6.030.741	8.571.700
Total do capital próprio		309.362.070	315.899.691
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Provisões	17	1.179.985	1.215.205
Financiamentos Obtidos	18	0	2.392.205
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	23	3.101.786	3.384.188
Passivos por impostos diferidos	14	68.142.462	65.662.094
		72.424.233	72.653.692
Passivo Corrente			
Fornecedores	19	981.960	971.335
Estado e outros entes públicos	20	1.710.742	1.915.035
Financiamentos Obtidos	18	2.392.690	2.294.665
Outras contas a pagar	21	2.625.187	2.405.898
Diferimentos	21/27	2.210.548	2.312.114
		9.921.126	9.899.048
Total do passivo		82.345.359	82.552.739
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		391.707.430	398.452.430

Demonstração de Resultados por Natureza

Período findo em 31 de Dezembro de 2010

euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2010	2009
Vendas e Serviços Prestados	5	30.809.262	30.292.899
Subsídios à exploração		78.311	42.608
CMVMC	6	-34.693	-29.213
Fornecimentos e Serviços Externos	7	-4.846.109	-4.725.082
Gastos c/Pessoal	8	-10.717.150	-11.214.195
Imparidade de Dividas a receber (perdas/reversões)	15	-127.558	595.821
Provisões (aumentos/reduções)	17	35.220	2.024.959
Outros Rendimentos e Ganhos	9	7.565.917	7.535.036
Outros Gastos e Perdas	31	-1.995.150	-3.188.430
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		20.768.050	21.334.403
Gastos de depreciação e de amortização	11/12	-12.845.522	-12.579.425
Imparidade de activos fixos tangíveis	11	-1.948.000	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		5.974.527	8.754.978
Juros e Rendimentos similares obtidos	5/32	422.651	217.997
Juros e custos similares suportados	10	-113.151	-224.401
Resultado antes de impostos		6.284.027	8.748.573
Imposto s/Rendimento do período	14	-253.286	-176.873
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		6.030.741	8.571.700

Demonstração dos Resultados por Funções
Período findo em 31 de Dezembro de 2010

euros

RUBRICAS	NOTAS	2010	2009
Vendas e serviços prestados	5	31.008.729	30.449.305
Custo das vendas e dos serviços prestados	6/7/25	-12.999.799	-10.606.611
Resultado bruto		18.008.930	19.842.694
Outros rendimentos		156.689	3.322.694
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos		-6.367.993	-7.949.345
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos		-5.390.698	-6.024.091
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		6.406.928	9.191.951
Gastos de financiamento (líquidos)		-122.902	-443.378
Resultados antes de impostos		6.284.027	8.748.573
Imposto sobre o rendimento do período (*)		-253.286	-176.873
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		6.030.741	8.571.700

Demonstração das alterações do Capital Próprio

Demonstração das alterações do capital próprio no período 2010

euros

Descrição	Notas	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital próprio
Posição em 1 de Janeiro de 2010		80.000.000	4.500.000	2.001.687	39.227.502	-939.868	182.538.670	8.571.700	315.899.691
Alterações no período									0
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									0
Alterações de políticas contabilísticas									0
Ajustamentos por impostos diferidos									0
Outras alterações reconhecidas no Capital próprio						-1.881.836	-7.749.489		-9.631.325
Total		0	0	0	0	-1.881.836	-7.749.489	0	-9.631.325
Resultado líquido do período								6.030.741	6.030.741
Resultado integral								6.030.741	-3.600.584
Operações com detentores de Capital no período									0
Realizações de Capital									0
Diferença resultado POC/SNC 2009						2.697.626		-2.697.626	0
Distribuições				587.407	2.349.630			-5.874.074	-2.937.037
									0
		0	0	587.407	2.349.630	2.697.626	0	-8.571.700	-2.937.037
POSIÇÃO NO FIM DE 2010		80.000.000	4.500.000	2.589.094	41.577.132	-124.078	174.789.181	6.030.741	309.362.070

Demonstração das alterações do Capital no período (Comparativo 2009)

euros

Descrição	Notas	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital próprio
Posição em 1 de Janeiro de 2009 (POC)		80.000.000	0	932.902	34.964.865	2.294.046	0	10.687.846	128.879.659
Alterações no período									0
Primeira adopção de novo referencial contabilístico			4.500.000			-2.024.256	185.463.658		187.939.402
Alterações de políticas contabilísticas									0
Ajustamentos por impostos diferidos									0
Outras alterações reconhecidas no Capital próprio						-12.500	-1.209.658	-2.924.988	-4.147.146
Total		0	4.500.000	0	-12.500	-3.233.914	182.538.670	0	183.792.256
Resultado líquido do período (SNC)								8.571.700	8.571.700
Resultado integral								8.571.700	192.363.956
Operações com detentores de Capital no período									0
Realizações de Capital									0
Distribuições				1.068.785	4.275.138			-10.687.846	-5.343.923
Outras Operações									0
		0	0	1.068.785	4.275.138	0	0	-10.687.846	-5.343.923
POSIÇÃO NO FIM DO 2009 (SNC)		80.000.000	4.500.000	2.001.687	39.227.503	-939.868	182.538.670	8.571.700	315.899.692

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Directo

euros

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA - SNC	2010	2009
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de clientes	33.739.635	33.990.408
Pagamentos a fornecedores	-5.957.965	-6.377.958
Pagamentos ao pessoal	-10.847.191	-11.282.795
Caixa gerada pelas operações		
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-2.423.623	-1.031.697
Outros recebimentos/pagamentos	-4.071.167	-3.476.642
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	10.439.689	11.821.316
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-1.245.038	-2.552.293
Activos intangíveis	-146.528	-643.166
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	53.594	887.314
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Subsídios ao investimento	2.190.374	2.503.973
Juros e rendimentos similares	321.177	183.898
Dividendos	84.603	
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	1.258.181	379.726
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Cobertura de prejuízos		
Doações		4.324
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-2.488.830	-4.524.379
Juros e gastos similares	-25.931	-323.658
Dividendos	-2.937.037	-4.275.138
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-5.451.798	-9.118.852
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	6.246.072	3.082.190
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	9.393.867	6.311.677
Caixa e seus equivalentes no fim do período	15.639.939	9.393.867

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

1. Identificação da entidade

A Administração do Porto de Sines (adiante designada por “APS” ou “Empresa”), foi inicialmente constituída sob a forma de instituto público dotado de personalidade jurídica de direito público e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Pelo Decreto-lei nº 337/98, de 3 de Novembro, foi transformada em Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos. A partir dessa data a APS passou a reger-se pelo referido diploma e pelos seus Estatutos e, em tudo o que neles não estiver previsto, pelas normas aplicáveis às sociedades anónimas e pelas normas especiais cuja aplicação decorra do objecto da Empresa.

A APS, SA sucedeu assim automática e globalmente à Administração do Porto de Sines, e continuou a personalidade jurídica desta, conservando a universalidade dos bens, direitos e obrigações integrantes da sua esfera jurídica no momento da transformação. Mantiveram-se integrados no domínio público do Estado afecto à APS, SA os terrenos, terraplenos e molhes de protecção situados dentro da área de jurisdição da Administração do Porto de Sines ou com ela confinantes, delimitada pelos contornos e linhas definidos pelos pontos constantes da planta anexa ao referido diploma e ainda os bens afectos à actividade de pesca, serviços de primeira venda e actividades conexas. Neste contexto, os bens de domínio público encontram-se afectos à actividade da Empresa, que os pode administrar livremente, nesse âmbito, mas não pode dispor dos mesmos no que diz respeito ao comércio jurídico privado.

Foram desafectados do domínio público do Estado, e integrados no património da APS, SA, todos os equipamentos e edifícios, ainda que implantados sobre terrenos dominiais, afectos à Administração do Porto de Sines. A Empresa sucedeu ainda na titularidade de todos os bens, direitos e obrigações do Departamento de Pilotagem de Sines do Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos (INPP). Passaram também a constituir património da APS, SA, os imóveis do INPP afectos ao Departamento de Pilotagem de Sines.

A APS, SA tem sede na Rua do Porto Industrial, em Sines, Portugal. O seu principal centro de negócio é exercido no mesmo local. A APS, SA, assegura o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento do Porto de Sines nos seus múltiplos aspectos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efectivos e de exploração portuária e ainda a actividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias. Assim, são competências da Empresa:

- a) atribuição de usos privativos e definição de respectivo interesse público para efeitos de concessão, relativamente aos bens de domínio público que lhe está afecto, bem como à prática de todos os actos respeitantes à execução modificação e extinção da licença ou concessão;
- b) licenciamento de actividades portuárias de exercício condicionado e concessão de serviços públicos portuários, podendo praticar todos os actos necessários à atribuição, execução, modificação e extinção da licença ou concessão, nos termos da legislação aplicável;
- c) expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários, nos termos legais;
- d) fixação das taxas a cobrar pela utilização do porto, dos serviços nele prestados e pela ocupação de espaços dominiais ou destinados a actividades comerciais ou industriais;
- e) protecção das suas instalações e do seu pessoal;
- f) uso público dos serviços inerentes à actividade portuária e sua fiscalização.

Na sua área de jurisdição, só a APS pode conceder licenças para execução de obras directamente relacionadas com a sua actividade e cobrar taxas inerentes às mesmas. As atribuições referentes à gestão da água na área de jurisdição da APS, incluindo a supervisão da sua qualidade, competem ao Instituto da Água e à respectiva Direcção Regional do Ambiente. A APS terá de obter parecer prévio das entidades responsáveis pela protecção do ambiente, no que respeita a utilização de edifícios ou de instalações a licenciar, de que possa resultar poluição de qualquer natureza.

No âmbito das orientações da política comum de transportes e da política nacional para o sector marítimo-portuário, a Empresa tem vindo a alterar o modelo de gestão de autoridade portuária, através do accionamento dos processos de concessão ao sector privado das operações e infra-estruturas portuárias, com o consequente afastamento da APS da área operacional (mais “Landlord Port” e menos “Tool Port”) e acentuando as funções de controlo e fiscalização e de Autoridade Portuária.

A empresa é detida integralmente pelo Estado Português, não sendo participada por qualquer sociedade mãe. A empresa foi inicialmente constituída com um capital social de 49.393.461,76 euros, tendo subsequentemente sido aumentado para 80.000.000,00 euros. Este reforço foi determinado em função da estrutura dos capitais próprios, das responsabilidades e das reservas subjacentes ao valor de avaliação dos bens integrados nas contas aquando da sua constituição.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), devendo entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), e as Normas Interpretativas. Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações SIC-IFRIC. As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2010 são comparáveis com os utilizados na preparação dos comparativos das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009.

Relativamente à adopção pela 1.ª vez do SNC foi adoptada a isenção relativa à valorização dos activos fixos tangíveis e propriedades de investimento transferidos ao custo histórico e a exclusão relativa às estimativas.

Não foram derogadas disposições do SNC.

a. Forma como a transição dos Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites anteriores para as NCRF afectou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados;

Os efeitos no balanço em 31 de Dezembro de 2009 da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC para as demonstrações financeiras expressas em conformidade com o SNC, em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2009, detalham-se da seguinte forma:

euros			
CONCILIAÇÃO DO BALANÇO - COMPARATIVO VS ABERTURA SNC	Comparativo SNC 31/12/2009	Ajustamentos e reclassificações	Abertura SNC 01/01/2010
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos Fixos Tangíveis	378.628.686	0	378.628.686
Propriedades de Investimento	81.539	0	81.539
Activos intangíveis	927.164	0	927.164
Outros investimentos financeiros	434.265	0	434.265
Activos por impostos diferidos	653.202	-583.867	69.335
Subtotal Activo não corrente	380.724.855	-583.867	380.140.988
Activo corrente			
Inventários	433.472	0	433.472
Clientes	6.121.237	0	6.121.237
Estado e outros entes públicos	0	0	0
Outras contas a receber	731.948	0	731.948
Diferimentos	1.047.052	0	1.047.052
Caixa e outros depósitos bancários	9.393.867	0	9.393.867
Subtotal Activo corrente	17.727.576	0	17.727.576
Total do Activo	398.452.430	-583.867	397.868.563
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	80.000.000	0	80.000.000
Outros instrumentos de capital próprio	4.500.000	0	4.500.000
Reservas legais	2.001.687	0	2.001.687
Outras reservas	39.227.502	0	39.227.502
Resultados Transitados	-939.868	2.101.259	1.161.391
Outras variações no capital próprio	182.538.670	65.674.594	248.213.264
Resultado líquido do período	8.571.700	-2.697.626	5.874.074
Total do capital próprio	315.899.691	65.078.227	380.977.918
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Provisões	1.215.205	0	1.215.205
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	3.384.188	0	3.384.188
Passivos por impostos diferidos	65.662.094	-65.662.094	0
Subtotal Passivo Não Corrente	70.261.487	-65.662.094	4.599.393
Passivo Corrente			
Fornecedores	971.335	0	971.335
Estado e outros entes públicos	1.915.035	0	1.915.035
Financiamentos Obtidos	4.686.870	0	4.686.870
Outras contas a pagar	2.405.898	0	2.405.898
Diferimentos	2.312.114	0	2.312.114
Subtotal Passivo Corrente	12.291.253	0	12.291.253
Total do Passivo	82.552.739	-65.662.094	16.890.645
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	398.452.430	-583.867	397.868.563

Reconciliação POC vs SNC em 31/12/2009

euros						
Activo Fixo	Activos Fixos Tangíveis	Propriedades de Investimento	Activos intangíveis	Outros investimentos financeiros	Resultados Transitados	Total Geral
POC						
Despesas de Instalação			656.803		589.522	1.246.325
Imobilizações em Curso			241.300		184.253	425.553
Terrenos e Recursos Naturais	4.749.399					4.749.399
Edifícios e Outras Construções	365.397.610				1.065.798	366.463.408
Equipamento Básico	6.869.603				70.628	6.940.231
Equipamento de Transporte	558.410					558.410
Ferramentas e Utensílios	30.307				71	30.378
Equipamento Administrativo	756.731				7.237	763.968
Outras Imobilizações Corpóreas	9.361				135	9.496
Imobilizações em Curso	286.325					286.325
Partes de Capital em Empresas Participadas				434.265		434.265
Investimentos em Imóveis		81.539				81.539
TOTAL GERAL	378.657.746	81.539	898.103	434.265	1.917.644	381.989.297

euros		
Inventários	INVENTÁRIOS	TOTAL GERAL
POC		
Matérias Primas Subsidiárias e de Consumo	433.472	433.472
TOTAL GERAL	433.472	433.472



Dividas de terceiros a curto prazo euros

POC	Cientes	Outras contas a receber	Resultados Transitados	Estado e outros entes públicos	Outras contas a pagar	Total Geral
Cientes c/c	6.121.237				2.041	6.123.278
Cientes de Cobrança Duvidosa						
Estado e Outros Entes Públicos						
Outras Contas a Pagar		42.228				42.228
TOTAL GERAL	6.121.237	42.228			2.041	6.165.506

Depósitos Bancários e Caixa euros

POC	Caixa e outros depósitos bancários	Total Geral
Caixa	0	0
Depósitos Bancários	9.393.867	9.393.867
TOTAL GERAL	9.393.867	9.393.867

Acréscimos e diferimentos Activos euros

POC	Activos por impostos diferidos	Outras contas a receber	Diferimentos	Total Geral
Acréscimos de Proveitos		689.719		689.719
Custos Diferidos			1.047.052	1.047.052
Impostos Diferidos	69.335			69.335
TOTAL GERAL	69.335	689.719	1.047.052	1.806.106

b. Conciliação dos ajustamentos POC vs SNC em 01/01/2009 e em 31/12/2009

Conciliação do Capital Próprio euros

Ajustamento	01-01-2009
Capital próprio POC	128.879.658
Ajustamento transição	-1.873.229
Diferença relacionada com adições do ano	-151.027
Subsídios para investimento reconhecidos em 2009	252.331.508
Imposto diferido Passivo - Subsídios Investimento inicial	-66.867.850
Sorie	-1.823.640
Imputação de impostos diferidos - Activos e Passivos	1.020.760
Saldo dos subsídios recebidos liquido de impostos	1.713.756
Imputações de subsídios liquido de impostos	-5.058.022
Total dos ajustamentos	179.292.256
Transferência para reserva legal	1.068.785
Transferência para reserva livre	4.275.138
Distribuição do resultado	-10.687.846
Resultado do exercício segundo o SNC	8.571.700
Terreno da ZAL	4.500.000
Subtotal	7.727.777
Capital próprio SNC	Saldo em 31-12-2009
	315.899.691



Conciliação do Capital próprio entre o Balanço POC em 01/01/2009 e o Balanço Comparativo de Abertura SNC 2009

euros

	POC 01-01-2009	Ajustamentos e reclassificações	SNC 31-12-2009
Capital realizado	80.000.000	0	80.000.000
Outros instrumentos de capital próprio	0	4.500.000	4.500.000
Reservas legais	932.902	1.068.785	2.001.687
Outras reservas	34.964.865	4.262.637	39.227.502
Resultados Transitados	2.294.046	-3.233.914	-939.868
Outras variações no capital próprio	0	182.538.670	182.538.670
Resultado líquido do período	10.687.846	-2.116.146	8.571.700
TOTAL GERAL	128.879.658	187.020.033	315.899.691

c. **Reconciliação do resultado relatado segundo os PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS GERALMENTE ACEITES anteriores, relativo ao último período das mais recentes demonstrações financeiras anuais, com o resultado segundo as NCRF relativo ao mesmo período;**

Decorrente dos ajustamentos indicados, a demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, expressa de acordo com o SNC, é a seguinte:

Conciliação do Resultado Líquido

euros

Ajustamento	31-12-2009
Resultado líquido POC	5.874.074
Desreconhecimento da imputação subsídios	-130.355
Desreconhecimento de amortizações	1.150.308
Imposto Diferido Passivo - Subsídios Investimento	1.823.640
Imposto Diferido Activo - Efeito transição	-145.967
Total dos ajustamentos	2.697.626
Resultado líquido SNC	8.571.700

Demonstração de Resultados Por Natureza

euros

Conciliação da DRN - POC SNC	POC	Ajustamentos e reclassificações	SNC
Vendas e Serviços Prestados	30.292.899		30.292.899
Subsídios à exploração	42.608		42.608
CMVMC	-29.213		-29.213
Fornecimentos e Serviços Externos	-4.725.082		-4.725.082
Gastos c/Pessoal	-11.214.195		-11.214.195
Imparidade de Dividas a receber (perdas/reversões)	595.821		595.821
Provisões (aumentos/reduções)	2.024.959		2.024.959
Outros Rendimentos e Ganhos	7.665.392	-130.355	7.535.036
Outros Gastos e Perdas	-3.188.430		-3.188.430
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	21.464.758	-130.355	21.334.403
Gastos de depreciação e de amortização	-13.729.733	1.150.308	-12.579.425
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	7.735.026	1.019.952	8.754.978
Juros e Rendimentos similares obtidos	217.997		217.997
Juros e gastos similares suportados	-224.401		-224.401
Resultado antes de impostos	7.728.621	1.019.952	8.748.573
Imposto s/Rendimento	-1.854.547	1.677.674	-176.873
TOTAL GERAL	5.874.074	2.697.626	8.571.700



d. Conciliação dos Ajustamentos POC vs SNC em 31-12-2010

euros

POC	Dif. Balanço Conversão SNC	Dif. Dem. Resultado Conversão SNC	Total Geral
Despesas de Instalação	589.522		589.522
Imobilizações em Curso	184.253		184.253
Edifícios e Outras Construções	1.065.798		1.065.798
Equipamento Básico	70.628		70.628
Ferramentas e Utensílios	71		71
Equipamento Administrativo	7.237		7.237
Outras Imobilizações Corpóreas	135		135
Proveitos Diferidos	-183.507		-183.507
Resultados		1.019.952	1.019.952
Total Geral	1.734.137	1.019.952	2.754.089

e. Demonstração de Resultados por Funções

euros

Conciliação da DRF - POC SNC	POC	Ajustamentos e reclassificações	SNC
Vendas e serviços prestados	30.449.305		30.449.305
Custo das vendas e dos serviços prestados	-11.626.563	619.559	-11.007.004
Resultado bruto	18.822.742	619.559	19.442.301
Outros rendimentos	3.322.694		3.322.694
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos	-7.949.345	400.393	-7.548.952
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos	-6.024.091		-6.024.091
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	8.171.999	1.019.952	9.191.952
Gastos de financiamento (líquidos)	-443.378		-443.378
Resultados antes de impostos	7.728.621	1.019.952	8.748.573
Imposto sobre o rendimento do período	-1.854.547	1.677.674	-176.873
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	5.874.074	2.697.626	8.571.700

3. Principais políticas contabilísticas, estimativas e julgamentos relevantes

a. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

- Edifícios e outras construções - 10 a 50
- Equipamento básico - 2 a 15
- Equipamento de transporte - 2 a 10
- Equipamento administrativo - 2 a 10

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um activo, é revista a depreciação desse activo de forma prospectiva para reflectir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspecção e conservação dos activos são registados como gasto.

Os activos fixos tangíveis em curso referem-se a activos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes activos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do activo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

b. Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado. Não é considerada qualquer quantia residual.

Se existe algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um activo, é revista a amortização desse activo de forma prospectiva para reflectir as novas expectativas.

c. Participações financeiras

A rubrica “participações financeiras - outros métodos” inclui os investimentos numa participada na qual a empresa não exerce controlo (o que ocorreria se a empresa controlasse directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral ou detivesse o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais) nem influência significativa (o que ocorreria se a empresa participasse nas decisões financeiras e operacionais da empresa o que geralmente ocorre nos investimentos que representam entre 20% a 50% do capital de uma empresa).

As primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com as NCRF não são as primeiras demonstrações apresentadas.



As participações financeiras são relevadas ao custo subtraído de qualquer perda por imparidade acumulada. Os dividendos são reconhecidos quando se estabelece o direito ao respectivo recebimento por parte da empresa, e são relevados em “Juros e outros rendimentos similares”.

d. Imparidade dos activos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação de imparidade dos activos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)”, ou na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”, caso a mesma respeite a activos não depreciables.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

e. Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo é registado no activo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização/depreciação do activo, calculada conforme descrito acima, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

f. Custos de empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.

g. Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo médio de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

Os produtos acabados e semi-acabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, e que é inferior ao valor de mercado.

h. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

i. Instrumentos financeiros

• Clientes

Nos termos da NCRF 27 as entidades podem utilizar dois métodos para mensurar as contas de clientes: i) o método do custo, ou ii) o método do custo amortizado.

A maioria das vendas é realizada em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente. Quando o crédito apresenta um prazo superior ao das condições normais de crédito, as contas de clientes são mensuradas ao custo amortizado utilizando o método do juro efectivo.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

• Empréstimos e contas a pagar não correntes

Os empréstimos e as contas a pagar não correntes, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo amortizado.

• Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

j. Activos e passivos contingentes

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objecto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objecto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

k. Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respectivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

l. Rédito

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando: i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens; ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efectivo dos bens vendidos; iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada; iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para a empresa; e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras contas a pagar ou a receber”.

m. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assumpções efectuadas pelo órgão de gestão foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e iii) provisões;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

n. Subsídios do governo

Na preparação das demonstrações financeiras a entidade regista os subsídios para investimento desde que seja certo que serão cumpridas as condições ao seu acesso e que os mesmos serão recebidos. Estes subsídios são reconhecidos na demonstração de resultados numa base sistemática e racional durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados.

No caso dos subsídios relacionados com rendimentos os mesmos são reconhecidos quando cumpridas as condições do seu recebimento e afectos ao período em que ocorre o gasto relacionado.

o. Reformas antecipadas

A APS é responsável pelo pagamento de pensões de reforma antecipadas, aos trabalhadores que optaram pelo benefício previsto no Dec. Lei nº 467/99, de 6 de Novembro. Este decreto refere que, desde que se verificassem determinadas condições até 31 de Dezembro de 2002, era permitida a reforma antecipada dos trabalhadores ligados aos institutos e demais entidades portuárias, que fossem subscritores da Caixa Geral de Aposentações. Esta responsabilidade cessa quando os trabalhadores que tenham optado pela aposentação perfaçam 36 anos de serviço ou 70 anos de idade.

As responsabilidades, determinadas com base no valor da pensão actual multiplicada pelo número de anos em que esse benefício ainda vai vigorar (tendo por base as condições da sua cessação), encontram-se cobertas por registo na rubrica Benefícios pós emprego - encargos D.L. 467/99 (ver Nota 8). Esta responsabilidade encontra-se registada ao seu valor nominal, por se considerar que qualquer ajustamento a efectuar decorrente do desconto destes valores não seria significativo.

p. Pensões de reforma

Nos termos do artigo nº 16 do Dec. Lei nº 337/98, de 3 de Novembro, a APS ficou obrigada a contribuir, em conjunto com as outras Administrações, para a manutenção do fundo de aposentações do INPP - Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos, criado pelo Dec. Lei nº 188/89, de 3 de Junho, relativamente aos aposentados que integravam o ex-departamento de pilotagem. A Empresa possui ainda uma responsabilidade relacionada com o pagamento de pensões vitalícias de sobrevivência e de sangue a alguns aposentados previstas respectivamente no D.L. 498/72 de 9/12 e D.L. 125/94 de 18/5.

A partir do exercício de 2005 (inclusivé), a Empresa passou a adoptar a Norma Internacional de Contabilidade nº 19, face à entrada em vigor do SNC passou-se a aplicar a NCRF 28, que deriva da adaptação do anterior normativo, para reconhecimento destas responsabilidades (ver Nota 8).

O financiamento destas responsabilidades, as quais são avaliadas por estudo actuarial desenvolvido anualmente por entidade independente, foi registado na rubrica Benefícios pós emprego a responsabilidade (ver Nota 8).

Os desvios actuariais, caso existam, são registados em rubricas de Capital próprio.

q. Benefícios de acção social pós-emprego (assistência médico-medicamentosa e assistência hospitalar)

A Empresa tem instituído determinados benefícios de acção social pós-emprego para os colaboradores afectos à Caixa Geral de Aposentações e seus familiares. O financiamento destas responsabilidades, as quais são avaliadas por estudo actuarial desenvolvido anualmente por entidade independente, foi registado na rubrica Benefícios pós emprego a responsabilidade (ver Nota 8).

A partir do exercício de 2005 (inclusivé), a Empresa passou a adoptar a Norma Internacional de Contabilidade nº 19, face à entrada em vigor do SNC passou-se a aplicar a NCRF 28, que deriva da adaptação do anterior normativo, para reconhecimento destas responsabilidades (ver Nota 8).

r. Propriedades de investimento

Na mensuração das propriedades de investimentos a empresa utiliza o modelo do custo.



4. Caixa e depósitos bancários

Não existem, em 31 de Dezembro do período de relato saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para utilização. Os saldos de caixa e seus equivalentes discriminam-se como se segue:

Disponibilidades

euros			
DESCRIÇÃO	2010	2009	VARIAÇÃO %
Depósitos à ordem	639.939	3.393.867	-81,14%
Depósitos prazo	15.000.000	6.000.000	150,00%

5. Réditos e Rendimentos

DESCRIÇÃO	2010	2009	VARIAÇÃO %
TUP - Navio	8.490.527	8.372.880	1,41%
Tarifa de Pilotagem	2.365.680	2.100.086	12,65%
Fornecimentos e Serviços	2.170.374	2.230.674	-2,70%
Concessões	15.422.704	15.248.475	1,14%
Licenciamentos	744.816	844.031	-11,75%
Outros réditos	1.615.161	1.496.753	7,91%
Subtotal - Fornecimentos Serviços	30.809.262	30.292.899	1,70%
Juros de Depósitos	338.048	137.556	145,75%
Dividendos	84.603	52.216	62,03%
Outros réditos	0	28.225	-100,00%
Subtotal Rendimentos financeiros	422.651	217.997	93,88%
TOTAL	31.231.913	30.510.896	2,36%

euros

6. Variação nos inventários de produção e custo das matérias consumidas

A APS tem como inventários as seguintes categorias de bens:

- Pedra destinada a prover as necessidades de conservação de molhes e taludes no montante de 292.182,71 €;
- Material de uso corrente para manutenção dos activos fixos tangíveis afectos à operação portuária, nomeadamente lanchas e skimmers no montante de 106.167,17 €;
- Equipamento de protecção individual dos serviços operacionais no montante de 17.853,17 €;
- Materiais diversos no montante de 19.027,05 €;

Não existem inventários escriturados pelo justo valor, não foram efectuados ajustamentos de inventários reconhecidos como gastos do período e não existem inventários dados como penhor de garantia a passivos. Os inventários à data de 31 de Dezembro de 2010 apresentam as seguintes classificações e montantes:

euros	
MOVIMENTOS	MATÉRIAS PRIMAS
Existências Iniciais	433.472
Compras / Produção	36.451
Existências Finais	435.230
Gasto Das Existências	34.693



7. Fornecimentos e serviços externos

Para uma melhor compreensão apresenta-se quadro discriminativo das naturezas mais significativas de gastos em fornecimentos e serviços externos:

euros			
DESCRIÇÃO	2010	2009	Variação %
Trabalhos Especializados	521.274	644.812	-19,16%
Publicidade e Propaganda - Serviços	244.246	344.433	-29,09%
Vigilância Segurança	242.263	249.233	-2,80%
Serviços Conservação e Reparação	870.768	423.594	105,57%
Manutenção Software e Hardware	233.885	192.989	21,19%
Electricidade	1.096.397	1.102.291	-0,53%
Gasóleo	166.844	114.595	45,59%
Agua	203.236	208.370	-2,46%
Transportes Pessoal	147.517	146.818	0,48%
Seguros	120.541	100.594	19,83%
Limpeza Higiene e Conforto	346.994	379.747	-8,62%
Outros FSE	652.145	817.607	-20,24%
TOTAIS	4.846.109	4.725.082	2,56%

8. Gastos com o pessoal

Os gastos com pessoal no período de relato, são discriminados por naturezas no quadro abaixo:

euros			
DESCRIÇÃO	2010	2009	Variação %
Remunerações dos Orgãos Sociais	280.348	321.690	-12,85%
Remunerações do pessoal	8.393.943	8.668.951	-3,17%
Benefícios pós-emprego	466.419	522.592	-10,75%
Encargos sobre remunerações	1.412.839	1.466.643	-3,67%
Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	45.832	43.362	5,70%
Outros gastos com o pessoal	117.768	190.958	-38,33%
	10.717.150	11.214.195	-4,43%

Durante o exercício o número médio de trabalhadores e o número de trabalhadores no fim do período de relato, era, respectivamente de 211 (2009: 214), e de 211, (2009: 210) e apresentava a seguinte distribuição:

INDICADORES	2010	2009
Dirigentes	3	3
Quadros Superiores	72	71
Quadros Médios	0	0
Quadros Intermédios	9	9
Profissionais Altamente Qualificados e Qualificados	90	90
Profissionais Semi-qualificados	36	36
Profissionais não Qualificados	1	1
Praticantes / Aprendizes	0	0
TOTAL	211	210

Responsabilidades assumidas por reformas antecipadas, pensões de reforma, benefícios sociais pós-emprego e outras

a) Conforme referido na Nota 3. n), a Empresa é responsável pela manutenção do fundo de aposentações do INPP - Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos, criado pelo Dec. Lei nº 188/89, de 3 de Junho, relativamente aos aposentados que integravam o ex-departamento de pilotagem. A Empresa possui ainda uma responsabilidade relacionada com o pagamento de pensões vitalícias de sobrevivência e de sangue a alguns aposentados.

Os estudos actuariais desenvolvidos por entidade independente, com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, para efeitos de apuramento nessas datas, das responsabilidades acumuladas, tiveram por base os seguintes pressupostos:

DATA DE REFERÊNCIA	31-12-2010	31-12-2009
Tábuas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábuas de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa de desconto	5,06%	5,50%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	1,75%
Taxa de inflação	2,00%	2,00%

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a cobertura das responsabilidades da Empresa registada em Balanço era a seguinte:

BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO	31-12-2010	31-12-2009
Responsabilidades por serviços passados - pensionistas	673.515	668.324
Benefícios pós emprego em Balanço	673.515	668.324
Percentagem de cobertura	100,00%	100,00%

Conforme também referido na Nota 3. n), a Empresa adopta como politica contabilística para reconhecimento das suas responsabilidades com pensões de reforma, os critérios consagrados na Norma contabilística e de relato financeiro 28.

A evolução das responsabilidades por serviços passados entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2010, é discriminada seguidamente:

	euros
SALDO INICIAL	-668.324
Custo com serviços correntes	-1.032
Custo financeiro	-34.938
Ganhos e perdas actuariais	-35.302
Pensões pagas	66.081
SALDO FINAL	-673.515

As perdas actuariais, que ascenderam a 35,3 milhares de euros, foram registados na rubrica de resultados transitados.

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros foram registados a débito da rubrica de custos com pessoal.

b) Conforme referido na Nota 3. o), a Empresa tem instituído determinados benefícios de acção social pós-emprego para os colaboradores afectos à Caixa Geral de Aposentações e seus familiares.

Os estudos actuariais desenvolvidos por entidade independente, com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, para efeitos de apuramento nessas datas, das responsabilidades acumuladas, tiveram por base os seguintes pressupostos:

DATA DE REFERÊNCIA	31-12-2010	31-12-2009
Tábuas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábuas de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa de desconto	5,06%	5,50%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	1,75%
Taxa de inflação	2,00%	2,00%



Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a cobertura das responsabilidades da Empresa pela provisão em Balanço era a seguinte:

euros

CUSTOS DE ACÇÃO SOCIAL	31-12-2010	31-12-2009
Responsabilidades por serviços passados:	2.404.299	2.632.715
- activos		
- pensionistas		
- outros		
Custos de Acção Social em Balanço	2.404.299	2.632.715
Percentagem de cobertura	100%	100%

Conforme também referido na Nota 3. p), a Empresa adopta como política contabilística para reconhecimento das suas responsabilidades com benefícios de acção social pós emprego, os critérios consagrados na Norma de Contabilidade e Relato Financeiro n.º 28.

A evolução das responsabilidades por serviços passados entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2009, é discriminada seguidamente:

euros

SALDO INICIAL	-2.632.715
Custo com serviços correntes	-24.499
Custo financeiro	-141.144
Ganhos e perdas actuariais	362.171
Benefícios pagos	31.888
SALDO FINAL	-2.404.299

Os ganhos actuariais, os quais de acordo com o estudo actuarial ascenderam a 362.2 milhares de euros, foram registados na rubrica de Resultados Transitados.

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros foram registados a débito da rubrica de custos com pessoal.

c) Conforme referido na Nota 3. q), a Empresa é responsável pelo pagamento de pensões de reforma antecipadas aos trabalhadores que optaram pelo benefício previsto no Dec. Lei nº 467/99, de 6 de Novembro.

A variação nas responsabilidades (determinada a custos nominais) ocorrida no exercício, bem como o valor da provisão em Balanço é a seguinte:

euros

- Responsabilidade em 31 de Dezembro de 2009	78.262
- Ganhos e Perdas Actuarais	0
- Benefícios Pagos	-54.448
- Registo em Balanço em 31 de Dezembro de 2010	23.814
Percentagem de cobertura da Provisão	100%

9. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos incluem os itens conforme descrito no seguinte quadro:

Outros rendimentos e ganhos

euros

DESCRIÇÃO	2010	2009	Variação %
Mais valias contabilísticas	23.728	8.119	192,24%
Imputação Subsídios para investimento do governo	7.471.994	6.881.662	8,58%
Outros rendimentos e ganhos	70.195	645.255	-89,12%

10. Juros e gastos similares suportados

Os custos de empréstimos obtidos são considerados gastos do período de acordo com a NCRF 10.

Em 2010 os gastos com empréstimos obtidos, empréstimo do BEI, atingiram os montantes descritos no quadro seguinte:

euros

DESCRIÇÃO	2010	2009	Variação %
Juros e gastos similares suportados	113.151	224.401	-49,58%

11. Activo fixo tangível

A composição e os movimentos ocorridos, por natureza, do activo fixo tangível e respectivas depreciações, no período de relato são como se indica nos quadros seguintes:

Activo fixo tangível

euros

Designação	Saldo Inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Abates	Saldo Final
Tangível-Terrenos/Recursos Naturais	4.749.399	0	0	0	0	4.749.399
Tangível-Edifícios/Construções	64.812.321	54.379	0	286.325	0	65.153.025
Activo Fixo Tangível - Bens do Domínio Público	359.299.249	0	0	0	0	359.299.249
Equipamento Básico	10.918.569	421.912	-39.904	0	0	11.300.577
Equipamento de Transporte	1.262.316	395.626	-135.259	0	0	1.522.683
Equipamento Administrativo	3.223.021	358.090	0	0	-9.500	3.571.611
Activo Tangível-Outros	238.081	9.983	0	0	-63	248.001
Activo Tangível em Curso	286.325	558.852	0	-88.875	0	756.302
TOTAIS	444.789.280	1.798.842	-175.162	197.450	-9.563	446.600.847

Depreciações e Imparidades de Activos fixos tangíveis

euros

Rúbricas	Saldo Inicial	Reforço	Transferências e Abates	Saldo Final
Terrenos	0	1.948.000	0	1.948.000
Tangível-Edifícios/Construções	13.315.025	2.563.159	0	15.878.184
Activo Fixo Tangível - Bens do Domínio Público	45.389.351	8.193.687	0	53.583.038
Equipamento Básico	4.198.423	1.078.855	-33.669	5.243.610
Equipamento de Transporte	703.906	277.045	-135.259	845.693
Equipamento Administrativo	2.355.445	354.936	-8.626	2.701.754
Activo Tangível-Outros	198.444	22.275	-63	220.656
TOTAIS	66.160.594	14.437.957	-177.617	80.420.935

Não há itens afectos como garantia de passivos.

Não foram preparados comparativos, dada a sua complexidade, de acordo com o previsto na NCRF 3 parágrafo 1 (c).

Pela sua relevância nas demonstrações financeiras listam-se os bens que, nos termos do Decreto-Lei 337/98, são considerados bens de domínio público, afectos à APS e que não podem ser alienados ou onerados.

Bens do domínio público

euros

Descrição	Valor de aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido
Ampliação do Molhe Leste do Porto de Sines	55.570.335	-4.979.625	50.590.710
Terminal XXI Acessos terrestres com rotunda de nível	90.180	-27.499	62.681
Talude de retenção do molhe Oeste	3.357.514	-217.187	3.140.326
Viaduto Especial	2.909.883	-687.600	2.222.283
Acessibilidades. Rodo-Ferrovíarias à Zona Leste Porto	12.776.734	-3.043.196	9.733.538
Moinho de Monte Chãos pedra de Sines	79.824	-34.824	45.001
Sinalização do Ramal ferroviário do Terminal XXI	923.375	-489.185	434.191
Via férrea	19.480	-3.665	15.815
Regularização do talude a sul do posto 2 do TP	17.100	-4.489	12.611
Iluminação do Molhe Leste	39.119	-18.060	21.059
Molhe Oeste	87.043.725	-10.604.521	76.439.204
Terraplenos do Terminal Petroleiro	4.080.167	-2.958.121	1.122.046
Terraplenos do Terminal Petroquímico	2.444.110	-1.771.980	672.130
Molhe do Porto de Pesca	2.993.815	-334.056	2.659.759
Obras Interiores Porto de Pesca	3.754.749	-650.737	3.104.012
Molhe do Porto de Recreio	4.144.262	-403.030	3.741.232
Obras Interiores Porto Recreio	2.455.831	-445.120	2.010.712
Molhe do Porto de Construção	9.477.908	-3.126.664	6.351.244
Obras Interiores Porto Construção	9.437.755	-1.955.676	7.482.079
Molhe do Terminal de Carvão	77.404.071	-8.636.907	68.767.164
Obras Interiores Terminal Carvão	50.541.695	-7.629.257	42.912.438
Posto de Descarga Provisória de Carvão	2.618.689	-512.933	2.105.756
Via Rápida 52	1.751.778	-635.020	1.116.759
Via Rápida 53	4.696.135	-1.551.016	3.145.119
Viaduto na VR 53	636.965	-154.042	482.923
Ampliação do terminal multipurpose do porto Sines	20.011.184	-2.701.485	17.309.700
Terraplenos do Terminal Multipurpose	22.865	-7.145	15.719

A APS tem compromissos contratuais para aquisição de activos fixos tangíveis no montante de 24.942.600 euros.

12. Activo intangível

A composição e os movimentos ocorridos, por natureza, do activo fixo intangível e respectivas amortizações, no período de relato são como se indica nos quadros seguintes:

euros

DESIGNAÇÃO	Saldo Inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Abates	Saldo Final
Programas de computador	1.304.309	256.284	0	0	0	1.560.594
Activo Intangível em Curso	241.300	179.570	0	-197.450	0	223.420
TOTAIS	1.545.609	435.854	0	-197.450	0	1.784.013

Depreciações de Activos fixos Intangíveis

euros

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Transferências e Abates	Saldo Final
Programas de computador	618.445	353.726	0	972.171
TOTAIS	618.445	353.726	0	972.171

Não foram preparados comparativos, dada a sua complexidade, de acordo com o previsto na NCRF 3 parágrafo 1 (c).

Os activos intangíveis foram gerados por entidades externas. A generalidade dos itens de activos fixos intangíveis têm vida finita sendo amortizados conforme descrito anteriormente. A APS não detém qualquer activo fixo intangível cuja titularidade esteja restringida nem dado como garantia de passivos.

A APS tem compromissos contratuais para aquisição de activos fixos tangíveis no montante de 1.091.220 euros

13. Participações financeiras - Outros métodos

A APS, SA participa nas sociedades seguintes, com as percentagens de capital indicadas:

ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.
SEDE: Rua Intermédia do Pite nº 4 e 6 - 7000-171 Évora
PARTICIPAÇÃO: 3,6% no montante de € 17.956,72
CAPITAIS PRÓPRIOS 2009: € 510.886,13
RESULTADO LÍQUIDO 2009: € 1.372,68

AICEP GLOBAL PARQUES - Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, SA.
SEDE: SODIAPARK - Estrada do Vale da Rosa - 2910-845 Setúbal
PARTICIPAÇÃO: 2,15% no montante de € 434.265,00
CAPITAIS PRÓPRIOS 2009: € 125.383.985,17
RESULTADO LÍQUIDO 2009: € -2.908.598,68
DIVIDENDOS ATRIBUÍDOS EM 2010 REFERENTES EXERC. 2009: € 84.602,92

EDAB - Empresa para o Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, S.A.
SEDE: Rua Fernando Namora nº 20 - 7800-502 Beja
PARTICIPAÇÃO: 1,25% no montante de € 50.000,00
CAPITAIS PRÓPRIOS 2009: € 3.989.102,87
RESULTADO LÍQUIDO: € 5,20

14. Impostos

O valor do imposto corrente e os saldos verificados nos activos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foi como segue:

Imposto corrente

euros

DESCRIÇÃO	2010	2009	Variação %
Imposto corrente	2.329.440	1.617.697	44,00%

Impostos diferidos

euros

DESCRIÇÃO	2010	2009	Variação %
Impostos diferidos Activos	533.151	653.202	-18,38%
Impostos diferidos Passivos	68.142.462	65.662.094	3,78%



A taxa aplicada em 2010 para cálculo dos impostos diferidos foi de 28,10%, a qual resulta do apuramento de uma taxa média teórica ponderada pela taxa de 2,5% para resultados superiores a dois milhões de euros por aplicação da derrama estadual. No cálculo dos impostos diferidos referentes a 2009 a empresa utilizou a taxa de 26,5%.

Exercício 2010 - Impostos diferidos Activos	Base de calculo	Imposto Diferido
Impostos diferidos - Efeito de transição POC vs SNC Calculo inicial		
Saldo da conta 5611300000 em 01/01/2010 - Calculo inicial	1.734.137	487.293
Impostos diferidos - Efeito de transição POC vs SNC Calculo inicial		
Regularização de acordo com a norma fiscal 5 anos	487.293	97.459
Anula Imposto diferido - imparidades de clientes 2008		-9.724
Anula Imposto diferido - provisão terrenos 2008		-32.887
Anula Imposto diferido - imparidades de clientes 2009		-26.724
Pedreira em 2009 (Até 2009 a diferença era definitiva) a partir de 2010 é custo	156.832	44.070
Casa de Santo André (Saldo da provisão em 31/12/2010)	45.629	12.822
Imparidades de clientes 2010 (saldo critério económico)	117.187	32.929
ID - Estudo actuarial		53.496
6373100000 Pensões Vitalícias EA	9.870	2.773
6373200000 Sub. Morte e Funeral EA	2.198	618
6373300000 Custos acção social EA	178.310	50.105

euros

Exercício 2010 - Impostos diferidos Passivos	Base de calculo	Imposto Diferido
Impostos diferidos - Subsídios Investimento		
Saldo conta 5931000000 em 01/01/2010	247.781.487	
Subsídios recebidos em 2010	2.190.374	
Base de calculo	249.971.860	70.242.093
Regularização de Subsídios Investimento pela imputação a ganhos no exercício	7.471.994	2.099.630

O acréscimo dos impostos diferidos activos ficou a dever-se essencialmente ao registo do efeito de transição entre normativos contabilísticos.

O registo de impostos diferidos passivos ficou a dever-se exclusivamente ao registo dos subsídios para activos fixos, tangíveis e intangíveis em capitais próprios.

Conciliação dos resultados contabilístico e fiscal

euros

RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	6.030.741
Variações patrimoniais negativas (regime transitório previsto no art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL 159/2009, de 13/7)	346.827
RESULTADO INTEGRAL	5.683.913
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados (art.º 18.º, n.º 12)	163.400
Ajustamentos em inventários para além dos limites legais (art.º 28.º) e perdas por imparidade em créditos não fiscalmente dedutíveis ou para além dos limites legais (art.º 35.º)	122.681
Depreciações e amortizações (art.º 34.º, n.º 1), perdas por imparidade de activos depreciáveis ou amortizáveis (art.º 35.º, n.º 4) e desvalorizações excepcionais (art.º 38.º), não aceites como gastos	1.962.360
Créditos incobráveis não aceites como gastos (art.º 41.º)	8.740
IRC e outros impostos que directa ou indirectamente incidam sobre os lucros [art.º 45.º, n.º 1, al. a)]	2.329.440
Impostos diferidos [art.º 45.º, n.º 1, al. a)]	97.459
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infracções [art.º 45.º, n.º 1, al. d)]	1.157
Encargos não devidamente documentados [art.º 45.º, n.º 1, al. g)]	118
Donativos não previstos ou além dos limites legais (art.º 62.º e 65.º do EBF e Estatuto do Mecenato Científico)	250
Menos Valias viatura ligeira de passageiros (Art.º 45.º n.º1 al. L)	9.687
SOMA DOS VALORES A ACRESCER	4.695.291
Pagamento ou colocação à disposição dos beneficiários de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados (art.º 18.º, n.º 12)	12.315
Reversão de ajustamentos em inventários tributados (art.º 28.º, n.º 3) e de perdas por imparidade tributadas (art.º 35.º, n.º 3)	5.494
Reversão de provisões tributadas (art.ºs 19.º, n.º 3 e 39.º, n.º 4)	36.004
Impostos diferidos [art.º 45.º, n.º 1, al. a)]	2.173.613
Mais-valias contabilísticas	23.728
Diferença negativa entre as mais-valias e as menos-valias fiscais (art.º 46.º)	4.378
Benefícios Fiscais	25.093
SOMA DOS VALORES A DEDUZIR	2.280.625
RESULTADO FISCAL	8.098.579

15. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica Clientes apresentava as seguintes maturidades:

Dívidas de clientes

euros

DESCRIÇÃO	2010	2009	Variação %
Antiguidade < 90 dias	6.328.040	5.866.409	7,87%
Antiguidade 90 -180 dias	118.005	159.992	-26,24%
Antiguidade > 180 dias	188.211	145.890	29,01%
TOTAIS	6.634.256	6.172.291	7,48%

Imparidades de clientes

euros

DESCRIÇÃO	2010	2009	Variação %
Cumprir o Critério Fiscal	55.359,36	44.988,18	23,05%
Diferencial segundo Critério Económico	123.252,28	6.065,47	1932,03%

16. Capital e reserva legal

Os saldos a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 de 80.000.000,00 Euros compreendem 16.000 acções com um valor nominal cada de 5,00 Euros, as quais se encontram integralmente liberadas.

O Código das Sociedades Comerciais estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, no entanto o Dec. Lei 337/98 determina que a reserva legal seja no mínimo de 10% até que esta represente pelo menos 20% do capital. No caso da APS, e por força do disposto no n.º 1 do art.º 17 dos estatutos, o mínimo a afectar ao reforço da reserva legal é de 10% do resultado líquido. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da entidade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporada no capital.

17. Provisões

euros

DESCRIÇÃO	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Provisões para Processos Judiciais em Curso	253.489		190.981	62.508
Recuperação paisagística da Pedreira	910.028	156.832	0	1.066.860
Outras Provisões	51.688		1.071	50.617
TOTAIS	1.215.205	156.832	192.052	1.179.985

18. Financiamentos obtidos

euros

DESCRIÇÃO	2010	2009	Variação %
Empréstimos obtidos	2.392.690	4.687.294	-48,96%
BEI - Médio/Longo prazo	0	2.392.205	-100,00%
BEI - Curto prazo	2.392.205	2.294.665	4,25%
Outros - Curto prazo	485	424	14,19%

19. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica Fornecedores apresentava as seguintes maturidades:

Fornecedores

euros

DESCRIÇÃO	2010	2009	Variação %
Antiguidade < 90 dias	1.658.698	854.150	94,19%
Antiguidade 90 - 180 dias	11.942	45.585	-73,80%
Antiguidade > 180 dias	215.649	79.005	172,96%
TOTAIS	1.886.289	978.740	92,73%

20. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica Estado e Outros Entes Públicos apresentava os seguintes valores a pagar ao Estado:

euros

DESCRIÇÃO	2010	2009	Variação %
Imposto sobre o Valor Acrescentado	235.617	363.617	-35,20%
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas	1.086.124	1.181.945	-8,11%
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares	187.647	173.391	8,22%
Contribuições para a Segurança Social	200.659	196.042	2,36%
Outros		-40	-

Não existiam débitos em mora em 31/12/2010.

21. Outras contas a receber e a pagar

As outras Contas a pagar incluem Credores por acréscimos de gastos relativos a direitos adquiridos por trabalho prestado (férias e subsidio de férias) e outras naturezas conforme detalhe do quadro seguinte:

euros

ACTIVO	2010	2009	Variação %
Outras contas a receber	424.185	731.948	-42,05%
Clientes	417.318	689.719	-39,49%
Outras contas a receber	6.867	42.228	-83,74%
Gastos a reconhecer	712.868	1.047.052	-31,92%
Seguros	94.107	1.530	6.052,34%
Bei	47.629	471.638	-89,90%
Outros Gastos Antecipados	56.262	40.359	39,40%
Redução área TGLS	514.871	533.526	-3,50%

PASSIVO			
Outras contas a pagar	2.625.187	2.405.898	9,11%
Encargos com férias	997.394	1.361.117	-26,72%
Juros	95.982	177.633	-45,97%
IPTM	357.240	343.450	4,02%
Outros	215.213	471.164	-54,32%
Indemnizações por reformas antecipadas	0	4.887	-100,00%
Outras contas a pagar	959.357	47.647	1.913,48%
Rendimentos a reconhecer	2.210.548	2.312.114	-4,39%
Rendimentos de Clientes	2.152.943	2.252.760	-4,43%
Outros rendimentos a reconhecer	57.604	59.353	-2,95%

22. Partes relacionadas

Remunerações do pessoal-chave da gestão:

euros

DESCRIÇÃO	2010	2009	Variação %
Total de remunerações	240.858	247.098	-2,53%
Total de benefícios de curto prazo	50.534	48.319	4,58%

23. Alterações nas políticas contabilísticas e erros

Com excepção da alteração da estimativa relativa aos benefícios pós - emprego, que passou a ser efectuada com base na NCRF 28 - Benefícios dos empregados em substituição da IAS 19 - - não houve alteração das políticas contabilísticas.

No entanto a alteração do normativo aplicável não prejudica a comparabilidade dos valores estimados pela semelhança existente entre as duas normas.

24. Reconhecimento, registo, mensuração e divulgação de bens adquiridos ou construídos por concessionários de serviço público e por concessionários de usos privativos de bens dominiais que revertam para a Administração Portuária no final dos respectivos contratos.

A IFRIC 12, publicada em 30/11/2006 e adoptada pela Comunidade Europeia em 25/03/2009 vem dar orientações para aspectos relacionados com o reconhecimento e a valorização de activos construídos ou adquiridos por concessionários. É aplicável aos acordos de concessão de serviços pelo sector público ao privado se a entidade concedente exercer determinados controlos.

Os contratos de concessão geridos pelas Administrações Portuárias enquadram-se no âmbito da IFRIC 12, na medida em que na generalidade dos casos o concedente controla o interesse residual dos bens adquiridos ou construídos pelo concessionário, através da figura de reversão. No entanto, a referida interpretação não especifica a contabilização por parte das entidades concedentes.

Assim, as Administrações Portuárias encontram-se numa situação única, uma vez que apesar de pertencerem ao sector público, preparam as suas demonstrações financeiras de acordo com as normas contabilísticas para o sector privado. Logo não se aplica a IFRIC 12, porque têm a figura de concedente e ao mesmo tempo ainda não existe uma norma para aplicação ao sector público, a qual, aliás, está em preparação (Exposure Draft 43).

Assim, sempre que se verifique controlo do interesse residual num bem adquirido ou construído por concessionário de serviço público, através de um inequívoco clausulado contratual de reversão, as Administrações Portuárias passam a considerar o seu reconhecimento.

Já no que diz respeito aos bens adquiridos ou construídos por concessionário de uso privativo de bens dominiais, as Administrações Portuárias passam a considerar igualmente o seu reconhecimento nos termos definidos no SNC, tendo porém em consideração, para além do clausulado contratual, a legislação em vigor, nomeadamente a “Lei da Água” que estabelece a reversão gratuita dos bens para o Estado.

Para que os bens possam ser registados existe a necessidade de os mensurar, com o objectivo de apurar o seu justo valor no final do contrato.



Para o efeito procedeu-se a um levantamento dos bens em causa, separados por infra-estruturas e equipamentos, tendo-se concluído da elevada complexidade na estimativa de justos valores deste tipo de activos.

Foram objecto de particular preocupação a estimativa de variáveis como, a taxa de actualização, o prazo geralmente longo destas concessões, a obsolescência tecnológica dos bens adquiridos ou construídos pelos concessionários e a incerteza na continuidade do negócio após finalização da concessão. Para além disso, há que ter ainda em consideração que na maioria dos casos, os bens em questão não têm um mercado activo. Acresce que o potencial valor do conjunto de bens deve ser revisto anualmente, à data de cada relato, sendo que se estima que o montante de tais avaliações periódicas seja de montante superior ao benefício que resultaria do registo ou da divulgação de informação que inclua a mensuração daí decorrente.

Face a tudo o que antecede e considerando a impossibilidade de uma mensuração fiável e isenta de custos, mas com o intuito de uma total transparência das contas, entendeu-se proceder à divulgação dos bens que ao abrigo de contratos de concessão, quer de serviço público, quer de uso privativo, revertam no final dos respectivos contratos. Para o efeito serão de seguida elencados, relativamente a cada concessão, os valores em termos totais de infra-estruturas e equipamentos, tendo por base os valores líquidos contabilísticos, à data de 31/12/2009, disponibilizados pelos concessionários.

a. CONCESSÕES:

CONCESSÃO	Terminal Petroquímico
Concessionário	REPSOL POLIMEROS, LDA.
Data de início	2006/01/01
Prazo	20 anos
Infra-estrutura	Não disponível
Equipamentos	Não disponível
Reversão do estabelecimento da concessão pelo decurso do prazo	Os bens afectos à concessão reverterão para a APS, livres de qualquer ónus ou encargos, salvo aqueles cuja oneração ela tiver consentido, tendo a Repsol direito a uma indemnização respeitante, exclusivamente, aos investimentos e encargos com manutenção e conservação por si efectuados no objecto da concessão e que ainda não se encontrem amortizados pelo decurso do prazo, correspondente ao respectivo valor líquido contabilístico (nº 4 cl. 12ª)

CONCESSÃO	Terminal Multipurpose do Porto de Sines
Concessionário	PORTSINES-TERMINAL MULTIPURPOSE DE SINES, S.A.
Data de início	1992/05/02
Prazo	25 anos
Infra-estrutura	1.580.767 euros
Equipamentos	8.294.845 euros
Reversão do estabelecimento da concessão pelo decurso do prazo	Os bens afectos à concessão reverterão gratuitamente para a Concedente, livres de quaisquer ónus ou encargos, salvo aqueles cuja oneração ela tiver consentido (cl. XXXIV). A concessionária terá no entanto direito a uma indemnização correspondente ao valor histórico, líquido de amortizações, dos investimentos realizados nos últimos cinco anos em equipamento para movimentação de carga geral, com exclusão do carvão, desde que tais investimentos tenham sido aprovados por escrito pela Concedente (nº 5 cl. X)

CONCESSÃO	Serviço Público de Abastecimento de Bancas por Meios Terrestres Fixos nos Terminais Petroléiro e Petroquímico
Concessionário	PETRÓLEOS DE PORTUGAL - PETROGAL, S.A.
Data de início	2003/06/01
Prazo	10 anos
Infra-estrutura	Não disponível
Equipamentos	Não disponível
Reversão do estabelecimento da concessão pelo decurso do prazo	A reversão para a concedente dos bens afectos à concessão será feita livre de ónus ou encargos, à excepção daqueles cuja oneração a concedente tiver consentido e mediante o pagamento à concessionária do montante que for fixado por avaliação, efectuada por entidade independente, a designar por mútuo acordo ou, na sua falta, pelo presidente do Tribunal da relação de Évora, a qual terá por base o estado de operacionalidade e o tempo de vida útil dos equipamentos, à data da avaliação (nº 4 cl. 14ª)

CONCESSÃO	Porto de Pesca de Sines
Concessionário	DOCAPESCA - PORTOS E LOTAS, S.A.
Data de início	1994/09/28
Prazo	25 anos
Infra-estrutura	Não disponível
Equipamentos	Não disponível
Reversão do estabelecimento da concessão pelo decurso do prazo	No termo da concessão a concessionária entregará à concedente, sem direito a qualquer indemnização, o porto de pesca concedido, com todas as instalações que recebeu ou tiverem sido posteriormente construídas pela concedente (nº 1 cl. 15ª)



CONCESSÃO	Terminal de Contentores do Porto de Sines
Concessionário	PSA SINES - TERMINAIS DE CONTENTORES, S.A.
Data de início	1999/09/28
Prazo	30 anos
Infra-estrutura	Não disponível
Equipamentos	Não disponível
Reversão do estabelecimento da concessão pelo decurso do prazo	Todos os Bens Imóveis e Móveis serão transferidos para a APS em estado de conservação razoável (tendo em consideração o desgaste natural dos bens), e em consideração pelo mesmo, a APS pagará ao Concessionário uma quantia por cada um dos Bens assim transferidos com base na fórmula seguinte: Preço do bem x Restante tempo de vida Tempo de vida A aquisição de qualquer equipamento nos últimos oito (anos) do Prazo de Duração deverá ser aprovada pela APS e as obrigações da APS determinadas nesta secção 15 só serão aplicadas relativamente ao equipamento cuja aquisição tenha sido por ela aprovada (Secção 15)

CONCESSÃO	Uso Privativo de parcela de terreno dominial - Terminal GNL
Concessionário	REN ATLÂNTICO, Terminal de GNL, S.A.
Data de início	2000/10/30
Prazo	28 anos
Infra-estrutura	Não disponível
Equipamentos	Não disponível
Reversão do estabelecimento da concessão pelo decurso do prazo	As obras executadas e as instalações fixas referentes ao Terminal reverterão para o Estado, sem prejuízo da oneração de activos da concessionária a favor das entidades financiadoras do projecto de construção do Terminal (nº 9)

CONCESSÃO	Uso Privativo de duas parcelas de terreno (Lotes nº 1 e nº 2)
Concessionário	CIMPOR - INDUSTRIA DE CIMENTOS, S.A
Data de início	2010/01/01
Prazo	5 anos
Infra-estrutura	Não aplicável
Equipamentos	Não aplicável
Reversão do estabelecimento da concessão pelo decurso do prazo	A Concessionária obriga-se a remover as instalações do local e a entregar a parcela de terreno no prazo de 30 dias, susceptível de prorrogação a requerimento fundamentado da Concessionária, a contar da data de notificação que para o efeito lhe for dirigida, salvo se a concedente optar pela reversão, nos termos previstos no Decreto-lei nº 468/71, de 5 de Novembro (nº 3 cl. 2ª)

CONCESSÃO	Exploração do Serviço de Reboque e Amarração no Porto de Sines
Concessionário	REBOPORT - SOCIEDADE PORTUGUESA DE REBOQUES MARITIMOS, S.A.
Data de início	2002/02/01
Prazo	20 anos
Infra-estrutura	Não aplicável
Equipamentos	Não aplicável
Reversão do estabelecimento da concessão pelo decurso do prazo	No termo da concessão e ainda que não haja acordo quanto à celebração de novo contrato, a concessionária não poderá retirar do porto de Sines o equipamento afecto à concessão sem que esteja assegurada a continuidade da prestação do serviço, mediante justa retribuição da ex-concessionária pela APS, ficando esta integralmente responsável pelo equipamento que vier a reter, pelos trabalhadores e pela prestação dos serviços (nº 3 cl. IV). Decorrido 1 (um) ano após o termo da concessão sem que tenha cessado a situação prevista no nº 3, a concedente obriga-se a adquirir o equipamento, afecto à concessão, a preços de mercado (nº 4 cl. IV)



CONCESSÃO	Terminal de Granéis Líquidos e da Gestão Integrada de Resíduos do Porto de Sines
Concessionário	CLT - COMPANHIA LOGÍSTICA DE TERMINAIS MARÍTIMOS, S.A.
Data de início	2008/08/01
Prazo	30 anos
Infra-estrutura	Não disponível
Equipamentos	Não disponível
Reversão do estabelecimento da concessão pelo decurso do prazo	<p>Com excepção das instalações desmontáveis, que poderão ser livremente retiradas pela Concessionária a expensas suas, reverterem para a Concedente todos os bens que integram o estabelecimento da Concessão, livres de ónus ou encargos, em bom estado de conservação, funcionamento e segurança.</p> <p>Exceptuam-se, quanto ao direito de indemnização, os investimentos de substituição ou de actualização tecnológica realizados pela Concessionária durante os últimos 8 (oito) anos de vigência do Contrato, mediante aprovação expressa da Concedente, no caso em que esta tenha assumido o compromisso de indemnizar aquela, no termo do prazo da Concessão, pelo respectivo valor contabilístico actualizado líquido de amortizações (cl. 30ª)</p>

LICENÇA	Uso Privativo de parcela de terreno do domínio público - Tanque de Metanol
Concessionário	EURORESINAS - INDUSTRIAS QUIMICAS, S.A.
Data de início	1999/12/07 (última renovação em 2009/12/07)
Prazo	5 anos
Infra-estrutura	Não aplicável
Equipamentos	Não aplicável
Reversão do estabelecimento da concessão pelo decurso do prazo	Com a extinção da licença a EURORESINAS obriga-se a retirar os equipamentos, tanques e edifícios instalados na parcela, revertendo para a APS a título gratuito e sem precedência de quaisquer formalidades os bens que a EURORESINAS não retirar até ao 30º dia posterior ao termo de vigência da licença (nº 2 cl. 15ª)

LICENÇA	Uso Privativo de parcela de terreno do domínio público - Tanque de Fuel de Pirólise
Concessionário	EVONIK CARBOGAL, S.A.
Data de início	2001/04/05 (última renovação em 2006/04/05)
Prazo	5 anos
Infra-estrutura	Não aplicável
Equipamentos	Não aplicável
Reversão do estabelecimento da concessão pelo decurso do prazo	Com a extinção da licença a CARBOGAL obriga-se a retirar os equipamentos, tanques e edifícios por ela instalados na parcela, revertendo para a APS a título gratuito e sem precedência de quaisquer formalidades ou bens que a CARBOGAL não retirar até ao 30º dia posterior ao termo de vigência da licença, bem como aqueles que ali se encontravam à data da entrega da mesma (nº 2 cl. 14ª)

LICENÇA	Uso Privativo de uma Parcela de Terreno do Domínio Público - Tanques de Paraxileno e de Ácido Acético
Concessionário	ARTLANT PTA, S.A.
Data de início	2008/02/01
Prazo	5 anos
Infra-estrutura	Não aplicável
Equipamentos	Não aplicável
Reversão do estabelecimento da concessão pelo decurso do prazo	Com a extinção da licença a ARTLANT obriga-se a retirar os equipamentos, tanques e edifícios por ela instalados na parcela a que se refere o presente título, bem como a linha de exportação de paraxileno para a Fábrica de PTA, revertendo para a APS, a título gratuito e sem precedência de quaisquer formalidades, os bens que a ARTLANT não retirar até ao nonagésimo dia posterior ao termo de vigência da licença, bem como aqueles que ali se encontravam à data da entrega da mesma (cl. 16ª)



25. Subsídios do Governo

Subsídios para investimentos

euros

DESCRIÇÃO	VALOR DE AQUISIÇÃO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	VALOR LIQUIDO
Subsídio Pcom + JUP - Centro de Suporte/Helpdesk	616.839	353.424	263.415
Subsídio Lancha Pilotos e Outros	1.193.406	521.951	671.454
POAT - Circulação rodoviária Acesso ZAL + P. Recreio	693.522	112.268	581.254
Sub. Talude de Retenção Molhe Oeste do Porto Sines	2.983.595	178.154	2.805.440
Subsídio Infra-Estrutura ZAL + Edifício A9	2.633.322	159.644	2.473.678
FEDER / Envireg - Embarcação Recolha Hidrocarbonetos	191.674	162.681	28.993
FEDER / Envireg - Viatura Pesada Combate A Incêndios	135.336	95.587	39.749
Viatura Combate a Incêndios 10-20-Fr	77.021	46.582	30.440
Embarcação de Combate à Poluição	101.340	53.588	47.752
Acesso Ferroviário T.C.G. Plataforma Betão	71.044	17.630	53.414
Acesso Ferroviário T.C.G. Linha Férrea	580.225	143.987	436.238
FEDER - Molhe Oeste	54.713.096	4.015.701	50.697.395
Rodovia Leste Porto Sines - Fundo Coesão - Vr53	3.178.993	788.890	2.390.103
Molhe do Porto de Recreio	2.693.043	158.599	2.534.444
Molhe do Porto de Pesca	1.853.045	125.863	1.727.183
Terminal Multipurpose Porto Sines	5.626.459	498.922	5.127.537
Obras Interiores do Porto de Pesca	2.163.170	259.956	1.903.214
Obras Interiores do Porto de Recreio	1.543.686	175.775	1.367.911
Terraplenos do Terminal Petroleiro	2.839.116	1.717.070	1.122.046
Terraplenos do Terminal Petroquímico	1.700.693	1.028.563	672.130
Molhe do Porto de Construção	8.163.322	1.812.078	6.351.244
Obras Interiores do Porto de Construção	8.616.749	1.134.670	7.482.079
Molhe do Terminal do Porto de Carvão	73.778.336	5.011.171	68.767.164
Obras Interiores do Terminal do Porto de Carvão	47.344.090	4.431.653	42.912.438
Posto de Descarga Provisório de Carvão	2.403.629	297.873	2.105.756
Via Rápida Vr52 (Norte)	1.485.362	368.603	1.116.759
Viaduto Vr52	572.255	91.020	481.235
Viaduto Especial de Acesso ao Terminal Petroquímico	1.708.698	271.777	1.436.920
VTS Vessel Trafic Sistem	465.791	248.488	217.303
Ampliação do Molhe Leste XXI	29.762.944	2.423.567	27.339.377
Ampliação do Molhe Leste XXI Subsidio FEDER	912.105	3.258	908.847
Acessibilidades Rodo-Ferrovíarias à Zona Leste	9.273.158	1.851.369	7.421.789
Sistema Recepção Alarmes Vigilância Vídeo - Subsidio	260.016	40.241	219.775
Cartão Único Portuário CUP - Subsidio	125.000	8.832	116.169
Estudo Prolongamento Molhe Leste XXI 2ª Fase	78.750	32.250	46.500
Aplicação Informática Suporte Modelos Matemáticos	19.980	6.244	13.736
Sub. Upgrade de UPS do Datacenter	14.148	9.727	4.421
Infraest. Alta Disponibilidade de Comunicação e Segur. Dados	197.906	13.342	184.564
Subs. Plan. Controlo Operações Marítimo-Portuárias	400.000	0	400.000

Subsídios para rendimento

Os subsídios desta natureza no exercício do relato foram no montante de 74.542 euros.

26. Matérias ambientais

A Empresa no âmbito do desenvolvimento da sua actividade incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um gasto nos resultados operacionais do exercício.

Os dispêndios de carácter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida ou aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros activos detidos pela Empresa, são capitalizados. Os dispêndios capitalizados durante os últimos exercícios encontram-se descritos nas duas primeiras linhas do quadro seguinte.

A empresa detém a exploração de uma pedreira situada na sua área de jurisdição, estando obrigada a promover a respectiva recuperação paisagística. Para fazer face a esse encargo tem constituído sistematicamente uma provisão que no termo do relato é de 1.066.860 € (ver nota 17).

Os dispêndios de carácter ambiental reconhecidos como um gasto nos resultados do exercício foram os seguintes:

Despesas de carácter ambiental

euros

DESCRIÇÃO	2010	2009	Variação %
Embarcação de Recolha de Hidrocarbonetos	290.726,00		n/a
Veiculo especial de combate a incêndios		80.798,00	n/a
Análises ar, água e areia	122.695,00	126.870,00	-3,29%
Donativos Mecenato Ambiental (Comparticipação projecto GISA)	16.667,00	36.333,00	-54,13%

27. Periodização económica

A empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual os réditos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são facturados, sendo as diferenças registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos conforme detalhe na nota 21.

28. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento detidas pela APS caracterizam-se por edifícios de habitação e atingem à data do relato o montante de 93.117,74 €, sendo o valor liquido de 79.699,31 €.

O critério de mensuração é o previsto na NCRF n.º 11 paragrafo 58 (modelo do custo).



29. Outras reservas e outros instrumentos de capital próprio

Os instrumentos desta natureza discriminam-se no quadro seguinte:

	2010	2009	Variação %
Outros Instrumentos de Capital Próprio	4.500.000	4.500.000	0,00%
Reserva Legal	2.589.094	2.001.687	29,35%
Reservas Livres	8.116.207	5.766.577	40,75%
Reserva Constituição Capital	33.460.926	33.460.926	0,00%

Destes instrumentos destacam-se o terreno desanexado do domínio público para instalação da Zona de Actividades Logísticas intraportuária determinada pelo Dec.-Lei 94/2003 de 30 de Abril e a Reserva Constituição Capital resultante do processo de transformação de instituto público para sociedade anónima DL nº 337/98 de 3 de Novembro.

30. Garantias

Os valores de garantias e retenções prestadas à APS, SA por clientes e fornecedores, para garantir a boa execução de contratos, não relevados no balanço detalham-se no quadro seguinte:

	2010	2009
Garantias ou Seguros Caução	16.948.953	14.506.311
Depósitos Caução	168.028	217.456

A APS para acautelar a recuperação paisagística da pedreira, situada na sua área de jurisdição e cuja exploração se destina ao desenvolvimento portuário, tem prestadas à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo as garantias que se resumem no quadro seguinte:

	2010	2009
Prestadas pela APS	566.662	482.042

31. Outros Gastos e Perdas

Estas naturezas de gastos de que se destaca a taxa do IPTM apresentam os valores que se descrevem no quadro seguinte:

	2010	2009	Variação %
IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis	40.821	51.273	-20,38%
Taxa Instituto Portuário Transportes Marítimos	1.283.773	1.264.864	1,49%
Custos Exercícios Anteriores Imprevisíveis	44.643	107.168	-58,34%
Quotizações	40.541	38.071	6,49%
Penalidades Contratuais - Outras	428.208	424.010	0,99%
Outras gastos e perdas	157.162	1.303.044	-87,94%
TOTAL	1.995.150	3.188.430	-37,43%



32. Juros e rendimentos similares obtidos

Esta natureza de rendimentos no montante de 422.651 € é constituído por rendimentos distintos conforme a seguir se discrimina:

euros

	2010	2009	Variação %
Juros	338.048	137.556	145,75%
Dividendos	84.603	52.216	62,03%
Outros	0	28.225	-100,00%
TOTAL	422.651	217.997	93,88%

33. Acontecimentos subsequentes

De acordo com a NCRF 24 não se verificaram acontecimentos passíveis de relato e ajustamentos nas demonstrações financeiras.

34. Outras informações

A empresa não é devedora de quaisquer contribuições e impostos a instituições de Segurança Social e ao Estado.

O Técnico Oficial de Contas,

O Conselho de Administração



C. GOVERNO DA SOCIEDADE



C. GOVERNO DA SOCIEDADE

1. Missão, objectivos e políticas da empresa

Nos termos legais, a APS, S.A., tem por objecto a administração do Porto de Sines, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária. Assim, e de acordo com os seus estatutos, a APS, S.A. assegura o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento do porto nos seus múltiplos aspectos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efectivos e de exploração portuária e ainda as actividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias.

A visão e a missão do Porto de Sines encontram-se formuladas da seguinte forma:

Missão

“Assegurar o exercício das competências e atribuições de planeamento, modernização, promoção e regulação do Porto de Sines, visando a racionalização e optimização do aproveitamento dos seus recursos e a eficiência económica e operacional, no respeito pelos requisitos de segurança e ambientais, proporcionando satisfação aos clientes e valor acrescentado no mercado ibérico e europeu.”

Visão

Ser um porto mais eficiente e competitivo que, tirando partido das suas infra-estruturas portuárias e das suas características físicas e geográficas, se consolida como um activo estratégico nacional com relevo no contexto portuário europeu e mundial.

Valores

Na prossecução da sua Missão, a APS assume os seguintes valores:

Respeito - A APS respeita o trabalho desenvolvido pelos seus interlocutores e todas as partes interessadas com que se relaciona no âmbito das suas funções.

Integridade - A APS cumpre a legislação e a regulamentação em vigor, com especial atenção para o cumprimento de responsabilidades de natureza fiscal, de concorrência, de protecção do consumidor, de protecção do trabalhador e do local de trabalho, de natureza ambiental, de segurança e de índole laboral.

Responsabilidade - A APS atinge os seus objectivos através da optimização dos recursos, honrando o compromisso com as partes interessadas no propósito de promover o seu desenvolvimento sustentável, tendo como orientação a procura das melhores soluções para o interesse público.

Confiança - A APS fomenta e inspira o comportamento, honesto e íntegro, que motiva a confiança dos colaboradores, clientes, accionistas, fornecedores e sociedade envolvente, promovendo, em tempo útil, o debate necessário à tomada de decisões.

Excelência - A APS visa a superação das necessidades e expectativas dos clientes, colaboradores, accionistas, fornecedores e sociedade envolvente, impulsionando a excelência de desempenho.

Transparência - A APS modela a sua actuação por padrões de integridade e honestidade, cumprindo as suas obrigações de forma responsável e transparente.

Inovação - A APS salvaguarda a sua competitividade na inovação e integração de novas tecnologias no processo produtivo.

Os objectivos definidos para o Porto de Sines são enquadrados pelas Orientações para o Sector Marítimo-Portuário apresentadas pelo MOPTC em Dezembro de 2006. O Plano Estratégico da APS foi reformulado de forma a estar em sintonia com aquelas Orientações e a englobar todas as acções nelas definidas para o Porto de Sines.

Os objectivos estratégicos definidos para o Porto de Sines são, assim, os seguintes:

- Objectivo 1 - Consolidação do Modelo de Gestão como LandLord Port;
- Objectivo 2 - Incremento da movimentação de mercadorias em 102% entre 2005 e 2015;
- Objectivo 3 - Afirmação do Porto de Sines como motor da actividade económica regional e nacional;
- Objectivo 4 - Desenvolver a Info-estrutura portuária;
- Objectivo 5 - Aumentar a segurança marítima e portuária.

No ponto 2 da Parte A - Relatório de Gestão é efectuado o ponto de situação sobre a implementação destes objectivos estratégicos.

Para além das mencionadas Orientações para o Sector Marítimo - Portuário, o Anexo I ao Contrato de Gestão para o mandato 2008-2010, dando cumprimento ao disposto no artigo 11º do DL nº 300/2007, define um conjunto de orientações estratégicas específicas e de objectivos de gestão com metas quantificadas.

Essas orientações estratégicas, em grande parte coincidentes com os objectivos do Plano Estratégico, são as seguintes:

- Consolidação do modelo de gestão landlord port
- Desenvolver a info-estrutura portuária
- Aumentar a segurança marítima e portuária
- Consolidação do saneamento financeiro da empresa

O ponto de situação sobre a implementação destas orientações, bem como sobre o grau de cumprimento dos objectivos de gestão é efectuado no ponto 1. da Parte D - Outros Deveres de Informação.

2. Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita

Enquadramento Legal:

a) Estatuto jurídico

A APS, S.A., é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que se rege pelos seus Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei nº 337/98, de 3 de Novembro, cuja versão em vigor se encontra publicada no seu portal da Internet (www.portodesines.pt). A empresa foi criada a partir da transformação em sociedade anónima do anterior instituto público que, por sua vez, tinha resultado da autonomização do departamento portuário do Gabinete da Área de Sines, organismo criado em 1971 com o objectivo de promover o desenvolvimento urbano-industrial da respectiva zona.

Para além da legislação aplicável às sociedades comerciais em geral, a APS, por ter natureza de empresa pública, está também sujeita à legislação específica aplicável ao Sector Empresarial do Estado, designadamente, o Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico deste sector.



b) Enquadramento em matéria de pessoal

O Estatuto do Pessoal das Administrações Portuárias, publicado em anexo ao Decreto-Lei nº 421/99, de 21 de Outubro (EPAP), redefiniu o regime jurídico do pessoal que transitou das anteriores administrações e juntas autónomas, e dos trabalhadores provenientes do ex-Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos (INPP).

Manteve-se todavia do anterior estatuto o essencial da regulamentação relativa ao regime de trabalho, consagrando-se um normativo de transição para a adopção plena do regime do contrato individual de trabalho, sem prejuízo da situação jurídico-profissional de origem, designadamente, quanto à natureza do vínculo e ao regime de aposentação.

Assim, ao pessoal das administrações portuárias, é aplicável o EPAP e correspondente regulamentação constante da Portaria nº 1098/99, de 21 de Dezembro, tendo como pano de fundo a legislação do contrato individual de trabalho, ressalvada, no caso dos trabalhadores que transitaram do instituto público, a remissão directa em alguns domínios específicos para o regime do contrato de trabalho em funções públicas.

No caso particular do pessoal técnico de pilotagem, oriundo do ex-INPP, foi publicada a Portaria nº 633/99, de 11 de Agosto, relativa ao desenvolvimento da respectiva carreira e a remunerações, determinando-se no seu preâmbulo, que é ainda aplicável, com as necessárias adaptações, o regime jurídico constante do Decreto-Lei nº 361/78, de 27 de Novembro.

c) Outros normativos externos

No âmbito da actividade exercida destaca-se ainda:

- O Regulamento do Sistema Tarifário dos Portos do Continente, anexo ao Decreto-Lei nº 273/2000, de 9 de Novembro, que é aplicável na área de jurisdição das autoridades portuárias e regula o fornecimento de bens e a prestação dos serviços nele previstos, fixando as correspondentes taxas;
- O Decreto-Lei nº 48/2002, de 2 de Março, que aprova o Regulamento Geral do Serviço de Pilotagem;
- A regulamentação em matéria de segurança portuária e ambiental, designadamente:
 - O Decreto-Lei nº 46/2000, que atribui às autoridades portuárias a competência em matéria de segurança nas suas áreas de jurisdição;
 - O Decreto-Lei nº 284/2003, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva nº 2001/106/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Dezembro, relativa à aplicação aos navios que escalem os portos da Comunidade ou naveguem em áreas sob a jurisdição dos Estados membros das normas internacionais respeitantes à segurança de navegação, à prevenção de poluição e às condições de vida e do trabalho a bordo dos navios, e a Directiva nº 2002/84/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Novembro, que altera a primeira no domínio da segurança marítima e de prevenção de poluição por navios.
 - O Decreto-Lei nº 226/2006, de 15 de Novembro, que veio estabelecer as modalidades de cooperação entre entidades com competências no âmbito da segurança e protecção dos navios e das instalações portuárias, bem como enquadrar no ordenamento jurídico nacional disposições comunitárias sobre a matéria, tendo em vista a adopção, execução e cumprimento integrais do Código Internacional para a Protecção dos Navios e das Instalações Portuárias (Código ISPS).
 - Regulamentos comunitários e da Organização Marítima Internacional (IMO) sobre segurança e protecção portuária e da navegação;
 - Regime da operação portuária - Dec.-Lei nº 298/93, de 28 de Agosto;
 - Estatuto do agente de navegação - Dec.-Lei nº 76/89, de 3 de Março, alterado pelo DL 148/91, de 12 de Abril;
 - Regime das concessões portuárias de serviço público - DL 324/94, de 30 de Dezembro.

d) Normativos Internos

No âmbito do Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança a APS tem em vigor um conjunto de regulamentação interna, devidamente publicitado no seu portal da internet (www.portodesines.pt), assim constituído no final de 2010:

PLANOS

Plano Portuário de Recepção e Gestão de Resíduos

REGULAMENTOS

Regulamento de Exploração do Porto de Sines

Regulamento da Praia Vasco da Gama

Regulamento de Ambiente e Segurança do Porto de Sines

Regulamento de Exploração do Porto de Pesca de Sines

Regulamento de Gestão de Resíduos e Utilidades (RGRU) do Porto de Sines

Regulamento de Operações do Terminal de Contentores

Regulamento de Exploração do Terminal Multipurpose

Regulamento de Exploração de Serviço Público de Reboque e Amarração

Regulamento de Exploração da ZAL Sines - Zona Intraportuária

Regulamento de Exploração do Porto de Recreio

NORMAS

Norma Apresentação e Tratamento de Reclamações no Porto de Sines

Norma Fornecimentos e Serviços Portuários

Norma Licenças e Concessões

Norma Recepção de Navios e Movimentação de Cargas

PROGRAMAS DE GESTÃO

Programa de Gestão Ambiental

Programa de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho

CÓDIGO DE CONDUTA AMBIENTAL

Código de Conduta para a Praia Vasco da Gama

Código de Conduta Ambiental para o Porto de Recreio

CÓDIGOS DE BOAS PRÁTICAS

Consumo de Água

Consumo de Energia Eléctrica

Consumo de Papel, Tinteiros e Toners



- Recolha Selectiva
- Gestão da Frota Automóvel
- Consumo de Água na Rega
- Aplicação de Fertilizantes e Pesticidas
- Actividades de Construção Civil
- Produtos e Equipamentos Ecológicos
- Aquisição de Produtos Perigosos e Máquinas / Equipamentos de Trabalho
- Organização do Posto de Trabalho
- Movimentação e Armazenagem de Granéis Sólidos
- Movimentação e Armazenagem de Granéis Líquidos
- Movimentação e Armazenagem de Carga Geral
- Economizar Água e Energia na Lavagem da Roupa

3. Informação sobre as transacções relevantes com entidades relacionadas

Apenas há a registar o pagamento ao IPTM - Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, com periodicidade trimestral, de 4,5% dos rendimentos registados na conta 72 - Prestações de Serviços, abatida dos proveitos relativos à prestação do serviço de pilotagem, em conformidade com o disposto na alínea d) do nº 1 do artº 28º dos estatutos daquele organismo, publicados em anexo ao Decreto-Lei nº 257/2002, de 22 de Novembro.

4. Informação sobre outras transacções:

a) Procedimentos adoptados em matéria de aquisição de bens e serviços

A APS é uma sociedade que actua exclusivamente no âmbito dos sectores especiais (portos) pelo que, nos termos do art. 7º do CCP, apenas está sujeita aos procedimentos nele previstos para contratos de valor superior aos respectivos limiares comunitários. Não obstante, dispõe de procedimento interno específico, aprovado no âmbito do seu Plano de Qualidade, que, abaixo desses limiares, assegura a transparência, não discriminação e a concorrencialidade dos procedimentos de adjudicação. Este procedimento foi elaborado para cumprimento do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Dec.-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, que transpôs, designadamente, a Directiva 2004/17/CE, aplicável aos sectores especiais.

As adjudicações são publicadas no portal dos contratos públicos, nos termos do Código dos Contratos Públicos. No ano de 2010 foram lançados cinco concursos públicos, dois deles com publicação no Jornal Oficial da União Europeia.

b) Universo das transacções que não tenham ocorrido em condições de mercado

Nada a registar

c) Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de esta percentagem ultrapassar 1M€)

Nada a registar

5. Modelo de governo:

a) identificação dos membros dos órgãos sociais e estrutura de gestão

CARGO	ÓRGÃOS SOCIAIS	ELEIÇÃO	MANDATO
Mesa da Assembleia -Geral			
Presidente	Dr. António Maldonado Gonelha	2008.04.18	2008/2010
Vice-Presidente	-	-	-
Secretário	Drª. Sara Alexandra R. P. Simões D. Ambrósio	2008.04.18	2008/2010
Conselho de Administração			
Presidente	Drª. Maria Lídia Ferreira Sequeira	2008.04.18	2008/2010
Vogal (1)	Dr. Duarte Manuel Lynce de Faria	2008.04.18	2008/2010
Vogal (2)	Dr. João Paulo Farinha Franco	2008.04.18	2008/2010
Todos os membros do C.A. são executivos			
Conselho Fiscal			
Presidente	Drª. Ana Paula Azurara	2008.04.18	2008/2010
Vogal	Drª. Maria Teresa Morais	2008.04.18	2008/2010
Vogal	Dr. Dino Santos	2008.04.18	2008/2010
Suplente	Drª. Ana Teresa Peralta Reyes	2008.04.18	2008/2010
Revisor Oficial de Contas			
Efectivo	PRICEWATERHOUSECOOPERS & Associados Soc. de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada pelo Dr. Jorge Manuel Santos Costa	Due de 2008.09.12	2008/2010
Suplente	PRICEWATERHOUSECOOPERS & Associados Soc. de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada pelo Dr. José Manuel Henriques Bernardo		

Dando cumprimento ao disposto na alínea i) do art. 13º A do Dec.-Lei nº. 558/99 de 17 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Dec.-Lei nº. 300/2007 de 23 de Agosto, informa-se que o Conselho de Administração, para deliberar sobre as matérias mais relevantes da actividade da empresa, efectuou 52 reuniões em 2010.

b) Estrutura de Gestão:

A competência dos membros do Conselho de Administração relativamente à coordenação das respectivas áreas de gestão é distribuída da seguinte forma:

Presidente Drª. Maria Lídia Ferreira Sequeira: além das que expressamente lhe confere o artigo 13º do Estatuto da APS em Anexo II ao Decreto-Lei nº 337/98, de 3 de Novembro, detém os pelouros respeitantes ao Director Adjunto do Conselho de Administração e à Direcção de Sistemas de Planeamento e Comunicação;

Vogal Dr. Duarte Manuel Lynce de Faria: Detém os pelouros respeitantes ao Gabinete Jurídico, Gabinete de Segurança e Ambiente, Direcção de Operações Marítimo-Portuárias, Pilotagem, Direcção de Concessões e Áreas Dominiais e Direcção de Recursos Humanos;

Vogal Dr. João Paulo Farinha Franco: Detém os pelouros relativos ao Gabinete da Qualidade, Direcção de Infra-estruturas e Ordenamento e Direcção Financeira e Económica;

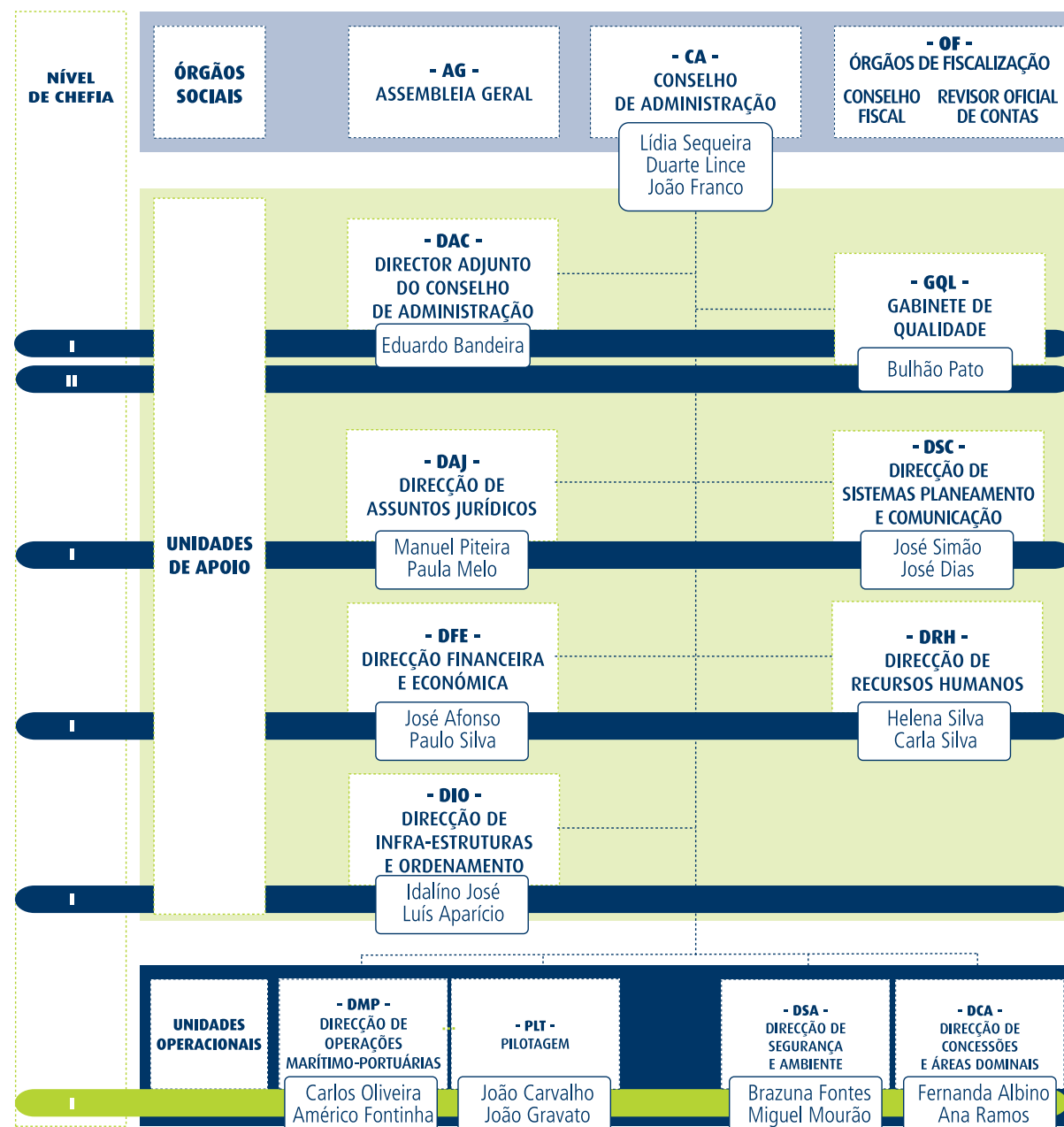


A estrutura orgânica da empresa é apresentada no seguinte organograma, não tendo sofrido alterações no ano de 2010.

ESTRUTURA ORGÂNICA



MISSÃO: Assegurar o exercício das competências e atribuições de planeamento, modernização, promoção e regulação do Porto de Sines, visando a racionalização e optimização do aproveitamento dos seus recursos e a eficiência económica e operacional, no respeito pelos requisitos de segurança e ambientais, proporcionando satisfação aos clientes e valor acrescentado no mercado ibérico e europeu.



6. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais

ESTATUTO REMUNERATÓRIO FIXADO

Em 2 de Junho de 2009, foi celebrado o Contrato de Gestão entre o Estado Português, representado pelo Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e a Secretária de Estado dos Transportes, e cada um dos membros do Conselho de Administração da APS, eleitos na Assembleia Geral de 18 de Abril de 2008, na qualidade de gestores. Este contrato define os termos e as condições do exercício das funções dos gestores como membros daquele Conselho de Administração, entre as quais os objectivos a atingir e o enquadramento das suas remunerações e benefícios sociais.

A Comissão de Fixação de Remunerações da Administração do Porto de Sines, S.A., fixou em 6 de Julho de 2009 a remuneração dos órgãos sociais eleitos em Assembleia-geral de 18 de Abril de 2008, para o triénio 2008/2010. Para tal teve em conta as orientações definidas pelo accionista, através do Despacho Conjunto do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e da Senhora Secretária de Estado dos Transportes, de 2 de Junho de 2009 e teve ainda em conta o disposto no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, que aprovou o Estatuto do Gestor Público (EGP), designadamente no n.º 7 do seu artigo 28.º, de acordo com o qual as remunerações são determinadas em função da complexidade, exigência e responsabilidade inerentes às funções e atendendo às práticas normais de mercado no respectivo sector de actividade, sem prejuízo, quando aplicável, da observância do disposto em matéria de acumulação de funções e incompatibilidades e impedimentos, designadamente constante da Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto, da Lei n.º 29/87, de 30 de Junho, e da Lei n.º 102/88, de 25 de Agosto.

Assim, e em conformidade com o teor do invocado Despacho Conjunto, deliberou a Comissão de Fixação de Remunerações, por unanimidade, fixar as remunerações dos órgãos sociais da sociedade, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2009, nos termos seguintes:

a) Mesa Assembleia Geral

Presidente - Senha de presença no valor de 672,94 euros;

Secretário - Senha de presença no valor de 448,80 euros.

b) Conselho Administração

Presidente

– **Remuneração Fixa:** remuneração mensal ilíquida de 6.357,48 euros, paga 14 vezes por ano;

– **Remuneração Variável Anual:** atribuição de componente variável anual da remuneração, que se fixa num máximo de 35% da respectiva componente fixa de remuneração, em função do cumprimento dos objectivos anuais definidos.

Vogais

– **Remuneração Fixa:** remuneração mensal ilíquida de 5.438,52 euros, paga 14 vezes por ano;

– **Remuneração Variável Anual:** atribuição de componente variável anual da remuneração, que se fixa num máximo de 35% da respectiva componente fixa da remuneração, em função do cumprimento dos objectivos anuais definidos.

Os membros do Conselho de Administração beneficiam, ainda, das seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

a) Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da sociedade;

b) Automóvel: atribuição, para utilização pessoal, de uma viatura de serviço até ao limite de renda mensal de 1.000 euros para o Presidente e de 900 euros para os vogais, incluindo-se neste limite as despesas com seguro automóvel e manutenção. O limite mensal de encargos com combustível será fixado pelo Conselho de Administração, tendo em consideração as necessidades e a prática em vigor na Sociedade;

c) Telemóvel: utilização de telemóvel de serviço, cujo limite máximo mensal deverá ser fixado pelo Conselho de Administração, tendo em consideração as necessidades e a prática em vigor na Sociedade.

A eventual utilização de cartão de crédito da sociedade deve destinar-se, exclusivamente, a fazer face a despesas documentadas inerentes ao exercício das respectivas funções ao serviço da sociedade.

c) Conselho Fiscal

Presidente: Remuneração mensal ilíquida correspondente a 20% da remuneração mensal ilíquida atribuída ao presidente do Conselho de Administração, paga 14 vezes por ano.

Vogais efectivos: Remuneração mensal ilíquida correspondente a 15% da remuneração mensal ilíquida atribuída ao presidente do Conselho de Administração, paga 14 vezes por ano.

Para os membros do Conselho Fiscal, a remuneração mensal ilíquida é devida desde 18 de Abril de 2008, considerando-se como base de incidência, entre aquela data e a data de 1 de Janeiro de 2009, a remuneração de 6.178,31 euros.

d) Revisor Oficial de Contas

A prestação de serviços por parte do Revisor Oficial de Contas, bem como a respectiva formalização, correm os seus termos pelo Conselho de Administração, devendo os honorários ser fixados por este órgão social, tendo em conta os preços praticados no mercado.

Entretanto, por determinação constante do Despacho de 25 de Março de 2010, do Ministro de Estado e das Finanças, publicado no D.R. 2ª série, n.º 61 de 29 de Março de 2010, não foi paga a componente variável da remuneração dos gestores contratualizada por iniciativa da accionista. Adicionalmente, por força do disposto no artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho, foram as remunerações fixas dos órgãos sociais reduzidas em 5%.

REMUNERAÇÕES E OUTRAS REGALIAS (VALORES ANUAIS) - MANDATO ÚNICO

i) Mesa Assembleia Geral

	Presidente	Vice-Presidente	Secretário
2010	673	0	449

ii) Conselho de Administração

Remunerações 2010

	P - Drª. Maria Lídia Sequeira	V (1) - Dr. Duarte Lynce de Faria	V (2) - Dr. João Paulo Franco	TOTAL
1. Remuneração				
1.1. Remuneração base/Fixa a)	76.290	65.262	65.262	206.814
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A (30/06/2010)	-2.225	-1.904	-1.904	-6.033
1.3. Remuneração base/Fixa efectiva (1.1. - 1.2.)	74.065	63.359	63.359	200.783
1.4. Senha de presença	0	0	0	0
1.6. Acumulação de funções de gestão	0	0	0	0
1.7. Remuneração variável	0	0	0	0
1.8. IHT (isenção de horário de trabalho)	0	0	0	0
2. Outras regalias e compensações				
2.1. Gastos na utilização de telefones	549	922	938	2.409
2.2. Valor de aquisição/renda das viaturas de serviço	55.068	48.327	47.627	151.022
2.3. Valor do combustível gasto com a viaturas de serviço	5.275	5.228	4.437	14.940
2.4. Subsídio de deslocação	0	0	0	0
2.5. Subsídio de refeição	1.663	1.822	1.714	5.199
2.6. Outros (identificar detalhadamente)				
2.6.1. Ajudas de Custo	1.270	0	0	1.270
2.6.2. 14ª prestação (subs. férias)	6.357	5.439	5.439	17.235
2.6.3. 13ª prestação (subs. Natal)	6.040	5.167	5.167	16.374
2.6.4. Custos directos com formação profissional	0	0	1.188	1.188
3. Encargos com benefícios sociais				
3.1. Regime convencionado				
3.2. Seguros de saúde	0	0	0	0
3.3. Seguros de vida	0	0	0	0
3.4. Outros (identificar detalhadamente)				
3.4.1. Auxílio para estudos	0	2.603	428	3.031
3.4.2. Participação de actos médicos	468	1.177	3.168	4.813
3.4.3. Medicina no trabalho	42	40	0	82
3.4.4. Participação RO's	81	0	0	81
3.4.5. Seguro de acidentes pessoais	28	28	28	84
3.4.5. Seguro de acidentes de trabalho	b)	b)	b)	
4. Parque Automóvel				
4.1 Marca	Volvo	Mercedes	Volvo	
4.2 Modelo	580 D5	E 220 CDI Elegance	560 D5	
4.3 Matrícula	18-GZ-30	97-HE-12	18-GZ-29	
4.4 Valor da viatura	45.890	40.273	39.689	
4.5 N.º prestações	-	-	-	
4.6 Valor de aquisição/renda da viatura de serviço	55.068	48.327	47.627	
4.7 Ano de aquisição da viatura	2009	2009	2009	
4.8 Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	ver 2.3	ver 2.3	ver 2.3	
5. Informações Adicionais				
5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)	n	n	n	
5.2. Regime convencionado				
5.2.1. Segurança social (s/n)	n	s	s	
5.2.2. Outro (s/n)	s	n	n	
5.3. Ano de aquisição da viatura de serviço	ver 4.7	ver 4.7	ver 4.7	
5.4. Exercício funções remuneradas fora grupo (s/n)	s - (c)	n	n	
5.5. Outras (identificar detalhadamente)				
5.5.1. Usufruto de casa de função	Util. pontual	Util. pontual	Util. pontual	

Legenda: P - Presidente; V - Vogal executivo; V.N.E. - Vogal não executivo
a) Corresponde à remuneração anual bruta, decorrente do estatuto remuneratório fixado ou do lugar de origem caso esta opção tenha sido autorizada.
b) Seguro obrigatório com taxa de 0,50% sobre o volume dos salários.
c) Existem funções remuneradas no Conselho de Administração da empresa AICEP Global Parques, S.A., que, no entanto, reverterem para a APS, S.A.

iii) Órgão de Fiscalização

a) Conselho Fiscal

	euros
	2010
Presidente - Dr.ª Ana Paula Azurara	17.292
Vogal - Dr.ª Maria Teresa Morais	12.969
Vogal - Dr. Dino Santos	12.969
Suplente - Dr.ª Ana Teresa Reyes	0

b) Revisor Oficial de Contas

	euros
	2010
PriceWaterhouseCoopers - Prestação de Serviços ROC	26.100
Outros - despesas com deslocações, alojamentos e comunicações	5.056

7. Sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental

ESTRATÉGIAS ADOPTADAS

As estratégias adoptadas para garantir a sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental incorporam-se em dois grandes vectores:

- O Plano Estratégico do Porto de Sines, desenvolvido inicialmente num horizonte temporal até 2010, foi posteriormente adaptado de forma a responder integralmente às Orientações para o Sector Marítimo - Portuário definidas pelo MOPTC — Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações em Dezembro de 2006, as quais apresentam o ano de 2015 como horizonte temporal, e com as Orientações Gerais para o Sector e as Orientações Estratégicas Específicas definidas no Anexo I ao Contrato de Gestão para o mandato 2008/2010;
- A Política de Qualidade, Ambiente e Segurança, concretizada na implementação do Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho e Segurança de Informação, segundo os referenciais, respectivamente, ISO 9001, ISO 14001, OHSAS 18001 e ISO/IEC 27001;

GRAU DE CUMPRIMENTO DAS METAS FIXADAS

No ponto 1 da Parte A - Relatório de Gestão efectua-se o ponto de situação relativamente às acções definidas no Plano Estratégico do Porto de Sines.

No ponto 1 da Parte D - Outras Informações ao Accionista, dá-se conta do grau de cumprimento das metas fixadas em termos de Plano de Actividades e Orçamentos para o exercício de 2010.

POLÍTICAS PROSEGUIDAS COM VISTA A GARANTIR A EFICIÊNCIA ECONÓMICA, FINANCEIRA, SOCIAL E AMBIENTAL E A SALVAGUARDAR NORMAS DE QUALIDADE

A APS vem apresentando desde 2006, de forma sustentada, resultados líquidos positivos. Mais uma vez, tal aconteceu em 2010, ano em que o resultado líquido ascendeu a 6,03 milhões de euros e o cash-flow operacional (EBITDA) a 13,3 milhões. O Valor Acrescentado Bruto, principal indicador representativo do contributo da criação de valor pela empresa para a economia regional e nacional, totalizou cerca de 26 milhões de euros. Paralelamente, a empresa efectuou em 2008 a liquidação antecipada da quase totalidade do seu passivo bancário, desaparecendo, assim, os elevados montantes do serviço da dívida que anteriormente absorviam a maior parte dos meios libertos pela empresa. No final de 2010, o passivo bancário ascendia apenas a 2,4 milhões de euros, contra 4,7 no ano anterior.

Além disso, por via dos impostos sobre o rendimento e dos dividendos pagos, a empresa assume-se como um contribuinte líquido para o accionista Estado português.

Relativamente às políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência social, as mesmas aplicam-se a vários domínios: diversas modalidades de apoio social a funcionários no activo e reformados como prestação de serviços médicos, apoio medicamentoso, auxílio na infância e auxílio para estudos de filhos de funcionários, transporte entre a empresa e os principais pólos populacionais da região para o pessoal administrativo e para o pessoal em regime de turno e, noutra vertente, o acolhimento de estágios curriculares e profissionais. O apoio da APS ao Grupo Desportivo e Cultural é igualmente um meio de desenvolvimento social, cultural e desportivo dos seus colaboradores.

Por outro lado, a Política da Qualidade, Ambiente e Segurança da Administração do Porto de Sines, S.A visa a satisfação das necessidades e expectativas dos clientes, colaboradores, accionistas, fornecedores e sociedade envolvente, através da prestação de serviços de elevada qualidade, da inovação, do desenvolvimento sustentável da actividade, promovendo a segurança e saúde de todos os colaboradores envolvidos nas suas actividades e seguindo os princípios da melhoria contínua.

O Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho e Segurança de Informação, segundo os referenciais ISO 9001, ISO 14001, OHSAS 18001 e ISO/IEC 27001, adopta as linhas de orientação do Plano Estratégico e visa assegurar a plena satisfação dos seus clientes e afirmar uma posição de liderança e inovação no sector portuário nacional, colocando em prática os princípios da Política da Qualidade, Ambiente e Segurança que são os seguintes:

- Melhorar a qualidade e eficácia dos serviços prestados;
- Assegurar que os colaboradores próprios e subcontratados têm formação adequada, promovendo a sensibilização para a melhoria contínua dos serviços prestados, bem como para as questões ambientais e segurança e saúde no trabalho;
- Estabelecer relações, com os seus fornecedores, numa óptica de benefício mútuo, privilegiando os que melhor atendam aos requisitos estabelecidos;
- Melhorar os resultados económicos e cumprir o plano de actividades aprovado;
- Cumprir e fazer cumprir os requisitos legais, regulamentares e normativos aplicáveis aos serviços prestados, aspectos ambientais e à segurança e saúde;
- Prevenir, controlar e minimizar a poluição, designadamente os resíduos gerados pelas suas actividades, promovendo o recurso ao investimento em novas tecnologias e processos menos poluentes;
- Identificar e prevenir os riscos inerentes à sua actividade, promovendo a implementação de acções com vista ao controlo e à minimização desses riscos;
- Promover a identificação e minimização dos aspectos ambientais significativos e dos riscos existentes incentivando a implementação de acções correctivas e preventivas adequadas pelas entidades por si licenciadas e concessionadas;
- Assegurar que na concepção de novas instalações e procedimentos de trabalho sejam tidos em conta factores de saúde e segurança no trabalho e ambiente;

- Desenvolver acções que permitam garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação em suporte electrónico, bem como o seu cumprimento por todos os utilizadores;
- Promover uma actuação pró-activa de incremento dos níveis de segurança física e lógica dos sistemas, nomeadamente na implementação de novas infra-estruturas tecnológicas e desenvolvimento de sistemas de informação.

IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS PARA A ACTIVIDADE E PARA O FUTURO DA EMPRESA

Apesar do Porto de Sines ser um importante elo de ligação nas cadeias de transportes de mercadorias, tem sido, pelas suas características históricas de porto de base energética e industrial, um porto ligado a um número reduzido de clientes que garantem elevados volumes de cargas. Mesmo com a entrada em actividade do Terminal de Contentores, tal situação não se alterou significativamente com uma grande parte das escalas a serem asseguradas por um mesmo armador.

Esta concentração de grandes quantidades de cargas movimentadas num reduzido número de clientes é o principal risco para a actividade do porto e para o futuro da APS e dos seus concessionários, como entidade concedente e como responsável pela administração da área de jurisdição portuária. O desenvolvimento e diversificação da actividade do Terminal de Contentores, a manutenção dos elevados níveis de operacionalidade nos diversos terminais e a existência de vastas áreas para expansão de actividades portuárias e logísticas são essenciais para o desenvolvimento do porto e para o futuro da empresa.

Noutro âmbito, um risco significativo tem a ver com a movimentação de grandes volumes de matérias perigosas, característica de um porto historicamente ligado ao abastecimento energético, o que, em caso de acidente, pode provocar a interrupção das operações, num ou mais terminais, por longos períodos de tempo. A contínua aposta na manutenção e desenvolvimento das condições de segurança, seja através do investimento em equipamentos de vigilância e combate a acidentes, seja através da contínua melhoria dos processos associados à movimentação destas cargas é a única forma de minimização deste risco.

Por outro lado e no entendimento generalizado de todas as entidades envolvidas nos processos de negócio da actividade portuária reconhecem-se, ainda, como factores críticos do desenvolvimento da sua actividade os seguintes:

- Consolidação do processo de redução dos históricos níveis de burocracia e de falta de coordenação entre os actores intervenientes na cadeia logística e portuária, englobando, inclusivamente, as entidades do sector público intervenientes, iniciado com a implementação da Janela Única Portuária (JUP) em 2008 e substancialmente melhorado com a evolução para a JUPII em 2009;
- Necessidade da implementação de acessibilidades rodo-ferroviárias adequadas ao acompanhamento do desenvolvimento previsto para o porto.

FORMA DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS INERENTES A UMA ADEQUADA GESTÃO EMPRESARIAL:

a) Responsabilidade social:

Garantia de promoção da igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos, e de não discriminação

A APS adopta uma política de transparência, livre de práticas discriminatórias dispondo de um Código de Ética e de Conduta, formulado com base na Norma NP 4460, onde constam como princípios gerais de actuação, a justiça e imparcialidade, os direitos humanos e igualdade, a boa governança, a responsabilidade social, a segurança e saúde dos seus colaboradores, a sua valorização profissional e o desenvolvimento sustentável.

Para o alcance deste princípio muito tem contribuído a certificação do Sistema Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança (SI) assente numa lógica de melhoria contínua, bem como a existência do Código de Ética e de Conduta, formulado com base na Norma NP 4460, pretendendo-se que com a nomeação do Provedor do Cliente do Porto de Sines, seja reforçado a defesa e promoção dos direitos, garantias e interesses legítimos dos clientes do porto de Sines.

Gestão adequada do capital humano da empresa, com promoção da valorização individual dos recursos humanos, instituição de sistemas que garantam o bem-estar e premeiem o mérito dos colaboradores

No sentido da melhoria da gestão do capital humano, iniciou-se a implementação do ERP SAP HCM, que disponibiliza ferramentas e funcionalidades capazes de potenciar uma gestão de competências que contribuem para o crescimento da organização e para o aumento da qualidade da prestação de serviços, que se irá associar ao sistema de "Avaliação do Desempenho dos Recursos Humanos" já em vigor.

Saúde e segurança no trabalho

A APS possui serviços de Segurança e Medicina no Trabalho e de um corpo de enfermagem próprios que desenvolvem as actividades previstas na legislação geral, promovendo a elaboração de normas internas para a melhoria das condições de segurança e saúde na sua área de jurisdição, impondo o seu cumprimento por parte de todas as entidades que nela desenvolvem as suas actividades – empreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e outras.

No sentido de beneficiar socialmente os seus colaboradores, a APS possui, ainda, um serviço de Medicina Social, um seguro de saúde para os subscritores do regime geral de segurança social, e um regulamento de obras sociais que, em matéria médica, medicamentosa e hospitalar, complementa o sistema de saúde dos subscritores da CGA e, portanto, beneficiários da ADSE.

As obras sociais prevêm, ainda, diversos apoios em matéria de prestações sociais, como sejam fundo de auxílio, auxílio para estudos, auxílio na infância e transporte, abrangendo todos os colaboradores.

Adopção de práticas ambientalmente correctas

A estratégia ambiental assenta, na vertente reactiva, não só no combate à poluição como medida de resposta a situações de emergência e, principalmente, na aplicação de medidas preventivas que minimizem as emissões para o ar, água e solo e no controlo e monitorização ambiental efectuados por entidades ligadas à investigação e ensino, entre outras, abrangendo áreas como os ambientes marinhos, o ar, água e solo, nomeadamente, a Monitorização dos Ambientes Marinhos do Porto, o Controlo da Qualidade das Águas Residuais, Balneares e de Consumo Humano e a Monitorização dos Efluentes Gasosos da Central de Produção de Vapor.

Relativamente aos novos projectos em desenvolvimento no porto, são acompanhados por instrumentos preventivos, como sejam a Avaliação de Impacte Ambiental ou Estudos de Incidências Ambientais, com os quais se pretende assegurar que as prováveis consequências sobre o ambiente de um determinado projecto são inventariadas, analisadas e tomadas em devida consideração.

A recolha selectiva de resíduos nas instalações da APS está já implementada, contribuindo, assim, para a protecção do ambiente ao reduzir os resíduos destinados a aterro.

O Porto de Sines manteve em 2010 a certificação ambiental segundo os referenciais NP EN ISO 14001: 2004, obtida em 2008.

Adicionalmente, a APS tem implementado desde meados de 2007 um procedimento de Boas Práticas, relativo à aquisição e consumo de produtos e equipamentos com características susceptíveis de contribuir para a redução de impactos ambientais. Este procedimento define práticas de gestão ambiental e metodologias a seguir na aquisição de bens e serviços ao nível dos procedimentos concursais (concursos públicos ou consultas), ao nível do estabelecimento do contrato e ao nível da execução do mesmo.

Assim, em determinadas áreas, os concursos e consultas lançadas pela APS incluem requisitos e critérios ambientais definidos na Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas, integrando normas nacionais e internacionais e as melhores práticas nesta área. Nos respectivos Cadernos de Encargos definem-se diversos requisitos ambientais, designadamente:

Papel

- Nas aquisições de papel é considerado papel reciclado de modo a permitir a redução do consumo de pasta de papel.

Consumíveis de Impressão

- A APS dispõe, nas suas instalações, de recipientes para recolha de embalagens e dos consumíveis já utilizados.

Cópias e Impressão

- São adquiridos equipamentos que cumpram os requisitos Energy Star aplicáveis ao consumo de energia;
- A recolha de consumíveis é efectuada em recipiente apropriado (dedicado);

Equipamento Informático

- Os computadores devem cumprir os requisitos Energy Star aplicáveis ao consumo de energia;
- Os monitores devem cumprir os requisitos TCO'03 e Energy Star.

Licenciamento de Software

- Nos casos em que tal é viável, as aquisições fazem-se com a possibilidade de distribuição electrónica (download), o que torna desnecessária a impressão da caixa e de manuais.

Energia

- De forma a reduzir os consumos energéticos são adquiridas lâmpadas PLC, cat. B, economizadoras de energia. Encontra-se em estudo a substituição da iluminação das áreas públicas sob jurisdição da APS, no sentido da utilização de equipamentos economizadores de energia (LEDs)

Veículos Automóveis

- A APS, SA tem vindo a proceder à substituição continuada da sua frota automóvel, através da aquisição de veículos com menores emissões, sendo que no final de 2010, 34% dos veículos do parque automóvel da APS possuíam emissões máximas de 120 g/Km.

b) Desenvolvimento sustentável

Criação de valor para o accionista

Ver anterior ponto relativo às “Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade” e ainda o ponto 9. “Análise Económico-Financeira” do Relatório de Gestão.

Promoção da protecção ambiental

A APS manteve em 2010 a certificação do Sistema de Gestão Ambiental, baseado no referencial NP EN ISO 14001:2004 com o qual se pretende apoiar a protecção ambiental e a prevenção da poluição, alcançar um comportamento eco-eficiente, contribuir para uma melhor imagem exterior e aceitação das partes interessadas, evidenciar o cumprimento da legislação, identificar, avaliar e diminuir os impactes ambientais, diminuir os riscos de acidentes através de uma abordagem estruturada, estabelecendo objectivos e definindo e demonstrando como foram atingidos, em equilíbrio com as necessidades sócio-económicas.

No âmbito deste sistema estão a ser desenvolvidos procedimentos de Boas Práticas para serem implementadas e, assim, se promover uma ainda melhor protecção do ambiente. O procedimento de Boas Práticas, relativo à aquisição e consumo de produtos e equipamentos com características susceptíveis de contribuir para a redução de impactos ambientais, em vigor desde 2007, é um exemplo a destacar.

Durante o ano de 2010, o Porto de Sines registou 5 escalas de navios certificados pela *Green Award Foundation*, e foi adquirida a Lancha Atlântida Azul com forte impacto na melhoria das condições de segurança das operações portuárias.

Visando a conservação da natureza e a defesa do ambiente, bem como a sua harmonização como um desenvolvimento sustentado manteve-se em vigor neste ano o Protocolo de Cooperação entre a APS e o Núcleo Regional do Litoral Alentejano da QUERCUS.

Contribuição para a inclusão social (empregabilidade)

A contribuição para a inclusão social é promovida por uma dupla via, ou seja, por um lado pela valorização profissional e desenvolvimento de competências dos seus trabalhadores, que para além das vias formais, podem através das sinergias criadas pelo contacto com pessoas em regime de estágios curriculares ou profissionais melhorar as suas competências, e por outro pelo incremento de competências dos próprios estagiários acolhidos na APS, que os potenciam para o mercado de trabalho principal preocupação da maioria dos jovens que finalizam ou estão a finalizar os seus estudos.

c) Serviço público e de satisfação das necessidades da colectividade

O cumprimento das atribuições de serviço público, inerentes ao seu próprio estatuto, é integralmente assumido no desenvolvimento da actividade da APS. Ao assumir-se como um factor económico de desenvolvimento regional e local, a empresa presta, também, um inegável contributo para o respectivo desenvolvimento e para o bem-estar social.

O compromisso que a empresa vem mantendo ao nível ambiental, não só na área da segurança e prevenção de acidentes e poluições, mas também na recuperação e ordenamento da orla marítima e das áreas adjacentes, traduz-se, igualmente, na melhoria da qualidade de vida das populações.

Também o apoio prestado ao nível de formação profissional e patrocínios a colectividades locais, entre outros, é a prova do empenhamento da empresa na satisfação das necessidades da comunidade local e regional.

No âmbito do desenvolvimento sustentado, uma das apostas estratégicas do Porto de Sines foi garantir uma gestão suportada num SI — Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança, totalmente certificado segundo os referenciais das normas ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001. Este objectivo concretizado em 2008, é sustentado numa política de satisfação das necessidades e expectativas dos clientes, trabalhadores, accionistas, fornecedores e sociedade envolvente, através da prestação de serviços de elevada qualidade, da inovação, do desenvolvimento sustentável da actividade, promovendo a segurança e saúde de todos os trabalhadores envolvidos nas suas actividade e seguindo os princípios da melhoria contínua.

A responsabilidade social e o relacionamento com os “stakeholders” do porto, vem sendo uma preocupação acrescida da empresa. Neste domínio o ano de 2010 assistiu, depois da introdução do Código de Ética e de Conduta em 2009, ao desenvolvimento do anterior Plano de Prevenção e Risco de Corrupção, que respondia à Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 1 de Julho de 2009, num Plano de Prevenção de Riscos de “Compliance”. No plano inicial eram identificados por unidade orgânica da empresa, os riscos de corrupção e infracções conexas, os graus de risco associados e as correspondentes medidas preventivas. Concluído o processo de análise das alterações e de actualização do plano, a presente revisão estabelece orientações sobre a prevenção de riscos de “compliance”, incluindo os riscos de corrupção e infracções conexas, e sobre os critérios de risco, as funções e as responsabilidades na sua estrutura e organização interna, bem como as medidas de prevenção, controlo e monitorização do plano.

Tendo em vista o melhoramento contínuo da qualidade do serviço prestado e do grau de satisfação dos clientes/utentes, a APS tem adoptado várias metodologias nesse sentido. Uma das metodologias adoptadas foi a criação do FSP — Fórum para a Simplificação de Procedimentos no Porto de Sines onde se reúnem todas as partes interessadas no desenvolvimento e na competitividade do porto, entidades públicas e agentes económicos, para estudar e decidir sobre medidas de simplificação e harmonização dos procedimentos a que os mesmos estão sujeitos.

No final do ano de 2010 foi designado o Provedor do Cliente do Porto de Sines, o qual tem por função, em termos gerais, a defesa e promoção dos direitos, garantias e interesses legítimos dos Clientes do Porto de Sines, assegurando a regularidade das relações entre os aludidos clientes e os diversos intervenientes no transporte marítimo e actividades complementares a ele directamente interligadas.

Paralelamente, têm sido desenvolvidas outras acções dirigidas à maior satisfação do cliente, através da monitorização de informações relativas à sua satisfação face aos serviços prestados pelo porto. Através de um processo documentado no âmbito do SI, foi criado um *Questionário de Avaliação da Satisfação de Cliente* a partir da identificação de um conjunto de variáveis que comportam dimensões de análise que tendem a ser globalmente relevantes para a mediação da satisfação do cliente.

O tratamento de reclamações dos clientes é outra das preocupações da APS. Este processo encontra-se regulamentado, no âmbito do SI, desde 2004. Os registos efectuados no âmbito destes processos, permitem obter informações acerca da percepção que os clientes têm sobre a forma como os seus requisitos são satisfeitos, funcionando como suporte às evidências da conformidade ou não conformidade dos serviços prestados.

A relação da APS com os concessionários e licenciados assume também primordial importância uma vez que deles depende, em grande medida, a qualidade da prestação dos serviços portuários. Esta relação processa-se com base no Processo “Gestão de Contratos de Concessão”, um dos processos incluídos e certificados no SI.

Este processo tem por objectivo concretizar processos de acompanhamento e monitorização das actividades das empresas concessionárias e licenciadas que permitam aferir o respectivo cumprimento das obrigações contratuais e dos níveis de serviço que o porto, de forma global, deve prestar aos seus clientes (os donos das cargas e os seus transportadores). Tem ainda associado um procedimento que exige que, para cada contrato ou licença, haja um GC—Gestor de Contrato nomeado e um PQ—Plano da Qualidade aprovado, a partir do qual é possível identificar as actividades de monitorização e fiscalização a realizar, os respectivos responsáveis de competência técnica e os documentos que conformam os requisitos aplicáveis e os resultados a obter. Além destes requisitos básicos, é também necessário cumprir o PQ e evidenciar esse cumprimento. Tendo em conta os princípios da melhoria contínua, este processo de acompanhamento das concessões e licenças tem vindo a evoluir no sentido de serem melhoradas as actividades de monitorização e fiscalização realizadas pela APS, nomeadamente nas áreas de ambiente e segurança.

Ainda no âmbito da melhoria das condições de segurança e porque esta preocupação se estende a todas as áreas da responsabilidade da APS, também na Praia Vasco da Gama se tem assistido à preocupação em garantir a melhoria contínua nas condições disponibilizadas aos seus utentes.

MOLDES EM QUE FOI SALVAGUARDADA A COMPETITIVIDADE DA EMPRESA, DESIGNADAMENTE, PELA VIA DE INVESTIGAÇÃO, DA INOVAÇÃO, DO DESENVOLVIMENTO E DA INTEGRAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS NO PROCESSO PRODUTIVO

No ponto 8 da Parte A - Relatório de Gestão deste relatório são apresentados os principais projectos de desenvolvimento em curso no Porto de Sines. Nestes têm especial destaque os projectos ligados às tecnologias de informação e comunicação e aos procedimentos electrónicos integradores do despacho de navios e mercadorias e relativos à segurança e supervisão portuária. Estes são factores essenciais para a competitividade do Porto de Sines.

PLANOS DE ACÇÃO PARA O FUTURO

A explicitação deste ponto assenta no desenvolvimento do Plano Estratégico do Porto de Sines detalhado no ponto 2 da Parte A - Relatório de Gestão.

8. Viabilidade do cumprimento dos Princípios de Bom Governo

Considera-se não existirem condicionamentos ao cumprimento dos Princípios de Bom Governo, considerando-se também que os mesmos são cumpridos na totalidade mesmo que com diferentes graus de desenvolvimento na sua implementação.

9. Existência de Código de Ética

A APS aprovou em Março de 2009 o seu Código de Ética, o qual veio a ser revisto e substituído ainda em Dezembro desse ano pelo Código de Ética e de Conduta. Este código encontra-se divulgado interna e externamente através do portal Internet da empresa.

Na prossecução da missão da empresa, este código define um conjunto de valores e de princípios de que deverão reger a actuação da mesma, bem como estabelece normas de conduta para os seus colaboradores ao nível interno e externo, nomeadamente com clientes, fornecedores, partes interessadas, entidades reguladoras e sociedade em geral.

10. Informação sobre a existência de um sistema de controlo compatível com a dimensão e complexidade da empresa, de modo a proteger os investimentos e os seus activos, o qual deve abarcar todos os riscos relevantes pela empresa

Para além dos diversos sistemas de controlo que a empresa tem implementados nos seus diversos domínios de actuação, em resposta à Recomendação, de 1 de Julho de 2009, do Conselho de Prevenção da Corrupção, a APS aprovou, em 30 de Dezembro, o seu Plano de prevenção de riscos de corrupção e infracções conexas, que foi divulgado internamente e comunicado aos órgãos de tutela e controlo da empresa. Este documento pretende ser uma ferramenta de apoio à decisão e aplicável a todos os níveis de gestão da APS.

Durante o ano de 2010, este plano evoluiu para um Plano de Prevenção de Riscos de “Compliance”. No plano inicial eram identificados por unidade orgânica da empresa, os riscos de corrupção e infracções conexas, os graus de risco associados e as correspondentes medidas preventivas. Concluído o processo de análise das alterações e de actualização do plano, a presente revisão estabelece orientações sobre a prevenção de riscos de “compliance”, incluindo os riscos de corrupção e infracções conexas, e sobre os critérios de risco, as funções e as responsabilidades na sua estrutura e organização interna, bem como as medidas de prevenção, controlo e monitorização do plano. Pretende-se que no futuro o plano cubra todos os riscos de gestão.

Uma referencia ainda às concessões e licenciamentos em que todo o risco relativo a condições financeiras ou de mercado decorre por conta dos concessionários ou licenciados não assegurando a APS quaisquer níveis mínimos de volume de negócios ou de tráfego.

11. Identificação dos mecanismos adoptados com vista à prevenção de conflitos de interesses

As despesas realizadas por qualquer dos administradores são visadas por qualquer dos outros administradores.

Foi dado cumprimento ao disposto no nº 22 da RCM nº 49/2007, de 28 de Março.

Por outro lado, o Plano de Prevenção de Riscos de “Compliance”, mencionado no ponto anterior, é a peça fundamental na prevenção deste tipo de conflitos.



13. Explicitação fundamentada da divulgação de toda a informação actualizada prevista na RCM nº 49/2007, de 28 de Março

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	Sim	Não	N.A.	
Estatutos actualizados (PDF)	x			
Historial, Visão Missão e Estratégia	x			
Ficha síntese da empresa	x			
Identificação da Empresa:				
Missão, objectivos, políticas, obrig. serv. Púb.e modelo financ.	x			
Modelo Governo / Ident. dos órgãos sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	x			
Estatuto remuneratório fixado	x			
Remunerações auferidas e demais regalias	x			
Regulamentos e Transacções:				
Regulamentos Internos e Externos	x			
Transacções Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	x			
Outras transacções	x			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	x			
Avaliação do cumprimento dos PBG	x			
Código de Ética	x			
Informação Financeira histórica e actual	x			
Esforço Financeiro do Estado	x			

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	Sim	Não	N.A.	
Existência de Site	x			
Historial, Visão Missão e Estratégia	x			
Organigrama	x			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos órgãos sociais	x			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	x			
Identificação de comissões existentes na sociedade	x			
Identificar sistemas de controlo de riscos	x			
Remunerações dos órgãos sociais	x			
Regulamentos Internos e Externos	x			
Transacções fora das condições de mercado	x			
Transacções relevantes com entidades relacionadas	x			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	x			
Código de Ética	x			
Relatório e Contas	x			
Provedor do cliente	x			

D. OUTROS DEVERES DE INFORMAÇÃO



D. OUTROS DEVERES DE INFORMAÇÃO

1. Explicitação das condições e níveis do cumprimento de orientações e objectivos de gestão previstos no artigo 11º do DL nº 300/2007

Para além das Orientações para o Sector Marítimo - Portuário que encontram tradução no Plano Estratégico do Porto de Sines, o Anexo I ao Contrato de Gestão para o mandato 2008-2010 define um conjunto de orientações estratégicas específicas e de objectivos de gestão com metas quantificadas.

As orientações estratégicas específicas encontram-se igualmente traduzidas no Plano Estratégico do Porto de Sines e são as seguintes:

• Consolidação do modelo de gestão landlord port

Com a concessão do Terminal de Granéis Líquidos em 2008, a exploração comercial do Porto de Sines assumiu integralmente uma tipologia de landlord port. Do conjunto de instalações portuárias de Sines, apenas o Porto de Recreio continua a ser explorado e gerido directamente pela autoridade portuária.

Esta orientação específica coincide com um dos cinco objectivos do Plano Estratégico do Porto de Sines, no qual se incluem 14 projectos dos quais 12 já concluídos.

• Desenvolver a info-estrutura portuária

No âmbito do Plano Estratégico do Porto de Sines, este objectivo integra 4 projectos, todos já concluídos. Não obstante, esta é uma área em que a empresa continua a apostar fortemente, conforme mais adiante se detalhará no ponto relativo aos principais projectos em desenvolvimento, aposta continuamente traduzida, de forma marcante, na execução do plano de investimentos.

• Aumentar a segurança marítima e portuária

No âmbito do Plano Estratégico do Porto de Sines, este objectivo integra 7 projectos, 6 dos quais concluídos. Tal como se refere a propósito do objectivo anterior, é igualmente uma área em que a empresa continua a apostar fortemente. Inclusivamente pode referir-se que são duas áreas com grande complementaridade já que uma boa parte do desenvolvimento da info-estrutura portuária é efectuado no sentido da melhoria da integração e da automação dos procedimentos de supervisão e de segurança portuária.

• Consolidação do saneamento financeiro da empresa

A consolidação dos resultados líquidos positivos da empresa que vêm sendo registados desde 2005 e o saneamento do passivo bancário efectuado em 2008 com recurso ao encaixe financeiro resultante da alienação dos equipamentos do Terminal de Granéis Líquidos, então concessionado, com a decorrente diminuição do pesado serviço da dívida até aí registado, permite afirmar que este é um objectivo já alcançado e que importa agora manter.

Quanto às metas fixadas para 2010 no âmbito do Plano de Actividades e Orçamentos, apresentam-se seguidamente os resultados atingidos:

OBJECTIVO	Meta 2010	Resultado 2010	Grau de cumprimento (%)
Volume de negócios (m€)	30.430	30.809	101,3
Margem EBITDA (%)	57,9	43,2	74,6
Resultados Líquidos (m€)	3.600	6.031	167,5
ROACE (%)	1,28	4,25	332,0
Movimento de mercadorias (mT)	26.100	25.515	97,8
PMP (nº de dias)	40	38	105,3
Cumprimento do plano de investimentos (m€)	4.560	2.235	49,0
Eficiência (Custos Operacionais / EBITDA)	1,87	2,45	76,3

Aplicadas as ponderações definidas para cada indicador no Contrato de Gestão para o mandato 2008/2010, o grau de cumprimento dos objectivos de gestão foi de 130,6% tendo presentes as metas propostas no Plano de Actividades e Orçamento para 2010 que, apesar de não ter sido objecto de aprovação pela Assembleia Geral, constituiu o documento orientador da actividade da empresa posto que alguma teria de haver e a quantificação dos objectivos não deveria ser a do contrato de gestão dadas as alterações contabilísticas decorrentes da entrada em vigor do SNC após a celebração daquele contrato.



2. Gestão do risco financeiro nos termos do Despacho nº 101/2009 - SETF, de 30 de Janeiro

Gestão de Risco Financeiro - Despacho n.º 101/09 - SETF, de 30-01	Cumprido			Descrição
	Sim	Não	N.A.	
Procedimentos adoptados em matéria de risco e medidas de cobertura respectiva				
Diversificação de instrumentos de financiamento	x			
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis			x	
Diversificação das entidades credoras	x			
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado			x	
Adopção de política activa de reforço de capitais permanentes				
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis			x	
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação			x	
Minimização da prestação de garantias reais	x			
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)			x	
Medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira da empresa				
Adopção de política que minimize afectação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos			x	
Opção pelos investimentos com comprovada rendibilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP			x	
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento	x			
Inclusão nos R&C				
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos		x		
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos	x			
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro			x	
Reflexão nas DF 2009 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira			x	

Legenda:
FC - Fundos comunitários
CP - Capital próprio
S - Sim
N - Não
N.A. - Não aplicável

Sendo sempre uma matéria da maior importância no governo das sociedades, pode, no entanto, dizer-se que a gestão do risco financeiro na APS se encontra actualmente simplificada por força de acontecimentos recentes.

Com efeito, relativamente ao passivo remunerado, o encaixe financeiro obtido em 2008 com a alienação do equipamento afecto à concessão do Terminal de Granéis Líquidos permitiu a liquidação, sem penalizações, da quase totalidade do passivo bancário da empresa. Subsistiu apenas o empréstimo contraído junto do BEI no início da década de 90 para financiamento da obra de reabilitação do Molhe Oeste, o qual apresentava um saldo de 2,39 milhões de euros no final do exercício em análise e se liquidará na totalidade até Fevereiro de 2011. A liquidação antecipada do mesmo implicaria uma penalização contratual superior ao benefício decorrente da poupança de encargos. A taxa de juro fixa deste empréstimo é de 4,27%.

A APS tem no seu historial uma política de eficiente aproveitamento dos instrumentos de financiamento comunitário para os quais se constitui como entidade elegível, quer seja ao nível dos Programas integrados nos Quadros Comunitários de Apoio ou do Quadro de Referência Estratégico Nacional quer seja ao nível dos programas de Iniciativa Comunitária, traduzida na obtenção de significativos subsídios ao investimento a fundo perdido. Embora com um montante bem menos expressivo, a estes acrescem os subsídios do capº 50º do Orçamento de Estado, pelo que o recurso a capitais alheios, se bem que tendo num passado recente atingido montantes muito expressivos, face aos pesados investimentos no desenvolvimento do porto, foi sempre efectuado pelo montante mínimo imprescindível e de forma a que os respectivos encargos pudessem ser cobertos pelos meios gerados pela exploração da empresa.

EVOLUÇÃO DO PASSIVO REMUNERADO E SEUS ENCARGOS

	euros				
DESCRIÇÃO	2010	2009	2008	2007	2006
Total de Empréstimos Bancários em 31/12	2.392.690	4.686.870	9.206.497	63.907.902	66.712.420
Juros	113.151	215.138	1.850.765	2.803.780	3.748.257
Outros Encargos	1.766	7.424	23.514	30.570	19.718
Taxa de Aval	6.625	12.351	18.341	23.061	29.309

3. Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) em conformidade com a RCM 34/2008, de 22/2 e respectiva alteração introduzida pelo Despacho nº 9870/2009, de 13/4

O Prazo Médio de Pagamentos tem apresentado uma descida continuada desde 2008, cumprindo a APS as metas definidas pelo Programa Pagar a Tempo e Horas, em conformidade com a RCM 34/2008, de 22/2 e respectiva alteração introduzida pelo Despacho nº 9870/2009, de 13/4.

	2010	2009	2008
Prazo médio de pagamentos (dias)	38	39	67

4. Cumprimento dos deveres especiais de informação, nos termos do Despacho nº 14277/2008, de 23 de Maio

Durante o ano de 2010, foram cumpridos os deveres de informação junto da DGTF e IGF em matéria de Planos de Actividades e Orçamentos de Exploração e Investimentos, Relatórios Trimestrais de Execução e Cópias de Actas de Assembleias-gerais.



5. Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do accionista emitidas aquando da aprovação das contas de 2009

A única recomendação expressa pelo accionista aquando da aprovação das contas de 2009, dizia respeito à necessidade de elaboração de uma nova versão do Orçamento de 2010 quando devidamente avaliados os impactos decorrentes da adopção do SNC no sentido de dar cumprimento às orientações estabelecidas no parecer do ROC. Até ao final do exercício de 2010 não foi possível concluir inequivocamente o procedimento relativo às recomendações do ROC.

6. Cumprimento das “orientações genéricas sobre negociações salariais para as empresas públicas (EP)”, nos termos do ofício nº 1730 da DGTF, de 25 de Fevereiro de 2010

Dando cumprimento às orientações constantes do Ofício nº 1730 de 2010-02-25 da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, a adoptar igualmente ao nível do Sector Empresarial do Estado, foram mantidas no ano de 2010 as tabelas salariais em vigor no ano de 2009.

7. Cumprimento do Despacho de 25 de Março de 2010 do Ministro de Estado e das Finanças (MEF) relativo à atribuição de prémios de gestão

No cumprimento do Despacho de 25 de Março de 2010 do Ministro de Estado e das Finanças (MEF), não houve lugar ao pagamento de remuneração variável aos membros do Conselho de Administração no exercício de 2010.

8. Cumprimento da orientação constante no Despacho nº 438/10 - SETF, de 10 de Maio, relativa às normas de contratação pública

A Parte C - Governo da Sociedade inclui no seu ponto 4 a avaliação do modo como foram aplicadas as normas de contratação pública, dando cumprimento a esta orientação.

9. Cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento definidos para 2010 no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC);

Conforme decorre do mencionado anterior ponto 2 desta Parte D. Outras Informações Ao Accionista, nomeadamente quanto à evolução do passivo remunerado, considera-se cumprida esta recomendação, dado não ter existido qualquer acréscimo de endividamento.

10. Implementação de medidas previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC), ao nível da racionalização da política de aprovisionamento de bens e serviços

No quadro da racionalização da política de aprovisionamento de bens e serviços, o Conselho de Administração aprovou no ano de 2010, a adesão da APS, S.A. ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) como entidade voluntária.

11. Cumprimento do previsto no artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho relativa à redução das remunerações dos órgãos de gestão

No cumprimento do disposto no artigo 12º da Lei nº 12-A/2010 de 30-6, a remuneração fixa mensal ilíquida dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foi reduzida em 5%, com efeitos a partir de 2010-06-01.

12. Cumprimento do previsto no artigo 17º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho, ao nível do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Foram iniciados em 2010 os procedimentos inerentes à concretização deste princípio, nomeadamente através do pedido de abertura de conta junto do IGCP, de forma a poder efectuar o cumprimento do mesmo em 2011.



13. Análise das acções de publicidade institucional desenvolvidas - RCM nº 47/2010, de 25 de Junho

Resumem-se no quadro seguinte as acções de publicidade institucional contratadas durante o ano de 2010, agrupadas por entidade prestadora de serviços:

Valor de Gastos (em euros)									
Empresa	NIF	Nome do Meio de Comunicação	Tipo de Meio de Comunicação	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	Total	
AGEPOR	504976745	Revista AGEPOR/APAT	Especializado em suporte papel	558	1.116	558	558	2.790	
Camilo Barradas	164887504	Oportunidades & Negócios	Especializado em suporte papel	2.550	2.550	2.550	2.550	10.200	
Cargo Edições	502857528	Cargo Edições - Cargo News Online	Especializado em suporte digital	0	350	350	350	1.050	
		Cargo Edições - Revista Cargo	Imprensa especializada	2.757	2.133	919	1.838	7.647	
Dicas e Pistas	504565060	Transportes em Revista	Especializado em suporte papel	1.500	0	1.500	0	3.000	
ENN Editora	501700536	Revista da Marinha	Especializado em suporte papel	0	600	0	600	1.200	
Global Notícias	500096791	DN - Transporte Inteligente Público - Mobilidade	Nacional em suporte papel	0	1.450	0	0	1.450	
		DN - Portugal Portuário	Nacional em suporte papel	0	1.450	0	0	1.450	
		DN - Transporte Público - Mobilidade Inteligente (Especial Portos)	Nacional em suporte papel	0	0	3.000	0	3.000	
Horizonte da Palavra	509236448	Revista Pontos de Vista	Especializado em suporte papel	0	0	0	2.100	2.100	
ICG MARGE	E 58322272	Marge - Guia de Áreas Logísticas Logisnet 2010	Especializado em suporte papel	0	1.950	0	0	1.950	
Litoral Press	505595265	Jornal Litoral Alentejano	Regional em suporte papel	750	750	750	750	3.000	
MediaSado	506806537	Semmais Revista	Regional em suporte papel	750	1.400	0	700	2.850	
		Semmais Jornal	Regional em suporte papel	1.050	1.500	1.500	1.000	5.050	
Medipress	501919023	Revista Exame	Especializado em suporte papel	0	0	2.700	0	2.700	
Piçarra, Dist. de Jornais	506754413	Diário do Sul	Regional em suporte papel	0	1.000	0	0	1.000	
Riscos Editora	502617845	Transportes & Negócios	Especializado em suporte papel	0	600	600	0	1.200	
Rui José Marques	201323818	Margem Sul Online	Regional em suporte digital	0	0	1.300	0	1.300	
Setúbal na Rede	504245465	Setúbal na Rede	Imprensa regional on-line	0	0	450	900	1.350	
TLPE	AO 5401147660	Revista Mobilidade	Especializado em suporte papel	948	948	948	0	2.844	
Total:				10.863	17.797	17.125	11.346	57.131	



E. RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL



RELATÓRIO ANUAL DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2010 DA APS - ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE SINES, S.A.

I. Introdução

Nos termos da alínea c) do artigo 16º dos Estatutos da APS - Administração do Porto de Sines, S.A., aprovados pelo Decreto - Lei nº 337/98, de 3 de Novembro, com as alterações decorrentes na Assembleia Geral realizada em 18 de Abril de 2008, conjugada com a alínea g) do nº 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), o Conselho Fiscal apresenta o seu Relatório anual, sobre o Relatório de Gestão e Contas de 2010.

A APS, S.A., é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, regendo-se pelos estatutos aprovados pelo mencionado Decreto-Lei nº 337/98, tendo por objecto a administração do Porto de Sines, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento.

O presente Relatório incorpora a avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, bem como a apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na Empresa, nos termos do previsto no ponto 17 dos Princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado, aprovados pela Resolução de Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de Março.

O Revisor Oficial de Contas PRICEWATERHOUSECOOPERS&ASSOCIADOS - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas emitiu a respectiva Certificação Legal das Contas que se anexa.

II. Acção fiscalizadora

No âmbito das suas competências, definidas pelo artigo 16º dos Estatutos da APS, S.A., na sua actual redacção, bem como do artigo 420º do CSC, o Conselho Fiscal procedeu ao acompanhamento da gestão da APS, S.A., através, fundamentalmente, da análise da documentação de prestação de contas que lhe foi disponibilizada e da leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração, bem como de documentos anexos a essas actas, solicitados por este Conselho.

Foram, ainda, realizadas reuniões com o Conselho de Administração, o Director Financeiro e Económico e o Revisor Oficial de Contas, tendo sido prestados todos os esclarecimentos solicitados.

Este Conselho reuniu, periodicamente, com a presença de todos os seus membros, tendo as suas considerações sido registadas nas actas que estão arquivadas na APS, S.A..

Realça-se, igualmente, a produção, em 2010, de três relatórios trimestrais para acompanhamento da actividade da Sociedade, elaborados tendo por base, quer os relatórios produzidos pelo Conselho de Administração, quer os Relatórios Trimestrais do Revisor Oficial de Contas, dos quais foi dado conhecimento ao Conselho de Administração e ao Accionista Estado.

III. Apreciação do Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2010

O Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2010, apresentado pelo Conselho de Administração, evidência de forma adequada a actividade e acções desenvolvidas pela APS, S.A., nele se compreendendo as acções desenvolvidas para cumprimento dos Princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado e das orientações estratégicas e objectivos de gestão aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros nº70/2008, de 27 de Março.

O Relatório cumpre os requisitos previstos no artigo 13º-A do Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei nº 558/98, de 17 de Dezembro, na sua actual redacção, no artigo 66º do CSC e no ponto 29 dos Princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado, encontrando-se as análises nele efectuadas coerentes com a posição

financeira, o desempenho económico e os fluxos de caixa evidenciados nas demonstrações financeiras e integrando capítulos individualizados relativamente ao governo da sociedade e à gestão do risco financeiro.

No Relatório é destacada a consolidação da posição do Porto de Sines nas principais rotas intercontinentais, com a escala de navios porta-contentores de última geração, garantindo a posição de liderança do mercado nacional de mercadorias movimentadas pelo modo marítimo.

Neste âmbito, é referido que o Porto de Sines passou a ser um dos poucos portos europeus a receber navios de última geração e o único da fachada Atlântica da Península Ibérica com ligações directas ao mercado asiático e norte-americano, tendo em 2010 dado início ao serviço directo para o Canadá.

Assim, verificou-se uma evolução positiva da movimentação de mercadorias e de navios entrados, representando respectivamente um crescimento de 4,66% e de 10,6% face ao ano anterior, assumindo papel essencial para o efeito a implementação em 2008 da Janela Única Portuária, a qual veio permitir aumentar a rapidez do despacho de navios e mercadorias.

Em 2010 verificou-se a continuação de diversos projectos da responsabilidade dos concessionários, tais como as obras de ampliação do cais e do terrapleno do Terminal XXI, a expansão do Terminal de Gás Natural Liquefeito, o reinício do projecto MEGA PTA e a inauguração da nave logística da SITANK.

Relativamente aos investimentos efectuados da responsabilidade da APS, S.A., no montante global de 2,2 milhões de euros, os mais relevantes foram os relacionados com os projectos tecnológicos e os sistemas de informação e comunicação (1,2 milhões de euros), tendo o montante do autofinanciamento sido de 44 mil euros.

Quanto a responsabilidade social e a relacionamento com stakeholders foi desenvolvido o Plano de Prevenção de Riscos de Compliance e nomeado o Provedor do Cliente.

Em 2010, a APS, S.A., obteve resultados líquidos no montante de 6,03 milhões de euros, o que representa uma variação negativa de 2,54 milhões de euros face ao ano anterior. De referir que aquele resultado incorpora o registo de imparidades de um terreno utilizado para zona de apoio logístico ao Porto de Sines (ZAL), no montante de 1,948 milhões de euros.

Os resultados operacionais e o resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos registados foram nos montantes de 5,97 milhões de euros e 20,77 milhões de euros, revelando variações negativas de 31,76% e de 2,65% face ao ano anterior. Para estas variações contribuiu o diminuto aumento dos proveitos operacionais, 1,54%, quando comparado com o aumento dos custos operacionais 11,55%. Neste âmbito importa referir o seguinte:

- A ausência de expressão das rubricas de “vendas”, enquanto que a rubrica “ Prestação de serviços” (30,8 milhões de euros) representa cerca de 80,12% do total dos proveitos operacionais;
- Na composição dos custos operacionais (32,48 milhões de euros) apresentam valor preponderante os “Gastos de depreciação e de amortização” (14,79 milhões de euros) e os “Custos com o pessoal” (10,72 milhões de euros);
- Um diminuto incremento de 1,1% na rubrica “Concessões”, de 2,56% na rubrica “Fornecimentos e serviços externos” e uma diminuição de 4,43% na rubrica “Custos com pessoal”, entre 2009 e 2010.

Assim, os resultados da APS, S.A., apesar de apresentarem uma queda relativamente a 2009, evidenciam a capacidade da Sociedade gerar resultados positivos, mesmo em ambiente de crise.

Em 2010, o valor do EBITDA, corrigido dos subsídios ao investimento ascendeu a 13,296 milhões de euros, o que representa uma redução de 7,17% face a 2009. No mesmo período a autonomia financeira mantém-se praticamente inalterada.

Em relação à estrutura financeira e patrimonial, entre 2010 e 2009, verificou-se uma diminuição do capital próprio em 6,5 milhões de euros (2,07%) e reduções quer do Activo quer do Passivo.

A referida diminuição do Activo resultou essencialmente da redução dos “Activos fixos tangíveis” em 12,45 milhões de euros, a qual não foi compensada pelo aumento de 6,25 milhões de euros da “Caixa e outros depósitos bancários”.

No que se refere ao plano de investimento a respectiva taxa de execução foi de 49%, face ao valor constante na proposta de orçamento, correspondente a 2,234 milhões de euros, cujo financiamento foi assegurado por recurso a fundos próprios (1,98%) a financiamento comunitário (80,12%) e a verbas do PIDDAC (17,90%).

Nos termos do disposto no Programa Pagar a Tempo e Horas, aprovado pela RCM nº34/2008, de 14 de Fevereiro, o prazo médio de pagamentos apresentado pela APS, S.A., em 31 de Dezembro de 2010 foi de 38 dias, o que consubstancia uma redução de 2,56% relativamente ao ano anterior.

É, ainda, realçada no Relatório a prossecução da política de qualidade, que conduziu à manutenção das certificações obtidas em anos anteriores e a continuação da redução do endividamento bancário, o qual ascendia, no final de 2010 a 2,4 milhões de euros, correspondente à última anuidade de um empréstimo contraído junto do BEI.

IV. Avaliação do desempenho individual dos gestores

A existência de um contrato de gestão que defina, para cada gestor executivo, objectivos e metas quantificáveis de acordo com o estipulado no artigo 18º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de Março é um pressuposto essencial para avaliação individualizada dos gestores executivos.

Os contratos referidos foram outorgados entre o Accionista Estado e cada um dos gestores públicos da APS, S.A., em 2 de Junho de 2009, nos quais se fixaram orientações estratégicas e objectivos de gestão para o período de 2009-2010, bem como as componentes fixa e variável da remuneração, esta última associada ao grau de cumprimento dos objectivos de gestão.

De referir, porém, que os objectivos foram fixados em termos globais, ou seja, foram atribuídos objectivos iguais para todos os membros do Conselho de Administração, os quais se traduziram nos resultados que se pretende venha a Empresa alcançar.

Assim, este Conselho Fiscal tendo em conta quer a forma de fixação dos objectivos, quer a forma como os resultados são apresentados, encontra-se impossibilitado de proceder a uma avaliação do desempenho individual dos gestores, podendo unicamente proceder a uma avaliação de desempenho do Conselho de Administração da APS, S.A., através da avaliação do grau de cumprimento dos objectivos definidos no contrato de gestão.

Desta forma, considerando os dados evidenciados no Relatório de Gestão e Contas de 2010, verifica-se que o grau de cumprimento dos objectivos de gestão fixados para 2010 foi 102,4% conforme se demonstra no quadro seguinte:

Objectivos	Ponderação	Meta 2010	Resultado 2010	Grau de Cumprimento	Grau de Cumprimento ponderado
Volume de negócios (m€)	10,0%	31.986	30.809	96,32%	9,6%
Margem EBITA (%)	18,7%	45	43,20	96,9%	18,1%
Resultados líquidos (m€)	21,3%	4.550	6.031	132,5%	28,2%
ROACE (%)	10,0%	5	4,25	83,5%	8,3%
Movimento de Mercadorias (mt)	25,0%	27.500	25.515	92,8%	23,2%
PMP (nº de dias)	8,0%	48	38	126,3%	10,1%
Cumprimento do Plano de Investimentos (m€)	2,0%	31.409	2.235	7,1%	0,1%
Eficiência	5,0%	2,27	2,45	92,7%	4,6%

Taxa de cumprimento Global dos objectivos de Gestão

102,4%

Salienta-se que esta avaliação se centrou, como se referiu na quantificação dos objectivos estabelecidos no contrato de gestão, pelo que diferem dos constantes do Relatório de Gestão e Contas apresentado pelo Conselho de Administração da APS, S.A. o qual teve em conta os dados apresentados para estes objectivos no Plano de Actividades e Orçamento para 2010.

V. Apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo (nº17 do anexo à Resolução do Conselho de Ministros nº49/2007)

Em cumprimento do previsto no Código das Sociedades Comerciais, em Assembleia - Geral Anual realizada em 18 de Abril de 2008, foi assegurada a transição para o novo modelo de fiscalização das sociedades, através da alteração dos Estatutos da APS, S.A.. Assim, a fiscalização da sociedade passou a ser da competência de um Conselho Fiscal e de uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Desta forma, a estrutura de governo da sociedade passou a adoptar a modalidade de Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e SROC, cujos membros dos respectivos órgãos, eleitos para o mandato 2008-2010, estão devidamente identificados no Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2010 conforme com as exigências legais.

No que se refere ao cumprimento das obrigações estabelecidas nos Princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado, realça-se a inclusão no Relatório de Gestão e Contas do Exercício de uma avaliação ao grau de cumprimento destes princípios, de um capítulo específico sobre o “Governo da Sociedade” e de informação relativa à forma como foi cumprida a política de responsabilidade social e do desenvolvimento sustentável.

VI. Certificação Legal de Contas

Na Certificação Legal de Contas o ROC formula as seguintes reservas:

- O eventual efeito nas demonstrações financeiras resultante da imparidade, reconhecida no exercício, no montante de 1,948 milhões de euros, conferida ao terreno utilizado pela ZAL, e referida no ponto III do presente Relatório, em virtude da avaliação do terreno ter sido efectuada em 2007, do valor da avaliação não ser directamente comparável com o valor contabilístico do terreno (4,5 milhões de euros), dado que a mesma teve em consideração infra-estruturas realizadas e de actualmente o terreno se encontrar arrendado;
- O efeito nas demonstrações financeiras da não relevação contabilística das infra-estruturas portuárias adquiridas ou construídas pelos concessionários em activos fixos tangíveis, tendo apenas a Empresa procedido à sua divulgação em Nota do Anexo às Demonstrações Financeiras;
- O efeito nas demonstrações financeiras da classificação do terreno utilizado pela ZAL, como activo fixo tangível, em vez de propriedade de investimento.

Sem prejuízo dos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários em resultado das reservas apresentadas, o ROC entende que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade em 31 de Dezembro de 2010.

VII. Conclusão

Tendo em conta os elementos disponibilizados, bem como o teor da Certificação Legal das Contas, com o qual este Órgão expressa a sua concordância, em conformidade com o disposto no nº 2 do artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, entende este Conselho Fiscal ser de referir o seguinte:

- Quanto à questão da imparidade, e ouvido o Conselho de Administração verificou-se que o registo da mesma teve por base, efectivamente, uma avaliação de 2007, a qual atribuiu ao terreno um valor de mercado de 4,932 milhões de euros. A este valor foi, pela APS, S.A., deduzido o valor das infra-estruturas, apurado na mesma avaliação, no montante de 2,380 milhões de euros. Assim, foi encontrado um valor para o terreno de 2,552 milhões de euros, de que resultou uma imparidade no valor de 1,948 milhões de euros. A este respeito, e por a avaliação se reportar a 2007, o Conselho Fiscal aconselha o Conselho de Administração da APS, S.A., a solicitar uma avaliação do terreno a uma entidade externa.

Mais aconselha que a referida avaliação seja efectuada de acordo com os critérios e normas técnicas adoptadas nas avaliações de imóveis pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), entidade pública responsável pela gestão do património imobiliário do Estado. Por economia de meios o valor a pagar pelos serviços de avaliação deverá ter como base a tabela de honorários aprovada por aquela Direcção-Geral.

Na instrução da avaliação, aconselha-se que o Conselho de Administração da APS, S.A., informe o avaliador que a mesma deverá ter em conta as variantes evidenciadas pelo ROC.

Para que seja dissipada esta reserva, a avaliação deverá ser remetida à DGTF para validação, tendo em vista a sua confirmação por uma entidade pública credenciada para o efeito.

- No que respeita à não relevação contabilística das infra-estruturas portuárias este Conselho Fiscal entende que não se encontrando devidamente clarificado no SNC o normativo aplicável aos concedentes, aconselha-se a Administração da APS, S.A. a ponderar a solicitação de um parecer à Comissão de Normalização Contabilística, no âmbito da sua missão e atribuições estabelecidas no artigo 4º do Decreto-Lei nº160/2009, de 13 de Julho, de forma a permitir uma melhor clarificação sobre o registo contabilístico pelo concedente daquelas infra-estruturas;
- Quanto à questão da contabilização do terreno como Activo Fixo Tangível em vez de Propriedade de Investimento salienta-se que a mesma não tem reflexo nos Resultados, no total do Activo e nos Capitais Próprios.

Face ao antedito, o Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências, conclui que o Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2010 responde às exigências legais aplicáveis, relevando a situação da sociedade, pelo que é de parecer que sejam aprovados:

- a) Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2010, apresentado pelo Conselho de Administração da APS - Administração do Porto de Sines, S.A.;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2010 de:
 - 10% para reserva legal (603.074,09€)
 - 45% para dividendos a distribuir (2.713.833,40€)
 - 45% para reservas livres (2.713.833,40€)

VIII. Nota final

Finalmente, manifestamos o nosso apreço pela colaboração recebida do Conselho de Administração e dos colaboradores da Sociedade, bem como do Revisor Oficial de Contas.

Em 5 de Maio de 2011

A presidente do Conselho Fiscal

(Ana Paula Azurara)

Os Vogais do Conselho Fiscal

(Teresa Morais)

(Dino Santos)

F. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da Administração do Porto de Sines, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de €391.707 milhares de euros e um total de capital próprio de €309.362 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de €6.031 milhares de euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, as alterações no seu capital próprio, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo nº7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/ Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo/a (Conselho de Administração, Direcção ou Gerência), utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. A Empresa tem registado no Activo Fixo Tangível um terreno pelo valor de €4.500 milhares para o qual, em 2010, foi reconhecida, por contrapartida de resultados do exercício, uma perda por imparidade no montante de €1.948 milhares. Atendendo (i) a que a avaliação foi efectuada em 2007, (ii) o valor da referida avaliação não é directamente comparável com o valor contabilístico do terreno, dado que a mesma teve em consideração infra-estruturas realizadas e (iii) actualmente o terreno já se encontra a gerar rendimentos, não estamos em condições de concluir acerca da eventual imparidade reconhecida neste exercício, e consequentemente, sobre os eventuais efeitos nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

8. A Empresa não procedeu à relevação contabilística das infra-estruturas portuárias das concessões de serviço público e concessões e licenças de uso privativo, adquiridas ou construídas pelos concessionários, tendo apenas procedido à sua divulgação na nota 24 do Anexo às Demonstrações financeiras, pelos valores que aqueles informaram. Estes bens são reversíveis para a APS no final das respectivas concessões, que deste modo mantêm o controlo sobre o interesse residual dos mesmos, pelo que deveriam estar registados no Activo Fixo Tangível da APS.

9. O terreno referido no parágrafo 7 acima encontra-se registado na rubrica de Activo Fixo Tangível, no entanto, atendendo a que este se encontra arrendado a terceiros, deveria estar classificado como propriedade de Investimento. Consequentemente, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 as rubricas de Activo Fixo Tangível e Propriedades de Investimento encontram-se sobreavaliadas e subavaliadas por €4.500 milhares.

Opinião

10. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação referida no paragrafo nº7 acima e excepto quanto aos efeitos das situações referidas nos parágrafos nº8 e 9 também acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Administração do Porto de Sines, S.A. em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações no seu capital próprio no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

11. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

14 de Abril de 2011

PricewaterhouseCoopers & Associados -Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Representada por:
Jorge Manuel Santos Costa, R.O.C



G. APLICAÇÃO DE RESULTADOS



APLICAÇÃO DE RESULTADOS

No uso dos poderes legais e estatutários, a Assembleia Geral de 23 de Maio de 2011 deliberou, diversamente do proposto pelo Conselho de Administração, distribuir ao accionista 87,5% do lucro do exercício de 2010, no montante de € 5.276.898,28 e transferir para Resultados Transitados 2,5% desse lucro no valor de € 150.768,52.



RELATÓRIO E CONTAS 2010

EDIÇÃO: APS - ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE SINES, S.A.
TIRAGEM: 250 EXEMPLARES
DESIGN: UNIMAGEM - COMUNICAÇÃO E IMAGEM, S.A.

APS - ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE SINES, S.A.
APARTADO 16, EC SINES ,7521-953 SINES - PORTUGAL

TEL. +351 269 860 600 | FAX. +351 269 860 690
E-MAIL. GERAL@PORTODESINES.PT
WWW.PORTODESINES.PT

NIPC 501 208 950 | SOCIEDADE ANÓNIMA | CAPITAL SOCIAL 80 MILHÕES DE EUROS | MATRÍCULA C.R.C SINES



cartão único portuário

